

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 04 DE SETEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.935

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**  
Clésio Salvaro  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Ana Paula Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Rogério Mendonça  
**1º SECRETÁRIO**  
Valmir Comin  
**2º SECRETÁRIO**  
Dagomar Carneiro  
**3º SECRETÁRIO**  
Antônio Aguiar  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Jean Kuhlmann  
Gelson Merísio  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Jean Kuhlmann

**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
Professor Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves

**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó

**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Edson Piriquito - Vice Presidente  
Edison Andrino  
José Natal Pereira  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Professora Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Professora Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Edison Andrino  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus -  
Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Jean Kuhlmann  
Romildo Titon  
Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1935**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 069ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 02/09/2008.....2  
Ata da 070ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 02/09/2008.....9  
Ata da 039ª Sessão Solene da  
16ª realizada em 02/09/2008...26

**Publicações Diversas**

Ofícios.....29  
Portarias.....30  
Projetos de Lei.....32  
Projetos de Lei Complementar ....  
.....34  
Resolução.....36

**PLENÁRIO**

# ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Hoegen - Dagomar Carneiro - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini.

**SUMÁRIO****Partidos Políticos**

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se aos avanços do governo Lula nas políticas públicas; refere-se à descoberta de petróleo na camada pré-sal.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta irregularidades na secretária de Segurança Pública; reporta-se à situação da Escola Rodolfo Zipperer, em Canoinhas.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Aborda despesas irregulares na secretária da Segurança Pública.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se ao salário e ao plano de carreira da Polícia Militar.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Comenta sua visita a vários municípios catarinenses.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se às eleições municipais.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Aborda a instalação da CTA Continental, em Araranguá; comenta o aumento do preço da saca de arroz; refere-se às obras da Serra do Faxinal; comenta as obras do aeroporto de Jaguaruna.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Reporta-se à exposição agrícola em Esteio e à qualidade dos produtos agrícolas de Santa Catarina.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Comenta a necessidade de negociação salarial com os funcionários da Cidasc e da Epagri.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Aborda a entrada de carnes no estado sem reinspeção.

**Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Refere-se às injustiças jurídicas com relação a pessoas sem poder aquisitivo.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda projeto sobre as portas giratórias nos bancos.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Comenta projeto sobre a segurança nas instituições financeiras.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Reporta-se à importância das portas giratórias nos bancos.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Aborda os problemas enfrentados pelos produtores de leite no estado; refere-se à empresa Danferrana, de Guaraciaba.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se às eleições municipais; comenta o preço da soja transgênica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido o deputado Rogério Mendonça para fazer parte da mesa na condição de secretário.

Não havendo ata a ser lida e expediente a ser distribuído, esta Presidência comunica a Ordem do Dia para a sessão ordinária desta tarde.

(Passa a ler.)

"De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 70ª sessão ordinária de 02/09/2008 às 14 horas:

Discussão e votação em 1º turno dos Projetos de Lei n.s.: 0089/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0124/2008, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0141/2008, de autoria do deputado Professor Grando e 0153/2008, de autoria do deputado Darci de Matos."

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAI.

Para nós, do Partido dos Trabalhadores, nesta semana que está sendo compilada em decorrência do processo eleitoral, torna-se plenamente importante ressaltar não só os avanços da democracia, como também os avanços que o Partido dos Trabalhadores tem imprimido no estado de Santa Catarina com diversas candidaturas.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, deputado Dirceu Dresch, estamos cumprindo com a nossa meta no momento em que percorrendo o estado vimos os avanços e as defesas do governo Lula, e o que isso está representando. Avanços como, por exemplo, a queda da inflação nas capitais, como a registrada na capital de Santa Catarina, Florianópolis, na cesta básica de alimentos.

Até recentemente vimos, nesta Casa, uma grande preocupação dos deputados em relação a isso. Porém, nós sabemos que a consistência da política econômica, o processo de inclusão das famílias brasileiras no consumo e na ampliação da renda representa esta melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. E temos a absoluta convicção de que isso será o norte dentro do processo eleitoral, na medida em que a população diferencia nitidamente os candidatos que hoje estão afinados, alinhados com a política econômica brasileira implementada no Brasil pelo governo Lula, além da recuperação da credibilidade do estado. Então, essa é uma das questões importantes e fundamentais que cabe neste momento da política pública brasileira e no estado de Santa Catarina e os cidadãos catarinenses devem observar esse norte.

Ao mesmo tempo temos acompanhado o debate da questão do pré-sal, esta descoberta fabulosa do petróleo leve, ou seja, o petróleo bom, que foi descoberto no litoral brasileiro, que vem lá do nordeste até a região de Imbituba. E do dia para a noite nós vemos candidatos, muitos que foram adversários do nosso governo, contestando a política pública e a defesa que o nosso governo tem feito em relação a uma visão diferenciada na questão dos royalties do pré-sal.

Nós sabemos, a população brasileira sabe e também os estados, que à medida que você explora petróleo ou um determinado insumo numa região de base territorial de um município do estado, parte da arrecadação dos tributos fica com o estado. E o governo brasileiro está querendo rever isso, afirmando claramente: Primeiro, que o petróleo é dos brasileiros, não é da Petrobras. Segundo que o petróleo é do Brasil, não é dos estados e nem dos municípios.

A proposta apresentada e debatida pelo nosso governo em relação a criar uma estrutura de recursos para investir na educação, para acabar com o déficit histórico que este país tem com a educação desde o ensino básico, ensino fundamental até as questões universitárias e principalmente centro de pesquisas, mostra claramente o novo viés do nosso governo. Temos que ressaltar que no governo anterior ao nosso a Petrobras estava sendo colocada no mercado de ações à venda, inclusive com nome diferente no processo de privatização da Petrobras.

E é este metalúrgico que está colocando um novo debate com relação ao papel que têm estas descobertas de petróleo no pré-sal, mostrando que a Petrobras com o seu papel de prospecção, de descoberta, cumpre com a sua parte, mas ao mesmo tempo nós temos que mostrar que o Brasil tem que criar um diferencial com as novas descobertas e assim como o nosso governo tem feito o processo de inclusão como o Bolsa Família, o programa de erradicação do trabalho infantil, projetos habitacionais para o homem da cidade e para o homem do campo, que antes não existia, agora está tomando o viés claro do resgate da chamada herança maldita educacional, da importância de investimentos nas escolas públicas e de ampliação destas escolas, principalmente no que se refere ao conhecimento. E em decorrência disso vêm os programas de inclusão digital, como os programas de cidade digital, o programa de um computador por aluno, a internet gratuita nesses programas de telecentros.

Para tudo isso são necessários recursos e esta descoberta, com a posição nacionalista do nosso governo, priorizando o que é fundamental, e a educação é uma delas, e criando uma fonte de recurso específica, demonstra claramente que está no caminho certo, fazendo um debate maduro que passará pelo Congresso, inclusive pelos acionistas da Petrobras, que poderão investir nesta outra empresa, se for criada, a exemplo do que aconteceu na Noruega. Isso é nítido e claro, o nosso governo Lula representa para nós, do Partido dos Trabalhadores, vanguarda política na América Latina, vanguarda política no mundo, quando mostra que tem posições em relação a isso.

Portanto, neste horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, nos cabe enaltecer este debate e dizer que quem questiona não tem a menor capacidade de questionar, porque imagine, deputado Sargento Amauri Soares, se a Petrobras tivesse sido vendida a exemplo da Vale do Rio Doce, que além de ter sido vendida também o foram todos os minérios do Brasil, e se a Petrobras tivesse sido vendida, todo o petróleo agora descoberto não pertenceria aos brasileiros e o nosso governo firmou a posição de manter este patrimônio nacional na mão de cada cidadão brasileiro. Por isso, nota 13 ao nosso presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o *Diário Catarinense* de hoje traz uma matéria que nos preocupa. Estamos percorrendo o estado de Santa Catarina e detectando problemas na educação, problemas na saúde e problemas na segurança.

Estamos aqui debatendo esse assunto da segurança há muito tempo, especialmente o deputado Sargento Amauri Soares tem batido nessa tecla pela falta de compromisso por parte do governo, principalmente com relação aos nossos colaboradores da Segurança Pública, Polícia Militar, em especial. E hoje me deparo com uma matéria que me deixou estarecido.

(Passa a ler.)

"Investigação

Relatório da Gerência de Auditoria de Contas Públicas aponta irregularidades em despesas feitas pela SSP

Benedet afirma que gasta R\$ 2,7 mil com meias sociais, sapatos, gravatas, camisas e ternos que foram para motoristas.

Verba de segurança aplicada em ternos." [sic]

Deputado Sargento Amauri Soares, por mais que eu não goste de falar sobre isso, não tenho como não trazer a esta Casa um assunto que é de conhecimento já da imprensa, está relatado aqui pelo *Diário Catarinense* de hoje e que a população catarinense evidentemente tem que tomar conhecimento. A nota diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Documento oficial obtido pelo Diário Catarinense revela que a Secretaria de Estado da Segurança Pública usou verba do Fundo de Melhoria da Segurança Pública (FSP) para comprar meias sociais, sapatos, gravatas, cintos, camisas, ternos microfibra e até mesmo para instalar aparelho de DVD em um dos veículos à disposição do gabinete do secretário." [sic]

Deputado Sargento Amauri Soares, deputado Dirceu Dresch, o assunto é preocupante.

(Continua lendo.)

"Por lei, os recursos deveriam ser destinados apenas a investimentos ligados à segurança. Mas não foi o que aconteceu. Pelo menos é o que revela relatório elaborado pela Gerência de Auditoria das Contas Públicas da Secretaria de Estado da Fazenda.

Conforme o documento foram gastos pelo menos R\$ 2,7 mil na aquisição de roupas e R\$ 120 na instalação do DVD na perua Toyota Fielder, placas MDN-0367. No relatório, todas as despesas estão descritas como sendo oriundas do 'gabinete do secretário'.

Em ofício (número 36/2008), endereçado ao secretário Ronaldo Benedet, o diretor de Auditoria Geral da Secretaria da Fazenda, Francisco Vieira Pinheiro, solicita justificativas para o que foi classificado pelos técnicos como 'despesas estranhas à competência do FSP'.

No relatório de auditoria, os funcionários da Secretaria da Fazenda alertam que 'deverá o servidor responsável analisar a regularidade das despesas, bem como demonstrar o seu caráter público e respectivo amparo legal, caso contrário a responsabilidade deve ser atribuída a quem deu causa ao dano (...) para que sejam adotadas as medidas cabíveis, entre elas o integral ressarcimento dos valores ao erário público.' [sic]

Lamentavelmente, vivemos essa situação da Segurança Pública em Santa Catarina. E nos deparamos com essa matéria, telespectadores da TVAI, e a Fazenda ainda questiona o registro dos veículos. O Fundo de Segurança Pública foi instituído pela Lei n. 8.451, de 11 de novembro de 1991, e a legislação é muito clara quanto ao que pode e não pode ser adquirido.

Quero citar, rapidamente, deputado Sargento Amauri Soares, a elaboração e execução de planos e projetos de programas; especialidades profissionais; construção, ampliação e reformas de prédios; aquisição de equipamentos, veículos e outros materiais próprios aos serviços da Segurança Pública; informatização da Segurança Pública; aquisição de combustível, peças, reparos, alimentação, diárias; realização de serviços de terceiros e locação de imóveis. Completamente irregular.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Silvío Dreveck, por me conceder um tempo do seu partido para essa manifestação.

De fato, é decepcionante! Nós que temos andado por aí vimos a situação de falta de condições de trabalho dos policiais e bombeiros, a dificuldade de prestar o melhor serviço para a população, com quartéis e destacamentos caindo aos pedaços; a falta de construção, como em Seara, em Saudades, em Vargeão, apenas para citar três exemplos. E agora vemos que os recursos estão sendo usados para paletó, gravata e para outras coisas que não são prioritárias para a Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Quero tratar também sobre a educação, importante assunto e que merece uma atenção especial. Lamentavelmente, deputado Antônio Aguiar, diz respeito à sua terra, mais especificamente sobre a Escola Rodolfo Zipperer. E acho que o deputado e hoje secretário Paulo Bauer, a quem conheço, deve ter tomado providências. Mas penso que o governo não está liberando recursos para que o secretário possa resolver esse problema que é muito sério lá em Canoinhas.

Mas é um assunto que merece mais tempo e deveremos voltar com essa matéria para dar uma solução, ou pelo menos para que a população tome conhecimento do que está acontecendo também, lá em Canoinhas, com a nossa Escola Rodolfo Zipperer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidores públicos em geral, nós temos aproveitado esse período do calendário especial para visitar prioritariamente os nossos companheiros policiais e bombeiros em todas as regiões do estado de Santa Catarina, e assim continuaremos fazendo nos próximos meses.

Nas últimas três semanas, visitamos mais de 50 cidades, quase todas de pequeno porte, onde trabalham dois, três, cinco, seis, dez, no máximo 12 policiais militares. E em várias dessas cidades, inclusive, nem existe ainda efetivo e quartel do Corpo de Bombeiros. Constatamos que os policiais e bombeiros têm trabalhado mais, porque cresce a demanda social em Segurança Pública e também tem crescido, deputado Serafim Venzon, para nossa alegria, a consciência dos policiais e bombeiros com relação à importância social do serviço que eles prestam. Tem sido gratificante ver que os nossos companheiros cada vez mais estão compreendendo a importância social do trabalho público em Segurança. No entanto, verificamos o desencanto desses servidores da Segurança com a falta de uma proposta concreta para a integralização da Lei n. 254, que trata do salário de todos os servidores da Segurança.

A inflação dos últimos meses tem corroído o poder de compra de todos os salários dos servidores públicos em geral e os da Segurança Pública em particular, porque para a Segurança Pública, para os policiais e bombeiros e para os agentes prisionais está fazendo quase três anos que não há uma proposta de avanço salarial. Está fazendo quase três anos que o salário não aumenta um centavo sequer!

Então, o orçamento de três anos atrás, ou do ano passado não tem mais sido alcançado pelo salário. O orçamento comprometido com outras demandas, como a educação dos filhos, a aquisição da casa própria, de um meio de transporte, um veículo, abarcou a quantia quase total do salário. E aquela parte reservada para a alimentação, que é a primeira e a mais importante, já está com dificuldade para alcançar e cumprir o seu objetivo.

Então, há uma angústia muito grande entre os trabalhadores de Segurança Pública com a estagnação salarial há quase três anos e com a inflação galopante nos últimos meses, que corroeu o poder de compra, dificultou a realização do orçamento familiar que garantia aquele equilíbrio necessário, inclusive, para a tranquilidade psicológica do servidor da Segurança, uma necessidade tão importante.

Mas se debateu também, e é uma angústia desses companheiros no estado inteiro, especificamente dos militares, policiais e bombeiros, o plano de carreira. Existe uma angústia e uma sensação de que a coisa não vai acontecer; foi criada a perspectiva da criação do plano de carreira de ascensão funcional, mas os cursos têm sido realizados com uma parcimônia muito grande, são 100 vagas de cabo por ano e menos de 100 vagas de sargento. Se no Corpo de Bombeiros isso ainda avança, é porque o efetivo é menor, ainda não suficiente, mas avança mais do que na Polícia Militar, onde a situação é angustiante, porque lá temos soldados com 24 anos na mesma graduação.

Precisamos acelerar esse processo para garantir efetivamente esse direito aos servidores militares, tão prometido e anunciado pelas autoridades do governo e pelo próprio governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, brilhante parlamentar que hoje preside esta sessão; cumprimento também os componentes da mesa, as minhas colegas parlamentares, deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca. Somos três mulheres neste Parlamento. Quero cumprimentar também todos os demais parlamentares de todas as agremiações partidárias, o líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, que me antecedeu; a bancada do Partido Progressista, também está presente aqui, representada pelos deputados Kennedy Nunes e Silvío Dreveck; cumprimento meus colegas parlamentares do Partido dos Trabalhadores, Jailson Lima e Dirceu Dresch; cumprimento também toda a bancada do PMDB e do PPS, que nos honra aqui com a brilhante presença do parlamentar que a representa, um motorista, o Taxista Voltolini; cumprimento também a bancada do PSDB, deputado Serafim Venzon, sempre presente aqui, um deputado muito dinâmico, assim como os repre-

sentantes das bancadas do Democratas e do PTB. Eu não poderia deixar de registrar a bancada do Partido Republicano Brasileiro, do número dez, nota dez. Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes.

Gostaria de dizer que esta deputada, republicana, está como os demais colegas, visitando as bases, os municípios, revendo aqueles que nos honraram com o seu voto precioso aqui, que nos trouxeram para cá, que nos elegeram. E nós, na medida do possível, estamos visitando a classe dos professores, que eu represento, assim como a classe de todas as denominações religiosas. E quero dizer para v.exas. que nós representamos aqui a criança, o adolescente, o jovem, o idoso, o trabalhador e, portanto, estamos fazendo as nossas visitas e tendo aquele contato com essas pessoas.

Eu também tenho viajado muito pelo interior do estado, e estive em tantos municípios que nem posso precisar o número. Só sei que o velocímetro do automóvel já está quase virando para o outro lado, mas graças a Deus, em prol do crescimento do Partido Republicano Brasileiro, do número dez.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ouço v.exa. e depois retornarei para falar de um tema muito importante.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Quero agradecer as palavras de carinho dirigidas a minha pessoa. Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Parabéns a v.exa.!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra, por até oito minutos, o sr. deputado Serafim Venzon, que representa a nossa região de Brusque.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados e sras. deputadas, quero abordar hoje o momento por que passa Santa Catarina e o nosso país, quando vamos escolher os vereadores das 5.600 cidades, assim como os prefeitos e os vice-prefeitos. Tenho certeza de que esses vereadores e prefeitos, junto com a comunidade, tentarão organizar a sua cidade e toda a estrutura social que está vinculada com a política, para dar uma qualidade de vida melhor a todos os cidadãos.

Srs. deputados, em viagem pelo estado, nas nossas cidades, me encorajando muito quando vejo as mudanças importantes - e estou na política desde 1989, quando fui candidato a vereador em Brusque, na minha cidade natal, aliás, a minha cidade eleitoral, porque a minha cidade natal é Botuverá, da qual me orgulho muito, e Botuverá pertencia a Brusque quando nasci - que vêm acontecendo nos últimos 15 ou 20 anos. E tenho repetido que essas mudanças não acontecem apenas porque as pessoas trabalham mais. É verdade, todos nós trabalhamos, o cidadão, o brasileiro, o catarinense, todos trabalhamos, todos damos a nossa participação, mas essa mudança que está ocorrendo não é só por conta do trabalho de cada um mas é, principalmente, pela mudança de organização político-administrativa e social, coordenada pelo prefeito, pelo vice-prefeito e pelos vereadores, pressionada pela população e estimulada pela imprensa, e juntos, toda a sociedade, democraticamente, faz essas mudanças para melhor.

A nossa sociedade está melhor porque os políticos, aqueles que se elegeram, cumprindo o seu trabalho de administrar, aqueles que muitas vezes exigem o cumprimento de todas as leis, fazem com que a sociedade venha apresentando resultados positivos, como efeitos da nossa democracia, do nosso processo democrático. E é dessa participação que decorrem, justamente, as melhorias sociais.

No início do mês, para citar um exemplo, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou um trabalho da Federação da Indústria do Rio de Janeiro, a Firjan, que analisou o desempenho dos 5.600 municípios de todo o Brasil, do ponto de vista do trabalho e renda, do ponto de vista de saúde e educação e fez uma classificação dos 5.600 municípios, estado por estado. No caso, em Santa Catarina, dos nossos 293 municípios. E, naturalmente, para puxar um pouquinho a sardinha para o meu lado, mas devo falar porque tenho orgulho da minha cidade, Brusque foi classificada em 21º lugar em nível nacional como desempenho em trabalho, renda, saúde e educação e como a primeira em Santa Catarina.

De onde é que vem isso? Seguramente vem da participação democrática de todas as forças daquela cidade, de Brusque e, naturalmente, não podemos omitir, da participação efetiva da administração municipal, do atual prefeito, da Câmara de Vereadores, da pressão da sociedade, da participação dos deputados, e me incluo nesse processo. Aliás, além de vereador em Brusque também fui vice-prefeito, dez anos deputado federal, agora deputado estadual. E também o deputado Dagomar Carneiro que era vice-prefeito e agora é deputado estadual, mas tem lá uma bancada de vereadores. Enfim, todos aqueles que participaram do processo como os candidatos que não se elegeram, mas que continuam exercendo a sua influência democrática para dar condições e agilidade ao processo. Existem aqueles que não participaram como candidatos, mas participaram como eleitores e esse conjunto de ações de todos nos classificou como a cidade mais desenvolvida em oferta de trabalho, de renda, de educação e na saúde, apesar de todas as suas exigências.

Se transformássemos esses percentuais, eu diria que de zero a 100 nós teríamos a nota 89; em saúde, nós teríamos a nota 93, com todas as deficiências, evidentemente, porque há na saúde os casos crônicos que se agravam todos os dias, existem as emergências, os casos agudos do dia-a-dia: em educação teríamos a nota 81, de zero a 100, 81%.

Então, saúdo aqui todos os administradores de Santa Catarina.

Vejo aqui o deputado Taxista Voltolini, querido deputado que atualmente está participando do nosso plenário e que tem participado efetivamente nas comissões falando com orgulho de como ele, quando prefeito de sua cidade, articulando junto com a sociedade, fez e continua fazendo para melhorar a qualidade de vida de toda uma região, especialmente da sua cidade.

O Brasil vem melhorando, Santa Catarina melhora e isso se deve à participação democrática, que nesse momento cada...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, por solicitação do PMDB que estava em uma reunião, e havendo concordância de todos os srs. líderes, os próximos minutos serão destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, visitantes que dão a honra de prestigiar o nosso Parlamento.

Quero cumprimentar os diretores da CTA, uma grande empresa da área fumageira, que se instala em Santa Catarina.

Hoje é um dia importante, porque depois de alguns dias de uma agenda feita por esse Parlamento, estamos dando continuidade aos nossos trabalhos, missão que a população do nosso estado delegou para que pudéssemos representá-los.

Eu gostaria de poder dizer da honra de viver este momento. Estamos vivendo um momento em Santa Catarina, talvez o melhor da história de nosso estado, que busca uma competitividade como, provavelmente, nenhum outro estado da federação, e atrai investimentos para todas as regiões do estado de ponta a ponta.

Por isso, hoje, aproximadamente R\$ 20 bilhões estão sendo investidos em empresas do estado, o que, com certeza, elevará o PIB de Santa Catarina. E é por esta razão que externo neste instante a alegria, a honra de estar recebendo a CTA Continental que já está construindo a sua indústria em Araranguá. Está fazendo a terraplanagem, o estaqueamento e até o começo do ano que vem estará pronta para começar a operar no estado. Com um investimento de aproximadamente R\$ 36 milhões e um faturamento de R\$ 200 milhões por ano, irá proporcionar de 800 a 1.000 empregos em Araranguá.

Então, é um sonho que estamos vivendo que é muito importante para aquela região que é a maior produtora de fumo do estado e é o fumo com a maior qualidade do mundo.

Por isso há momentos em que vale a pena a luta, o trabalho, o sofrimento, porque há a compensação, e a compensação é ver essa luz forte direcionada para a nossa região quando as empresas começarem a se instalar lá, porque além da CTA existem outras empresas fazendo o protocolo para se instalar na região.

Isso mostra a competitividade de Santa Catarina que atrai investimentos com incentivos que aprovamos neste Parlamento, como o pró-emprego, que está ajudando muito a atrair empresas e indústrias para o nosso estado, fazendo com que Santa Catarina continue crescendo, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida do nosso povo, que é pelo que lutamos.

É por isso que nós precisamos continuar trabalhando, lutando para que o nosso estado continue a passos largos rumo ao desenvolvimento e à geração de emprego, que é tudo o que nós queremos, e é por isso que nós lutamos. Todos os parlamentares, seja da Situação ou Oposição, têm como objetivo que o estado ande bem, que gere emprego e desenvolvimento.

A agricultura vive momento ímpar, porque o arroz se encontra numa situação muito boa. A minha região está vivendo um dos grandes momentos, pois o arroz está custando R\$ 38,00 a saca, enquanto que no ano passado custava R\$ 22,00. Com a produção que temos está entrando muito dinheiro na região. Santa Catarina vive este momento porque planejou para que ele chegasse. O governador Luiz Henrique da Silveira planejou o estado para crescer, para desenvolver e está alcançando o seu objetivo. Nós que somos do Parlamento, que acompanhamos, que temos compromisso e responsabilidade, que queremos o bem de Santa Catarina e do cidadão catarinense, estamos acompanhando e vivendo este momento.

É por esta razão que no sábado de manhã, deputado Moacir Solpesa, fui ao município de Praia Grande, à Serra do Faxinal que vai ligar Canela/Gramado/Caxias do Sul. Serão 200 quilômetros a menos e as máquinas estão a todo vapor, estão trabalhando. Diziam que era sonho, não é sonho, são máquinas mesmo, roncando. São momentos importantes para Santa Catarina, porque as cidades dos cânions, Pedra Grande e Itaimbezinho são pontos turísticos fundamentais.

A agricultura vai bem, o estado atrai empresas para investir em Santa Catarina, o turismo está-se desenvolvendo e está sendo reconhecido o papel fundamental do governo na área do turismo no estado e a região acompanha tudo isso.

Nós podemos aqui registrar uma preocupação: temos R\$ 75 milhões definidos para a barragem do Rio do Salto, para o abastecimento de água de toda a região e para a manutenção do arroz irrigado. São R\$ 45 milhões do governo federal e o restante é do governo do estado, mas já está definida essa barragem. Temos também empresas fazendo parceria com o governo do estado, se for concedida licença ambiental elas tocarão as obras da barragem do Rio do Salto, e com licença ambiental também teremos como iniciar a Interpraias, pela qual estamos lutando há tantos anos neste Parlamento.

Então, é o momento de fazermos uma reflexão e dizer que valeu a pena, que valeu a pena a luta, o trabalho, a responsabilidade, e a lealdade ao povo, à região e a todos os catarinenses que confiaram em nós para buscar os resultados que estamos alcançando.

Queria poder aqui registrar esse momento histórico e importante que vive Santa Catarina, e mais ainda a minha região.

Nos próximos dias será aberta a segunda etapa do maior aeroporto do sul do Brasil em Jaguaruna, que terá a maior pista. É a segunda etapa de investimentos no aeroporto regional que fica depois de Tubarão, a partir de Criciúma, que vai atender toda a região sul do nosso estado. Não há dúvida nenhuma de que temos que marcar aquilo por que lutamos, aquilo que se faz, aquilo que o estado com muita competência tem planejado para buscar resultados tão importantes e fundamentais para Santa Catarina.

São esses os momentos que vivemos e que podemos levar à sociedade aquilo que eles nos confiaram, porque a população e a sociedade elegem um político para buscar resultados. Quando o resultado não é atingido é mais um político que frustrou a população, e Santa Catarina não vive esse momento, ao contrário, vive um momento de reconhecimento dos políticos, daqueles que administram o nosso estado, daqueles que fazem parte do Parlamento e que estão buscando resultados a cada momento, lutando por cada região.

Acho que é assim que nós trabalhamos e é assim que temos de trabalhar, com muita garra, mas com muita competência porque a população assim determinou, delegou nas urnas, por isso precisamos fazer com que isso aconteça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Moacir Solpesa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente e srs. deputados, ouvi o colega Manoel Mota falar sobre agricultura. Neste final de semana tive a oportunidade de participar de uma exposição internacional, em Esteio. E mais uma vez, deputados Taxista Voltolini e Dirceu Dresch, nós que somos vinculados à agricultura, pude ver em Esteio a exposição não só dos grandes produtores, mas da agricultura familiar, do pequeno agricultor. No pavilhão da agricultura familiar havia produtos de origem animal, um mercado importantíssimo, com qualidade, com produtos diferenciados daqueles da grande indústria. É o que sempre defendi, que a agroindústria familiar oferecesse um produto diferenciado para atingir uma camada de consumidores que querem consumir um produto natural.

Além disso, a parte da exposição na participação de equipamentos agrícolas, na participação de animais, a bovinocultura, a ovinocultura, a suinocultura, enfim, em toda a produção que se pôde ver na exposição internacional, mais uma vez Santa Catarina acabou sendo destaque. Quando nós conversamos com os produtores do Rio Grande do Sul, de outros estados e de outros países que lá estavam, comentou-se o trabalho que Santa Catarina realiza na questão da sanidade animal.

Nós somos, deputado Deba, um exemplo para o resto do país. Eu sempre digo que na qualidade que nós alcançamos nesse trabalho que pudemos fazer em Santa Catarina, não podemos esquecer nunca do trabalho dos nossos produtores. Claro que tivemos investimentos públicos e do setor da agroindústria, mas o investimento maior, o sentimento maior foi dos nossos técnicos e dos produtores. Colocamos o estado de Santa Catarina num patamar de destaque, e tenho a segurança e a certeza de que nós vamos buscar mercados importantíssimos para garantir a comercialização da produção de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não! Eu concedo, deputado Pedro Uczai, com muito prazer, um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Moacir Sopelsa, eu tenho convicção de que a renda na agricultura familiar passa por agregação de valor, e por construir um programa de fomento e de desenvolvimento da pequena e média agroindústria familiar rural. Isso é fundamental e precisa virar política pública, inclusive existe legislação estadual e é preciso aperfeiçoá-la cada vez mais.

Segundo, na questão de sanidade Santa Catarina tem-se destacado com relação ao país e ao mundo, por isso há um reconhecimento dos profissionais que atuam, tanto na Cidasc quanto na Epagri, garantindo que efetivamente o estado se torne uma referência.

Uma única observação, deputado Moacir Sopelsa, e v.exa. precisa nos ajudar. O governo do estado precisa receber os servidores da Cidasc e da Epagri para ampliar e avançar nas negociações. Na última sessão aqui desta Casa, no mês de agosto, havia um compromisso do governo do estado de receber os servidores da Cidasc e da Epagri, mas o governo não os recebeu novamente. Enganou não só os servidores, mas enganou os deputados, porque iríamos ampliar e demos o retorno aos servidores para não radicalizar o movimento porque o governo os receberia. Lamentavelmente o governo não os recebeu até esse momento e v.exa. pode contribuir, porque sabe da importância da questão da sanidade animal para o desenvolvimento da agricultura e da agropecuária de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. V.Exa. pode contar com o meu apoio, e tenho certeza de que podemos contar com o apoio do secretário da Agricultura, o deputado Antônio Ceron, que tem sido uma pessoa sensível.

Acho que nós temos que olhar para os servidores, para os profissionais que dão a segurança da sanidade em nosso país. Eu tive a oportunidade de ser secretário durante quase quatro anos e sempre tive a sensibilidade, assim como o governador, e acho que terá mais uma vez, porque Luiz Henrique e o vice-governador Leonel Pavan sabem da importância que tem os profissionais da saúde animal dentro do nosso estado. Há de se conversar. Ao diálogo as portas nunca devem ser fechadas. Existe um ditado antigo que aprendemos quando criança lá o interior que diz que quem não se comunica se trumbica, nós precisamos conversar.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Moacir Sopelsa, eu sei da sua luta e da luta da maioria dos deputados desta Casa na questão do pequeno produtor, da agricultura familiar e todas essas questões do nosso estado.

No início do mês de agosto houve um problema em Santa Catarina, eu pedi ao governador Luiz Henrique da Silveira uma audiência e ele recebeu na sua casa a presidente da associação dos pequenos produtores com certificação estadual e federal em Santa Catarina, para tratar da questão da entrada direta de carnes sem reinspeção no estado. Estavam entrando carnes em Santa Catarina vindas do Pará, do Mato Grosso, do Paraná, sem passar pela reinspeção. Levaram essa preocupação ao governador do estado, que imediatamente convocou a equipe da Cidasc, num plano muito rápido de trabalho pela consciência da sanidade para o Brasil e para Santa Catarina.

As providências foram tomadas, e Santa Catarina continua num patamar que devemos realmente manter. E o governador Luiz Henrique da Silveira, como é comprometido com a sociedade catarinense, tomou as providências, bem como o secretário Antônio Ceron e toda a sua equipe. Hoje já há uma normativa da reinspeção na entrada desta carne sem osso em Santa Catarina, que era a preocupação da fiscalização, principalmente com relação aos miúdos e a tantas outras coisas, cujos termos técnicos não conheço.

Mas, aqui, quero fazer o reconhecimento da Associação dos Pequenos e Médios Frigoríficos de Santa Catarina pela certificação que o governador deu a eles, dando-lhes o exemplo de que é comprometido com todas as classes e com Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Isso mesmo, deputado José Natal. Essa é uma realidade. Nós precisamos dar também segurança e proteção as nossas pequenas indústrias, mas, acima de tudo, precisamos ter segurança e cuidado para que Santa Catarina se mantenha no patamar que está hoje.

Sei que não é fácil, nós chegamos ao topo máximo e para nos mantermos nele todos os cuidados e todo um trabalho precisa ser feito.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de dizer a v.exas. que, infelizmente, para tristeza de todos, neste nosso Brasil, um país rico e próspero, não pode pairar a fome, não deveria pairar a injustiça porque existe campo para todo mundo trabalhar. Nós temos uma costa muito rica. Então, há espaço para todas as pessoas comerem melhor, se fartar, serem prósperas e ficarem longe da injustiça. Infelizmente, no nosso Brasil ainda paira a velha tradição de legislar conforme idéias pessoais, embasadas nos preconceitos que levam a grossos erros.

Por aqui as injustiças são praticadas, digamos, à luz da lei, sr. presidente e srs. deputados, quase sempre em favor dos que desfrutam de um bom lugar ao sol, seja pelo sobrenome, seja pela riqueza que ostentam, seja pela influência e pelo poder de manipulação, o que lhes trazem as regalias e condições de desfrutar e aproveitar como puder. Esse certamente não é o padrão desejável de justiça e tem-nos conduzido através de caminhos que revelam um grande volume de atos praticados contra as pessoas inocentes, desprotegidas, desprovidas, desvalidas, necessitadas, sem rumo.

Eu estou falando do pobre, do desassistido, da filha da lavadeira, da filha da faxineira. Como agravante temos o fato de que muitos dos processos que tramitam junto à Justiça são lidos de forma rápida, de uma maneira tão rápida, porque são montanhas de processos que são colocados, infelizmente, nas mãos de um aprendiz, de um estudante de Direito, que está ali aprendendo, está ali às vezes com a sua cabecinha em outros assuntos, às vezes não está nem concentrado, e aí acontecem as injustiças.

Então, quero dizer para v.exas. que hoje estou falando de justiça.

Esses acadêmicos, muitas vezes inexperientes, às vezes querem descarregar a sua angústia, a sua tristeza em determinado assunto, e quando pegam os processos acontecem as injustiças. Talvez por força da preguiça que mobiliza alguns profissionais como juizes, desembargadores, e por aí afora.

As vezes os juizes confiam nos seus assistentes. Às vezes eles querem se livrar das montanhas de processos e colocam para fazer análises, estudos, um estudante de Direito, que faz o seguinte: lê de qualquer maneira, pega um retalho de um lado, outro retalho do outro lado, faz aquele angu. Sabe aquele angu? Faz um angu!

O desembargador sabe do que estou falando. Alguém sabe do que esta deputada está falando e no final das contas vai colocar a sua consciência a pensar, refletir, analisar e vai ver que tenho razão.

Mas existe uma passagem bíblica que diz: Ai, das leis injustas, ai dos juizes, dos escrivãos, ai daqueles que decretam leis injustas para oprimir, para desgraçar a vida... Estou falando a verdade Padre Pedro Baldissera? V.Exa. conhece essa passagem.

Então, se a justiça da terra é falha, porque está nas mãos de homens, aquela lá de cima não falha, a justiça divina não falha! Porque a bíblia inteira fala de leis, dos dez mandamentos e assim por diante.

Então, quero fazer um apelo aos juizes e desembargadores para que honrem suas togas e seu juramento, olhem os seus processos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os deputados da Casa, nosso amigo Padre Pedro Baldissera, deputado Pedro Uczai, o deputado Gelson Merísio, porque a minha intervenção agora é um pouco dirigida ao nosso companheiro Gelson Merísio, que é do DEM, mas é dos DEM dos bons, não é dos DEM da cúpula Padre Pedro Baldissera, é DEM do bom.

Eu recebi, deputado Gelson Merísio, uma Carta de Repúdio das Associações dos Vigilantes, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Nós, abaixo-assinados, vimos por meio desta manifestar nosso veemente repúdio à atitude do deputado Gelson Merísio com relação ao projeto de lei que propicia a retirada das portas giratórias das agências bancárias."

Está assinado pela Federação das Associações dos Vigilantes, Sindicato dos Vigilantes de Joinville, Blumenau, Rio do Sul, São José, Florianópolis, Tubarão, Jaraguá do Sul, Chapecó, Criciúma, Joaçaba, Lages, Itajaí, São Bento do Sul.

Este projeto que foi promulgado em 1997 pelo deputado Küster, agora tem como relator o deputado Pedro Uczai e nós entendemos que a revogação desta lei na realidade acaba criando uma instabilidade na segurança, porque as portas giratórias nos bancos, nas instituições financeiras comprovaram a redução dos assaltos, da criminalidade, a melhora na segurança dos usuários das instituições bancárias e principalmente para quem trabalha na área de vigilância.

Então, me mandaram este documento ontem e me pediram que eu fizesse esta solicitação a v.exa., deputado Gelson Merísio, para que este processo não fosse levado adiante.

Vimos recentemente em Rio do Sul um cidadão muito conhecido dos riosulenses, inclusive a família é conhecida do governador Luiz Henrique da Silveira, que num estabelecimento levou um tiro, deputado Reno Caramori, graças a Deus está bem, mas se lá existisse um instrumento como a porta giratória não teria sido atingido por essa violência.

Então, vejo que é um retrocesso retirar um patrimônio da segurança do cidadão que vai aos estabelecimentos financeiros como bancos e por aí afora.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, principalmente pela consideração que tenho por v.exa. e, repito, deputado Pedro Baldissera, é do DEM dos bons.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Obrigado, deputado Jailson Lima, a recíproca de amizade com v.exa. é da mesma ordem.

Quero apenas esclarecer que há um equívoco por parte da entidade, até porque o projeto não prevê retirada de porta giratória de nenhum lugar. O que ocorreu é que quando a deputada Ideli Salvatti fez esse projeto não havia uma regulamentação federal. Posteriormente, a união, o governo federal fez a regulamentação federal que prevê inclusive as portas giratórias, todo o aparato de segurança. Não há uma vírgula que mexa na segurança das instituições financeiras. O que existe na lei estadual são alguns pontos contraditórios com relação à lei federal, porque ela cria alguns problemas no que diz respeito a pequenos municípios, a instituições que não são financeiras na sua plenitude, o que gera uma dúvida especialmente para os pequenos municípios.

Agora, com a revogação da lei prevalece a lei federal. Aliás, a nossa lei é inconstitucional e está levantada essa inconstitucionalidade no STF aguardando julgamento. Mas com sua revogação, permanece a lei proposta pelo governo Lula, aprovada pelo governo federal e que prevê todas as mesmas normas de segurança já constantes na lei estadual com algumas diferenças que não atrapalham o funcionamento nos pequenos municípios. E esse é o motivo do pedido de revogação.

Então, não existe nenhum intuito de diminuir a segurança, de favorecer bancos, nada. Pelo contrário, o intuito é apenas de normatizar a questão da segurança em Santa Catarina, na mesma forma que é no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, que é regido por uma lei federal. Esse é o objetivo. Acho que houve um mal-entendido, por isso o projeto tramita nas comissões. O deputado Pedro Baldissera é o relator e não há nenhum interesse, nenhuma intenção de retirar ou de diminuir a segurança nem dos vigilantes e nem da população que vai até os bancos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jailson Lima, quero cumprimentá-lo porque as entidades fazem uma leitura da preocupação em relação à segurança dos estabelecimentos. E está comprovado que nas instituições financeiras, especialmente o servidor que mexe diretamente com o dinheiro e o agente de segurança têm permanecido ao longo dos últimos anos com segurança, o que não vinha acontecendo anteriormente às portas giratórias. Então acho que essa preocupação dos vigilantes é meritória, é importante.

Segundo, existe a legislação federal que já se instituiu nos últimos anos e seria necessário fazer uma comparação dessa legislação do deputado Gelson Merísio, da deputada e hoje senadora Ideli Salvatti, com a legislação federal.

Terceiro, chamar essas entidades. Eu acho que v.exa. que está dialogando com esses setores, quem sabe poderia até propor uma reunião, uma audiência pública para discutir melhor o projeto de lei do deputado Gelson Merísio e discutir também a própria legislação federal. Eu acho que é importante trazer as discussões e aperfeiçoar a segurança. Não se pode diminuir a segurança nem do agente de segurança e nem do servidor público porque onde existe dinheiro num país ainda desigual, existe atrativo de utilizar de forma ilícita ou violenta para buscar esses recursos.

Então, quero parabenizar v.exa. por sua preocupação, continue fazendo esse debate e quem sabe junto com as entidades todas poderemos discutir a legislação federal, a legislação proposta pela deputada Ideli Salvatti e a proposição do deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Diante do cenário, deputado Pedro Uczai, solicitaremos ao deputado Dirceu Dresch, que é o presidente da comissão de Segurança Pública desta Casa, uma audiência, aqui na Assembléia Legislativa, para juntamente com esta entidade poderemos fazer esse debate.

A nossa hoje senadora Ideli Salvatti, quando passou por esta Casa como deputada, estabeleceu marcas, e a questão da segurança nas instituições financeiras foi uma das grandes marcas da nossa senadora. O trabalho que transcende as suas ações hoje em Brasília, representando Santa Catarina, demonstra nitidamente que a sua responsabilidade pública não se deu apenas na esfera da educação quando passou por esta Casa. E nós, como deputado, com certeza, através da solicitação que faremos ao deputado Dirceu Dresch, presidente da comissão de Segurança Pública, estaremos propondo uma audiência pública, na qual o deputado Gelson Merísio, as entidades e os sindicatos se farão presentes para que possamos achar o termo de equilíbrio e de harmonização entre as partes.

Acredito que valeu a pena o esclarecimento do deputado Gelson Merísio, pois sua colocação se deu diante do que hoje define a Constituição federal que surgiu depois da legislação da senadora Ideli Salvatti.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna, na manhã de hoje, é um pouco daquilo que nós vivenciamos na faixa de fronteira, no extremo oeste do nosso estado, no que diz respeito à produção de leite, principalmente assumida pelos nossos pequenos agricultores que têm o produto como renda mais importante e que movimenta a economia de milhares de famílias daquela região e de todo o nosso estado.

Em outros momentos nesta Casa, aqui nesta tribuna, tenho trazido presente a preocupação diante de uma medida que o governo do Paraná, juntamente com os governos do Rio Grande do Sul e de São Paulo adotaram, de incentivo à produção de leite de seus respectivos estados, penalizando enormemente os produtores de leite do estado de Santa Catarina. A produção de leite em nosso estado é enorme, e um grande percentual está sendo comercializado nesses outros estados, principalmente em São Paulo, que é um grande mercado consumidor, e no extremo oeste de Santa Catarina, um grande mercado consumidor é o nosso estado vizinho, o Paraná.

Diante dessas medidas, o leite que é produzido em Santa Catarina chega ao mercado desses outros estados com um preço mais alto. E, portanto, perde a competitividade com esses outros estados. A nossa população hoje olha, sim, pela qualidade, mas olha muito para o bolso. Assim, existe uma sobra no mercado desses estados do leite produzido em Santa Catarina, porque ele chega com um preço mais alto. É preciso que o governo do nosso estado tome algumas medidas, pois esta situação já está prejudicando a ponta, os nossos produtores que tiveram agora, nesses últimos dias, uma queda de até R\$ 0,20 no pagamento do leite produzido em nosso estado.

Infelizmente, a conta sobra para quem? Para quem produz, que são os nossos pequenos agricultores. Então, é preciso tomar medidas de uma forma ágil, rápida para que possamos suprir esse momento e essa situação que estão vivendo e enfrentando os nossos pequenos agricultores que vivem da renda da produção do leite.

Além disso, quero falar também desta tribuna, na manhã de hoje, sobre o nosso município de Guaraciaba, que vem a passos largos caminhando para o desenvolvimento, gerando emprego e qualidade de vida. Nós, nesses últimos dias, inauguramos em Guaraciaba uma das grandes indústrias de refrigerantes, que já produzida em grande escala o envasamento da água com gás e sem gás, e agora recentemente inaugurou a empresa Danferrana, que fabrica refrigerante com vários sabores, situada no interior do município, que envasa um milhão de litros por mês e comercializa em todo nosso país.

A empresa Danferrana tem a qualidade da água daquele município. Uma água que contém vários ingredientes e entre eles um elemento fundamental, que poucas águas minerais possuem, que é o vanádio, um elemento da composição da água que atende algumas necessidades biológicas de todos os seres humanos, é um elemento saudável, e lá essa riqueza se concentra.

Srs. deputados, a própria indústria, sem dúvida nenhuma, trará desenvolvimento ao município, assim como divisas, gerando receita através de impostos para o município que, com toda certeza, se reverterá em diferentes políticas públicas, gerando uma quantidade imensa de empregos. E isso é importante para um pequeno município, porque não há necessidade de as pessoas saírem da sua terra em busca de situações melhores de vida nos grandes centros que com certeza trarão outros problemas.

Então, a instalação dessa empresa em Guaraciaba no que se refere à questão social é extremamente importante, pois oferece trabalho de envasamento de água a mais de 30 pessoas ou 30 famílias que estão naquela empresa trabalhando, vivendo desse salário e, certamente, contribuindo com a própria família.

Portanto, quero fazer este registro importante, num momento bom que o nosso país vive, de desenvolvimento, de inclusão social, com tantos programas positivos e que dá também condições de iniciativas como esta nos pequenos municípios deste nosso estado e do nosso país. Então, quero realçar aqui a política do nosso governo federal, que vem possibilitando o desenvolvimento através destas iniciativas em todos os municípios do nosso estado e do nosso país.

Gostaria de desejar à empresa, ao seu dono, o Dinar Wolkweiss, grande colaborador do nosso município, muito sucesso, e que possa, de fato, através desta empresa gerar ainda mais empregos para o desenvolvimento não só do município, mas da região e, ao mesmo tempo, também do nosso estado.

Era o que tinha no presente momento, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estou muito contente, deputada Odete de Jesus, em ser um parlamentar neste momento, deputado estadual, e poder dialogar com os catarinenses, participar deste momento tão importante da política brasileira, da democracia, das eleições municipais, quando toda sociedade tem o direito de escolher os

seus candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador, que vão dirigir os municípios nos próximos anos. Isso é muito importante neste momento, e eu estou muito contente, muito feliz em também poder coordenar o processo das eleições do meu partido, através do GTE, o Grupo de Trabalho Eleitoral. Estamos andando muito pelo estado, construindo, acompanhando os nossos candidatos e candidatas a prefeito e a vereador.

Por outro lado, também fico feliz de ser deputado neste momento em que o Brasil colhe grandes frutos na área social, econômica e de trabalho, principalmente.

E eu, enquanto agricultor, que passei quase trinta anos da minha vida organizando os agricultores, lutando por dignidade, por respeito ao meio rural, estou muito feliz porque começamos a visualizar uma perspectiva muito positiva para os nossos agricultores do estado, com uma combinação dos programas sociais, como o Bolsa Família; a geração - e anunciada pelo presidente Lula esta semana - de dez milhões de empregos com carteira assinada nos últimos cinco anos e a valorização do salário mínimo no Brasil. Isso tudo cria uma perspectiva para o povo trabalhador, para a população brasileira e para o assalariado consumir mais proteína animal.

Srs. deputados, para o nosso estado isso é muito positivo porque somos um estado fortemente baseado na produção de alimentos, principalmente proteína animal, seja o leite, a carne ou outros produtos que são produzidos aqui, como o peixe agora, o comércio do ministro Altemir Gregolin entrando em pauta e também a cesta básica brasileira cada vez mais forte. Então, me parece que há uma perspectiva clara de que a agricultura familiar, a agricultura catarinense, a agricultura brasileira deixou de ser a âncora no fornecimento de comida barata para não precisar aumentar o salário dos trabalhadores brasileiros, não aumentar o salário mínimo. E o presidente Lula já anunciou na semana passada que o salário mínimo do ano que vem será de R\$ 460,00.

Isso me deixa muito animado. E estão aqui deputados que há poucos dias criticaram muito a questão do aumento da cesta básica, da inflação, mas agora, hoje, o *Diário Catarinense* traz uma manchete sobre a redução da cesta básica, segundo os dados do IBGE, de 8% no mês de agosto. Isso é muito positivo e já está dando reflexos positivos com os programas que o presidente Lula lançou, principalmente o programa Mais Alimentos, que já na agricultura - e quero dizer para todos os catarinenses - o resultado de investimento é muito rápido, pois em dois ou três meses nós poderemos ter resultados de qualquer investimento, porque existem vários produtos, vários alimentos que em dois ou três meses que já estarão dando produção.

Portanto, é muito positivo para a sociedade e para o trabalhador, quando os alimentos diminuem de preço. O trabalhador fica muito feliz porque ele pode comprar e se alimentar mais e melhor.

Mas, por outro lado, estava agora acompanhando uma entrevista da nossa grande senadora Marina Silva, que foi ministra do Meio Ambiente até há poucos dias, e ela trouxe uma matéria que me chama muita atenção, deputado Sargento Amauri Soares, sobre a questão da transgenia. Está-se comprovando na prática, e muito rápido, graças a toda situação e conjuntura - e inclusive sindicatos patronais já estão começando a dar para trás - que o custo da soja transgênica está mais caro que a tradicional, a convencional. Está caindo por

terra o forte discurso de que a produção de soja transgênica era a salvação da pátria. E nos preocupava muito a questão não só econômica, mas a questão ambiental, principalmente da saúde da população e o domínio das multinacionais.

E visitando o estado todo, deputado Pedro Uczai, nos preocupou muito que justamente com o domínio dos insumos e a dependência do Brasil, que historicamente deixou de investir na produção de insumos internos, o custo de produção aumentou muito e isso novamente cai nas costas da nossa agricultura e principalmente da agricultura familiar.

Então, entendo que começa a se viabilizar a possibilidade de voltarmos a discutir a questão dos produtos transgênicos e a sua não produção no país, principalmente aqui no Rio Grande do Sul, de onde veio toda essa pressão, com as empresas inclusive cobrando *royalties*, aumentando em 16% os *royalties* da produção dos agricultores, cobrando inclusive de quem não comprou sementes transgênicas e plantou sementes de própria propriedade.

Essas questões são lamentáveis, quando muitas vezes dirigentes - que se dizem dirigentes, mas na minha avaliação não são, porque não conseguem olhar para frente - induzem os nossos agricultores a produzir um tipo de produto que os torna totalmente dependentes e os coloca numa determinada situação que no futuro não haverá mais volta, como é a questão da produção de transgênicos.

Portanto, por um lado estamos muito contentes por construirmos essa nova perspectiva, e pelo governo brasileiro tomar essa decisão de voltar a investir na produção de insumos. Infelizmente estamos comemorando dez anos da privatização das nossas duas empresas estatais que produziam adubo, porque era estratégica a sua produção para não deixar encarecer o produto, para que o preço dos alimentos não subisse muito, porque um aumento muito grande deles significa morte, significa fome, porque os pobres no mundo não conseguem comprar.

Assim, nessa perspectiva nós estamos trilhando um caminho muito seguro para termos uma política de renda no meio rural daqui para frente.

Queria fazer esse registro, cumprimentar e aqui parabenizar a iniciativa do governo brasileiro de voltar a produzir insumos, porque isso significa insumo mais barato no futuro. Uma empresa de produção de insumos pode significar o mesmo que a Petrobras para manter reduzidos os preços dos combustíveis, principalmente da gasolina.

Então, queremos dizer que estamos muito contentes por estarmos nesta caminhada no estado, por estarmos contribuindo com o processo do debate das eleições municipais, mas também por estarmos, por todo um período, discutindo as questões da agricultura. Agora começa a se desenhar no país essa nova perspectiva de desenvolvimento.

Dizia aqui o líder do governo do estado, deputado Manoel Mota, que o estado de Santa Catarina atravessa um momento especial. É verdade, mas isso acontece essencialmente porque há uma política de incentivo ao consumo; há novos empregados, novos trabalhadores no Brasil, e Santa Catarina também vem se beneficiando muito no setor industrial, no setor de carnes, no setor lácteo, enfim, no setor de alimentação que está crescendo muito no nosso país, porque o povo brasileiro está se alimentando melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença dos alunos do

curso de Direito da Unerj, de Jaraguá do Sul, trazidos pela professora Janaina. As boas-vindas ao Parlamento catarinense. Sintam-se em casa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária,

para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Hoegen - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Refere-se ao projeto sobre moradia para empregados domésticos.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Comenta a necessidade de um salário mínimo regional.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA** - Aborda a pensão vitalícia do ex-governador Eduardo Pinho Moreira.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Reporta-se à agência da Caixa Econômica Federal da cidade de Ituporanga.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (aparte) - Faz referência à agência da CEF de Ituporanga.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Comenta a atuação da agência da CEF de Ituporanga.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Reporta-se ao Hospital Materno-Infantil de Joinville.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (aparte) - Aborda o Hospital Materno-Infantil de Joinville.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Comenta os 158 anos de emancipação política do município de Blumenau.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Refere-se aos 158 anos da cidade de Blumenau.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Aborda os 158 anos do município de Blumenau; comenta viagem à China acompanhando o vice-governador Leonel Pavan; registra a posse de Mário César Pêra como presidente da Associação Empresarial de Bombinhas.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Refere-se às atletas brasileiras que participaram das Olimpíadas de Pequim; parabeniza a Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, pela passagem dos seus 50 anos de fundação; cumprimenta o município de Blumenau pela passagem dos 158 anos de fundação.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Registra a realização da Mercômóveis, em Chapecó.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Reporta-se ao setor moveleiro de Chapecó.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Parabeniza o oeste pela pujança da indústria moveleira.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Crítica o não-cumprimento da Lei n. 254; comenta as eleições municipais; tece comentários acerca da abertura do Hospital Materno-Infantil Dr. Jeser Amarante, de Joinville.

### Ordem do Dia

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Aborda requerimento, de sua autoria, parabenizando a Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, pelos 50 anos de fundação; parabeniza Blumenau pela passagem dos 158 anos de fundação.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Aborda requerimento, de sua autoria, que parabeniza o Avai Futebol Clube pelos 85 anos de fundação.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discute pedido de informação, de sua autoria, sobre as obras do Aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra o encontro de médicos oftalmologistas.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Reporta-se à reportagem do *Diário Catarinense* sobre a viagem do vice-governador à China.

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Refere-se à agregação de valores pelas agroindústrias familiares; comenta a recuperação da SC-283.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Aborda a importância da agricultura familiar.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Comenta atuação de quadrilha que lesava o SUS em São Paulo; aborda a passagem do Dia do Profissional de Educação Física.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Refere-se à quadrilha que fraudava o SUS em São Paulo; comenta fraude com relação à bolsa de estudos em Blumenau; reporta-se ao art. 171.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Aborda o acesso à universidade através do Enem.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Tece comentários acerca da corrupção.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** - Crítica a saúde pública no estado e no país; refere-se à dificuldade enfrentada por atletas brasileiros.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Refere-se ao calendário especial de sessões.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Cumprimenta Blumenau pelos 158 anos de fundação; parabeniza o Avai Futebol Clube pelos 85 anos de fundação; refere-se ao petróleo descoberto na camada pré-sal.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Comenta a campanha eleitoral do PMDB.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Crítica colocações do deputado Reno Caramori a respeito da ausência dos suplentes nas sessões e sobre obras do governo do estado.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Crítica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre Eduardo Pinho Moreira.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Registra a realização do 18º Congresso Brasileiro de Oftalmologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos as Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, este brilhante presidente deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa escrita e televisada.

O momento é para comemorar e venho agradecer a v.exa., sr. presidente; aos integrantes da Mesa, na qual temos uma mulher, a deputada Ana Paula Lima; a todas as bancadas desta Casa e ao sr. governador do estado.

Quando nós escolhemos os nossos representantes, nós os escolhemos bem para representar a nossa casa, o nosso filho, os nossos entes queridos, para representar a família. Quando nós escolhemos um representante que briga por nós, as coisas acontecem.

Srs. deputados, venho falar para o estado de Santa Catarina e gostaria que v.exas. prestassem atenção, porque também têm parte nessa lei que outrora era um projeto, mas hoje é lei. Na semana passada recebi um telefonema do governador em exercício, meu amigo Leonel Pavan, dizendo o seguinte: "deputada, seu projeto autorizativo que dá direito aos empregados domésticos a ter 3% de moradia, foi sancionado".

Todos os deputados têm parte nessa nossa vitória. Tive a felicidade de ter como relator desse projeto o deputado Gelson Merísio. Vários jornais publicaram matéria dizendo que a Assembleia Legislativa não aprovaria e não teria sucesso com projetos autorizativos. Eu já tive duas vitórias, uma foi a do cursinho pré-vestibular gratuito, que é uma realidade hoje, e é um projeto autorizativo, e a outra é essa aqui, que é lei agora.

Quero dizer que lutei e luto muito pelas empregadas domésticas, porque eu já fui uma. Para pagar os meus estudos eu fui empregada doméstica, trabalhei nas casas fazendo faxina como diarista. Já trabalhei por dia e fui lavadeira também! Por isso eu lutei por essa classe, uma fatia de 70% da população que envolve motoristas, caseiros, domésticas do lar, governantas, lavadeiras, passadeiras, motoristas particulares, chacareiros, caseiros, aqueles que estão nas faxinas, nos serviços gerais, etc.

(Passa a ler.)

"Então senhores, meu projeto de lei Santa Catarina Agradece deverá ser lançado e disciplinado através da secretaria de estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que definirá a criação de um programa que prevê o direcionamento de 3% das moradias populares entregues pelo governo do estado de Santa Catarina. O destino será para empregadas domésticas que comprovem cinco anos de exercício da função em sua carteira."

Para ter direito ao privilégio de ter o seu teto, ela terá que comprovar que não tem outra propriedade.

Essa proposta merece ser comemorada. Eu falo francamente para v.exas. que eu comorei. Eu fiquei muito feliz! Acho que de todas as minhas leis - eu sou a segunda com números de leis aprovadas nesta Casa, na história do Parlamento catarinense. Tive a graça e o privilégio que Deus me deu de ser a segunda parlamentar em números de leis aprovadas neste Parlamento - essa é uma das mais importantes deste nosso mandato, porque dará direito àquela pessoa tão desmerecida pela sociedade, aquela que está trabalhando, tirando sujeira, sentindo o cheiro da sujeira todos os dias, que está limpando o vaso sanitário, colocando a mão dentro do vaso sanitário para lavar, limpando a sujeira. Esses empregados que foram por tanto tempo desmerecidos e agora, graças a Deus, com o apoio de v.exas. - porque tramitou, passou, e recebeu o autógrafa do governador -, quero dizer que foi uma vitória magnífica.

Ainda quero dizer a v.exas. que, segundo documento emitido pelo ministério do Trabalho, 70,92% da classe ganha R\$ 400,00 por mês e 4,61% ganha menos de um salário mínimo, o que não é permitido legalmente pela legislação. E hoje, no Brasil, há perto de cinco milhões de trabalhadores domésticos atuando. Percebe-se que a classe continua sendo vítima da discriminação cruel, silenciosa e manipulada.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada, com relação às empregadas domésticas, como também a outros setores da sociedade que menos percebem do ponto de vista salarial, uma das grandes conquistas de Santa Catarina poderia ser o salário mínimo regional ou o chamado piso regional. Os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Tocantins, Minas Gerais, ou seja, oito estados do país, já têm salário mínimo regional. Se nós construirmos esse salário mínimo de R\$ 524,00, uma parte significativa das atuais empregadas domésticas seriam contempladas por esse salário. Isso é justo, meritório e o governo do estado tem que se sensibilizar e encaminhar o projeto a esta Casa, fruto da pressão de três milhões de trabalhadores catarinenses, contemplando também o nosso estado com um salário mínimo estadual, o que daria, com certeza, uma dignidade maior às empregadas e aos empregados domésticos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado, suas palavras são sempre brilhantes e quero dizer a v.exas. que realizaremos, em breve, uma grande audiência pública em torno desses profissionais, a fim de discutir a questão e tratar dos trâmites legais.

Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, muito obrigada e parabéns, pois v.exa. também tem parte nessa nossa vitória.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, trago, neste horário de Breves Comunicações, alguns assuntos que vejo extremamente importantes e que dizem respeito à vida do povo catarinense.

Falava, na parte da manhã, da problemática que os nossos agricultores, camponeses e familiares enfrentam com relação à produção e à comercialização de leite, devido aos incentivos que os estados que cercam Santa Catarina estão dando, o que faz com que para eles sobre apenas o ônus da produção, justamente para eles que têm como fundamento a renda advinda da produção leiteira.

Ao mesmo tempo, destacava também os avanços do governo federal neste momento extremamente positivo da economia do nosso país, à luz da inclusão de milhões e milhões de brasileiros que estão tendo uma renda melhor para viver, à luz de uma série de programas sociais que movimentam a economia brasileira, também proporcionando iniciativas novas que vão gerando empregos, economia e qualidade de vida à nossa população.

Gostaria, neste momento, de dar ênfase e realçar também uma decisão para mim extremamente positiva e importante no estado de Santa Catarina, que vem da Vara da Fazenda Pública aqui de Florianópolis, numa ação à que dei entrada em 2007. A decisão é da lavra do juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli, que julgou procedente a ação impetrada por mim com relação ao subsídio vitalício do ex-governador Eduardo Pinho Moreira e torna nulo o pagamento desse subsídio ao referido ex-governador. É bom lembrar que o ex-governador Eduardo Pinho Moreira administrou o estado de Santa Catarina por apenas oito meses e alguns dias e tinha um subsídio vitalício de R\$ 24 mil mensais - uma espécie de aposentadoria para sempre. É um bom subsídio, deputado Silvío Dreveck, R\$ 24 mil mensais pelo resto da vida, para quem governou o estado de Santa Catarina por oito meses e alguns dias.

É claro que cabe recurso ao ex-governador Eduardo Pinho Moreira, mas é inadmissível, inaceitável, que num estado onde milhões e milhões de trabalhadores labutam durante 40, 50 e até 55 anos para poder receber um salário mínimo, um ex-governador perceber valores tão altos por apenas oito meses e alguns dias de trabalho. O ex-governador não precisou fazer nenhum pedido, nenhuma solicitação, no mês seguinte o dinheiro já estava na conta. Uma facilidade tremenda! E assim nós temos nove ex-governadores recebendo o mesmo subsídio, dando uma despesa aos cofres do estado de mais de R\$ 200 mil mensais.

E aí eu pergunto: quantas políticas nós poderíamos implementar em nosso estado com os mais de R\$ 200 mil mensais? Nós temos hospitais sendo fechados, nós temos pessoas esperando quatro, cinco, oito anos em filas para tratar algum tipo de enfermidade. E o estado, que deveria dar o amparo previsto na Constituição, não o faz. No entanto, para privilegiar aqueles que não precisam, há dinheiro, dinheiro esse bancado pelo suor, pelo sofrimento de milhares e milhares de pessoas neste estado. É uma tremenda injustiça, uma violação aos direitos fundamentais de todos os seres humanos. Não dá para aceitar, não dá para admitir. Os cidadãos de bem deste estado e deste país não podem permitir tamanha injustiça que é cometida com tantas pessoas que trabalham e labutam dia após dia.

Portanto, quero parabenizar o juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli da Vara da Fazenda Pública de Florianópolis pela contundente decisão, por ter dado o parecer favorável à nossa ação popular. E aqui não é questão de ser contra esse ou aquele ex-governador, pois nós entramos contra todos eles, porque este é o nosso papel como parlamentar: fiscalizar, fazer com que a justiça se instale diante de tamanhas aberrações com as quais convivemos no dia-a-dia.

Eu espero, porque esta ação foi contra os ex-governadores e contra o estado de Santa Catarina, que sejam reembolsados os cofres públicos e que o nosso estado não faça a defesa dos ex-governadores! Espero que não faça essa defesa gastando ainda mais recursos públicos em favor de nove ex-governadores que ganham equivocadamente o subsídio vitalício mensal de R\$ 24 mil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente deputada Ana Paula Lima, eu venho fazer referência à ação da agência da Caixa Econômica Federal da cidade de Ituporanga, terra dos deputados Carlão e Peninha, que tem como gerente o sr. Marcos, auxiliado pelo seu contingente de profissionais. Pois bem, aquela agência foi premiada, na região sul do Brasil, pelo seu potencial, pelas suas ações.

No Brasil, a Caixa Econômica Federal tem 28 milhões de clientes, com 23 milhões de cadernetas de poupança. A região de Ituporanga, que engloba os municípios de Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos, possui aproximadamente dez mil correntistas e aquela agência vem-se destacando no estado de Santa Catarina e foi destaque na região sul do Brasil.

Nos últimos 12 meses, a agência de Ituporanga movimentou em torno de R\$ 18 milhões em pagamentos e investimentos que vêm do governo federal, tais como o Bolsa Família e outros programas de distribuição de renda, tudo em parceria com as prefeituras. Houve, na região, o aporte de R\$ 1,542 milhão em investimentos.

Na área habitacional, a agência da Caixa Econômica Federal de Ituporanga vem promovendo o programa de melhoria de vida para a população, através do aporte de R\$ 4,5 milhões; na área pública vem cumprindo um papel importante com convênios com as prefeituras, num volume de, aproximadamente, R\$ 4,5 milhões.

O saldo em depósito, pela credibilidade que tem a agência de Ituporanga, até 1º de agosto, está em torno de R\$ 41 milhões. Isso mostra a importância da nossa agência da Caixa Econômica Federal não só no estado de Santa Catarina, mas no âmbito da superintendência nacional da região sul. Então, cabe-nos, deputado Peninha, neste momento, parabenizar o gerente Marcos e todos os funcionários da CEF, porque sabemos que além dessa instituição financeira ser um orgulho para os brasileiros, é um orgulho para os catarinenses e para nós, do alto vale, notadamente a cidade de Ituporanga.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Quero parabenizá-lo pelas suas colocações, parabenizar os funcionários da Caixa Econômica Federal de Ituporanga e dizer do nosso orgulho por uma agência de uma região tão pequena, a região da cebola, ter esse destaque em nível nacional.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Peninha, nós, que somos da região, nos vangloriamos do profissionalismo desses companheiros, que exercem um papel social extremamente importante, além de propiciarem um braço de desenvolvimento econômico para o alto vale.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Parabéns por sua lembrança, deputado. Trata-se de uma manifestação inequívoca da competência da gente ituporanguense, que contribui para o desenvolvimento do Brasil. São números que nos deixam alegres, felizes e mostram o espírito de economia, de poupança, de respeito, o cuidado com o dinheiro da nossa gente. Mostram, acima de tudo, a missão gloriosa dos funcionários, de toda a equipe da agência da Caixa Econômica Federal de Ituporanga, que por certo dão mostras que podem contribuir com Santa Catarina e com o Brasil.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Carlão.

Gostaria de lembrar alguns programas que passam pela Caixa Econômica Federal: um programa de implantação e modernização de equipamentos públicos de segurança alimentar e industrial relacionados aos restaurantes populares de alimentação; um programa de desenvolvimento agrário; um programa com finalidades esportivas; um programa de serviços de água e esgoto.

É isso aí, a Caixa Econômica Federal e seus funcionários estão dando um banho!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, colegas da imprensa que nos estão acompanhando, venho a esta tribuna como membro, deputado Edison Andrino, da comissão de Saúde. No dia 13 de dezembro do ano passado, por um pedido deste deputado, sra. presidente, houve uma audiência pública na cidade de Joinville para tratar da gestão do Hospital Materno-Infantil por uma organização social.

O Deputado Sargento Amauri Soares lá esteve como membro da comissão de Saúde. Só para lembrar, deputado Deba, o Hospital Materno-Infantil já foi inaugurado há seis anos, mas o governo atual ainda não o colocou para funcionar.

Para aquela audiência pública, deputado Ismael dos Santos, chamamos todos os responsáveis da área de saúde para que explicassem à comunidade e a nós, deputados, como estavam sendo preparados a escolha e o contrato de gestão da organização social. Nós queríamos saber como era feita a escolha, como é que estava sendo feito o contrato de gestão.

Eu tenho registrado em ata - e o deputado Sargento Amauri Soares irá lembrar-se disso -, que antes de ser assinado o contrato com a tal organização social, as pessoas responsáveis pela gestão do Hospital Materno-Infantil voltariam a se reunir com a comissão de Saúde para que, antes de assinarem, nós, deputados, pudessemos observar as cláusulas desse contrato. Isso foi em dezembro de 2007 e estamos em setembro de 2008, deputado Silvio Dreveck, e o governo já escolheu a entidade. E nesta segunda-feira agora, desta semana, a tal entidade já assumiu o comando do hospital público em Joinville. Ninguém sabe quais são as cláusulas desse contrato que coloca uma entidade social para trabalhar dentro de um hospital, de um prédio público, no qual já foram investidos mais de R\$ 50 milhões, e o governo irá pagar mensalmente essa entidade para administrá-lo. Eu coloco isso porque não sei sinceramente quais são as cláusulas, deputado Jorginho Mello, desse contrato.

Eu entendo que seria impossível uma entidade vir de Curitiba para fazer a gestão de um hospital, minha presidente, com o mesmo dinheiro que o governo gasta e não dá conta de colocar o hospital em funcionamento. Não dá para entender, deputado. A minha preocupação é saber qual percentual de leitos daquele hospital será vendido para os planos de saúde privada! A minha preocupação agora é que quando o cidadão, ao chegar ao Hospital Materno-Infantil Dr. Jeser Amarante, será perguntado se ele tem plano de saúde ou não. Se a pessoa responder que tem plano de saúde, então vão convidar para sentar e tomar um cafezinho, mas se disser que não tem, mandarão entrar na fila de espera.

Esta é uma preocupação minha, de um parlamentar que tem obrigação de fiscalizar o Executivo. Pena que o nosso presidente da comissão, o deputado Gelson Merísio, ainda não tenha chegado ao plenário. Mas eu irei querer que a comissão de Saúde convoque aqui os responsáveis pela área hospitalar da secretaria estadual de Saúde - e nós temos direito constitucional - para sabermos qual contrato foi firmado; quais as cláusulas desse contrato, para uma empresa vir de Curitiba tocar um hospital público com o mesmo valor que o governo gasta e ainda não conseguiu colocá-lo para funcionar. Para mim, deputado Herneus de Nadal, quando um governo gasta "x" e repassa "x" para uma entidade tocar o hospital, para esta colocá-lo a funcionar 100%, é um atestado de incompetência do governo dizendo assim: "olha, eu tenho dinheiro, estou gastando, mas não dou conta de fazer a gestão, então vou passar para alguém que irá fazer a gestão com o mesmo dinheiro e colocar o hospital para funcionar." Mas não quero entrar neste mérito antes de conhecer o contrato.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Quero cumprimentar v.Exa. pelo trabalho, sempre fazendo oposição com vigor, com determinação. E este é o papel que nos é reservado: uns na Situação, outros na fiscalização.

Agora, acho plenamente viável o convite para que a secretária venha até esta Casa e possa esclarecer, até porque através do campo de suposições, acabamos impondo sanções a pessoas sem que tenhamos a oportunidade de ouvi-las. É prudente esse procedimento para depois fazermos afirmações, se necessário, e tomarmos providências também, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, eu só falo isso porque no dia 13 de dezembro houve uma audiência pública na cidade de Joinville e ficou registrado em ata da comissão de Saúde que o contrato não seria assinado sem antes a secretária Carmen Zanotto mostrar a nós, deputados da comissão de Saúde, o contrato, e isso foi desrespeitado. O Executivo desrespeitou algo que está registrado em ata! Ela foi clara - e é uma decisão de audiência pública -: que antes de ser firmado o contrato, nós, deputados, teríamos condições de lê-lo. O problema é que o contrato já foi assinado, a organização social assumiu ontem, e nós não estamos sabendo de nada.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - É uma razão a mais para que efetueemos o convite, e a liderança vai apoiar, para que a secretária possa esclarecer o assunto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado! Espero que a nossa comissão de Saúde possa fazer isso o mais rápido possível até para que não fique nenhuma dúvida, e para que eu esteja errado achando que a organização social vai vender leitos para planos particulares dentro de hospital público - SUS -, porque dinheiro do SUS foi colocado lá para ser vendido para planos agora?

Por isso essa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente, srs. deputados, nesta tarde gostaria de fazer o registro dos 158 anos que hoje Blumenau comemora da sua emancipação política.

São 158 anos que começam com o dr. Hermann Otto Blumenau, químico-farmacêutico, filósofo, acadêmico, que no dia 02 de setembro de 1850 se fixa nas barrancas do rio Itajaí-Açu juntamente com mais 17 colonos luteranos vindos da Alemanha.

É bem verdade que o dr. Blumenau intentava fazer do povoado uma vila essencialmente agrícola, mas com a imigração de outros alemães em especial em 1880 com a chegada da fábrica de tricotagem Hering, Blumenau acaba descobrindo a sua vocação empresarial. E com a tecelagem vieram os cristais, as porcelanas, os chocolates, os produtos de cama, mesa e banho, as malhas, tornando a nossa cidade um grande pólo têxtil, e mais recentemente o destaque em *software*, sendo hoje o principal município produtor de aplicativos no país.

Há muita coisa que faz de Blumenau uma cidade singular. E quando registramos nesta tarde os 158 anos lembramos-nos da consciência cívica, comunitária e cidadã forjada pelos imigrantes. Diz a história que enquanto o Brasil vivia ainda sob a égide da escravidão, já lá no povoado, na vila Blumenau, qualquer viajante que por ali passasse e por acaso tivesse algum escravo, não podia permanecer na vila por mais de 48 horas.

E foi nesta perspectiva cidadã que Blumenau ganhou o charme de uma cidade singular, pela beleza das suas construções no estilo enxaimel, pela alegria das suas bandas, das suas festas típicas, pela gastronomia, pelos desenhos da natureza, mas, sobretudo, na expressão de um povo acolhedor e trabalhador. Um povo que soube ser otimista mesmo diante das intempéries, desde a primeira enchente em 1851, até as últimas de 1983, 1984, nosso povo mostrou determinação que as águas não puderam, efetivamente, sobrepujar.

Portanto, nesta tarde, em nome do Democratas, aqui representando, quero me congratular com aqueles que nasceram na cidade de Blumenau e com aqueles que a adotaram como sua cidade.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pela manifestação de amor, de carinho e de respeito pela sua terra, que tem contribuído com os seus filhos, mas também com toda a sua região. Os filhos desta terra escreveram uma história em Santa Catarina que hoje não é uma felicidade exclusiva dos blumenauenses, mas com a subida deles rio acima, participando da construção de cidades como Ibirama, Rio do Sul, Agrolândia, Trombudo Central, toda nossa região vive com alegria a felicidade de comemorar estes 158 anos da nossa querida Blumenau, que é a mãe de muitas das nossas cidades da região do alto vale do Itajaí.

Parabéns, Blumenau! Parabéns pelo discurso de v.exa., deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço o aparte de v.exa.

Nesta manhã centenas e centenas de blumenauenses foram às ruas, especialmente na rua XV de Novembro, celebrar esses 158 anos. E deixamos aqui as nossas congratulações a este povo trabalhador, acolhedor, que orgulha a todos nós catarinenses.

Muito obrigado, sra. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interesse dos representantes do partido, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sra. deputada Ana Paula Lima, nossa presidente em exercício, srs. deputados e sras. deputadas, membros da Casa, pessoas que nos assistem aqui na Assembléia Legislativa e através da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Aleosc, hoje Blumenau completa 158 anos de história, que mostram o caminho do desenvolvimento, da cultura, da arte, Blumenau que é celeiro de muitas coisas no Brasil.

Certa feita, deputado Ismael dos Santos, eu estava estudando na Getúlio Vargas, em São Paulo, e um nordestino que estudava comigo perguntou se eu era do sul e respondi que era blumenauense. E quando respondi isso parei para pensar: cada um de nós nasceu num município. Amar este município, declarar amor a este município, significa ser homem de estado, homem de país e amarmos o município em que nascemos. E eu quero parabenizar os blumenauenses.

Há anos participo, no dia 02 de setembro, da ida, deputado Kennedy Nunes, ao mausoléu do dr. Blumenau. Vamos até lá depositar flores, mas mais do que isso, vamos depositar a nossa esperança de que Blumenau continue a ser uma cidade que dá exemplo para o Brasil, como disse o deputado Ismael dos Santos, na área têxtil, da cerâmica, do chocolate, enfim, em toda nossa indústria que faz os produtos de Blumenau chegarem aos quatro cantinhos do mundo. Nós, os blumenauenses, que temos uma vocação industrial, realmente estamos hoje de parabéns.

E Blumenau tem no seu hino algumas palavras que mostram muito e demonstram muito da nossa gente, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Blumenau, tens o nome do primeiro Que chegou e desbravou tuas

riquezas

Que tanto trilhou os teus caminhos E sempre preservou tuas belezas.

O progresso mora aqui Blumenau, és razão de viver O teu nome tem história.

Blumenau, nunca vou te esquecer O teu nome tem história Blumenau, nunca vou te esquecer.

Cidade de nobre arquitetura Desenhada pelo leito do teu rio O verde que cobre esta pintura Faz de ti patrimônio do Brasil."

Por isso, quero cumprimentar a todos os blumenauenses, todos os trabalhadores das nossas indústrias, do setor do comércio que cada vez mais cresce em Blumenau e mostra uma nova veia, deputado Jandir Bellini, para o desenvolvimento de Blumenau, para que essa cidade possa cada vez mais trilhar o caminho do sucesso.

Parabéns, Blumenau!

Agora, gostaria de tratar sobre uma viagem em que tive o prazer de acompanhar o vice-governador Leonel Pavan. Fomos recentemente para a China e fomos recebidos, deputado José Natal, por autoridades como prefeitos, vice-prefeitos, deputados e vereadores; visitamos diversas empresas e fizemos contatos em Xangai, em Hong Kong, na província de Henan. E lá, deputado José Natal, quero contar a v.exa. e também a todos os catarinenses, o vice-governador Leonel Pavan dispendeu quatro dias para a província irmã de Santa Catarina visitando quatro municípios.

Foi uma agenda pesada de trabalho visitando empresas, e uma delas, deputado Taxista Voltolini, foi uma empresa - e veja v.exa. que é lá da nossa região - que usa o resíduo de soja para fazer tecido. Nós fizemos um contato, trouxemos o produto para Santa Catarina, e é possível que venhamos a receber o empresário, dono dessa empresa. Eu tive o prazer de jantar com a presidente da empresa, na cidade de Zongzhou, depois fomos visitar a empresa que se instalará em Imbituba. Quer dizer, essa comitiva já trouxe resultados para Santa Catarina.

Em Imbituba, deputado José Natal, nós vamos receber uma grande indústria de vidro. E lá deu para sentir que eles estão absolutamente preparados, porque já tinham no *notebook* o nome do prefeito de Imbituba, o terreno que eles querem adquirir, o que vão produzir e a mão-de-obra que Santa Catarina pode fornecer. A empresa virá para Imbituba, se Deus quiser, pois o governo do estado, este deputado e o vice-governador Leonel Pavan, apresentamos os benefícios para sua instalação em solo catarinense.

Visitamos também, e aí eu tive o orgulho de receber em Blumenau, deputado Romildo Titon, o empresário Du Xuede, que veio da China na semana passada dizer que Blumenau poderá receber e concorrer com Camboriú, do prefeito Edinho, a uma unidade de massas e macarrão. O empresário viajou 44 horas e estava em São Paulo, nós sugerimos que ele fosse a Blumenau; lá ele esteve e manteve contato com a nossa gente de Blumenau, conheceu a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, conversou com a prefeitura, com o governo do estado e é possível que venha instalar-se em Blumenau. Prometeu que voltará em outubro com essa resposta, ou seja, para dizer se realmente pode instalar a empresa, pois a nossa parte em Santa Catarina nós já fizemos.

Foi uma viagem diferente!

Mas além de uma viagem diferente, conversando com o secretário de estado da Comunicação eu dizia: Fazíamos uma agenda pela manhã, outra pela tarde e no final da tarde montávamos a 'chinapéia', uma bicicleta que acompanhou a comitiva governamental e que levou, deputada Ana Paula Lima, a bandeira de Blumenau até a Muralha da China. Foi um fato inédito. Nenhum grupo do mundo fez uma bicicleta para ir para a China, desmontou-a em 17 lugares, colocou em cima da Muralha da China e estendeu as bandeiras de Santa Catarina, do Brasil e de Blumenau. Nenhum grupo do mundo fez isso, e esse fato rendeu divulgação internacional para Santa Catarina.

Mas, deputado Valdir Cobalchini, eu vou contar uma coisa que v.exa. não sabe. Quando nós entramos para conversar com o vice-governador de Henan, ele pegou firmemente na mão do vice-governador Leonel Pavan e disse o seguinte: "eu já os conhecia pela televisão, prazer em conhecê-los pessoalmente".

A comitiva catarinense emplacou no jornal nacional da China. Por três minutos a bandeira de Santa Catarina emplacou no maior jornal de circulação de Henan, que tem um milhão de assinantes, imaginem quantos leitores. Disse ao secretário de Comunicação que cada vez que fizermos uma missão governamental que traga resultados, que possa no fim do dia ou ao longo do dia, mostrar a cultura de Santa Catarina, levando, talvez, as rendas de bilros de Florianópolis; a cultura de Caçador; a dança de Joinville, divulgando Santa Catarina para que as nossas missões empresariais sejam cada vez mais produtivas, dando mais resultados para o nosso estado, porque os chineses vêm vender aqui, será muito positivo. Olhe na sua cozinha, deputado José Natal, na cozinha de casa ou no bar da esquina tem produto chinês. Vamos também levar os produtos de Santa Catarina para lá.

Nerino Furlan, esse gênio que fez a bicicleta realizou um trabalho fantástico a frente da "chinapéia".

Concluo dizendo que hoje o Mário César Pêra, nosso amigo de Bombinhas, tomará posse como presidente da Associação Empresarial de Bombinhas. Os meus pais que têm investimentos naquele município, e eu, vamos lá para abraçá-lo, desejando êxito na caminhada frente à Associação Empresarial de Bombinhas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente em exercício, deputado Rogério Mendonça, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha e que nos dá a honra de estar aqui neste Parlamento catarinense acompanhando esta sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e também pela nossa TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Sr. presidente, quero na data de hoje também mencionar as mulheres do nosso Brasil que trouxeram da China as medalhas, deputado Giancarlo Tomelin. Elas foram o orgulho do povo brasileiro e muitas vezes não são valorizadas como, por exemplo, o futebol feminino, onde joga uma catarinense do município de Lages, que muitas vezes não recebe o patrocínio necessário para jogar um bom futebol, como acontece com o futebol masculino.

Dessa forma eu quero também homenagear essas mulheres que deram orgulho ao povo brasileiro no salto em distância, no vôlei e também no futebol, porque elas foram merecedoras da medalha de ouro. Trouxeram a medalha de prata, mas foram merecedoras da de ouro. Que o nosso país, os homens do nosso Brasil possam valorizar o trabalho da mulher em todas as áreas em que são destaque.

Infelizmente não valorizaram na data de hoje, deputado Giancarlo Tomelin, na solenidade que tivemos o privilégio de participar. Hoje na cidade de Blumenau fizemos homenagem ao grandioso fundador da nossa cidade, dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, quando levamos, v.exa., esta deputada representando a Assembléia Legislativa, junto com os deputados Ismael dos Santos e Jean Kuhlmann, as flores ao túmulo da família de Hermann Bruno Otto Blumenau.

O mesmo não aconteceu, por exemplo, com a Câmara de Vereadores, porque tínhamos presente uma vereadora, uma mulher, Maria Emília de Souza, que poderia estar também prestando homenagem, mas quem prestou a homenagem foi o diretor da Câmara de Vereadores. Que falta de sensibilidade! Que falta de respeito a uma vereadora eleita pelo povo de Blumenau! Que falta de respeito às mulheres! Mas deixe estar, o povo sentiu.

Neste dia, srs. parlamentares, eu quero aqui dar os parabéns aos profissionais de Educação Física pela passagem, na data de ontem, do Dia do Profissional de Educação Física. Quero também homenagear, deputado Moacir Sopelsa, os 50 anos da nossa Rádio Nereu Ramos, da cidade de Blumenau, comemorado na data de hoje. Isso é história e nós não podemos apagar a história da cidade, do estado e do país. O ex-senador Evilásio Vieira, Lazinho, o ex-prefeito da nossa querida cidade de Blumenau, o saudoso Lazinho, deixou de

legado essa rádio que tanta informa o povo blumenauense, a região do médio vale do Itajaí, que é exemplo para nós blumenauenses, catarinenses e cidadãos brasileiros. E hoje continua essa rádio, com muita eficiência dos profissionais e principalmente da família Vieira que está realmente fazendo um belo trabalho naquela cidade, levando a informação para o nosso povo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, eu não podia deixar de pegar um gancho no seu pronunciamento. São dois assuntos que me fazem vir cumprimentá-la.

Primeiro a representação das mulheres nas Olimpíadas da China. Quero dizer que as mulheres do futebol foram medalhas de prata, mas elas são mulheres de ouro. É isso que nós temos que reconhecer.

E da mesma forma quando v.exa. faz menção a uma pessoa por quem tenho uma estima muito grande, o nosso ex-senador e ex-prefeito de Blumenau, Evilásio Vieira, o popular Lazinho, em quem, sra. deputada, tive oportunidade de votar quando candidato a senador.

Parabéns a v.exa.!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Realmente as mulheres deram um bom exemplo trazendo para o nosso país as medalhas que obtiveram nas últimas olimpíadas.

Quero também pedir licença ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, para homenagear a cidade de Blumenau.

(Passa a ler.)

"Neste dia 2 de setembro Blumenau completa 158 anos. E a trajetória histórica traz em suas raízes, o desbravamento do alemão Hermann Bruno Otto Blumenau que em 1850 fundou a nossa querida e corajosa cidade.

Conhecida no Brasil e no exterior pela sua influência germânica, esta cidade - abraçada e adotada por tantas pessoas - tem o grande mérito de encantar pelas riquezas culturais, pela natureza abundante e pela garra daqueles que dela fazem o seu leito diário e nela se aconchegam.

Sou filha de blumenauenses e lá também criei meus filhos. E nela que resido, e por onde iniciei os primeiros passos profissionais, tanto como enfermeira, bem como no segundo mandato de deputada estadual - pelo qual tenho a imensa honra de representá-la na Assembléia Legislativa.

Blumenau encanta pelo seu povo ordeiro e corajoso. É um povo guerreiro e orgulhoso de seus feitos, de sua história. É um povo que respeita credos e etnias. A diversidade cultural demonstra a sua extraordinária receptividade.

Já ultrapassamos, srs. deputados e o povo que nos acompanha pela TVAL, o número de 300.000 habitantes em cerca de 520 km<sup>2</sup> de área territorial. Integra o médio vale do Itajaí - ao lado dos outros 13 municípios - e se traduz em pólo regional, concentrando diversos eventos em nível estadual e nacional.

Ao completar hoje 158 anos de fundação, Blumenau também é lembrada - e com muita justiça - pela capacidade enorme de recomeçar, de enfrentar situações de absoluta tristeza e destruição, com trabalho e solidariedade: assim como ocorreu em 1983 e 1984, quando das enchentes que assolaram a cidade.

Naquela ocasião transformamos as lágrimas em amparo aos desabrigados, e após a destruição da cidade conclamamos a população, através do prefeito da época, Dalton dos Reis, a festejar os laços que nos uniram nos momentos difíceis, através do surgimento de uma das maiores festas brasileiras, a nossa Oktoberfest, que hoje também é reconhecida no exterior.

Assim é Blumenau! Assim é a sua gente!

E a outra característica dessa guerreira cidade é a diversidade das empresas e serviços, e que de forma heterogênea abriga o seu pólo industrial e comercial.

A cidade é e sempre foi, srs. deputados, um excelente centro de compras, é conhecida nacionalmente e internacionalmente."

É desta forma que quero homenagear essa cidade que é orgulho para Santa Catarina, para o Brasil e a nossa gente ordeira, trabalhadora também merece todo o respeito.

Infelizmente na data de hoje não respeitaram uma mulher, a vereadora Maria Emília de Souza, eleita pela cidade de Blumenau, a fazer parte dos festejos.

Mas é desta forma que quero homenagear todos os blumenauenses, filhos da cidade ou adotados, pela forma organizada que vêm construindo a nossa cidade e que é orgulho para todos nós.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até 16 minutos.

Deputado Pedro Uczai, antes de conceder a palavra ao colega que se encontra na tribuna, quero informar que assumi a Presidência neste instante e a deputada Ana Paula de Lima, do seu partido, me informou que o próximo horário seria destinado ao PMDB.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. presidente, hoje pela manhã no horário destinado ao PMDB não havia nenhum deputado presente, foi, então, concedido o horário aos outros partidos. Por acordo de lideranças ou consentimento dos presentes e dos ausentes, o PMDB usou o horário posterior.

Novamente agora à tarde, havia vários deputados do PMDB em plenário, o partido foi chamado para usar o horário reservado a ele e ninguém se manifestou ou se inscreveu para fazer uso da palavra, mesmo com a presença de deputados do PMDB em plenário, diferente de hoje de manhã.

Se isso ocorrer, nós vamos começar a ter aqui um problema de cada vez. Primeiro, nem houve acordo de liderança para o partido usar o horário posteriormente ao que estava definido. Quero chamar a atenção de quem tem a responsabilidade, mas este líder de bancada não foi consultado para fazer alteração de horário de partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ao assumir a Presidência, foi esta a orientação que recebi daquela que me precedeu na Presidência desta mesa.

Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, também estou inscrito logo a seguir. Portanto, não quero causar nenhuma dificuldade e se assim for o entendimento, poderei utilizar o tempo a seguir.

Mas com aquiescência tácita, e agradeço a compreensão dos srs. parlamentares, assomo à tribuna para fazer referência a um evento extremamente concorrido, realizado na última semana e encerrado na última sexta-feira no município de Chapecó, reunindo toda a região do oeste e extremo oeste de nosso estado.

A associação dos moveleiros do oeste de Santa Catarina, junto com os sindicatos, empresários, organizadores, poder público federal, estadual e municipal proporcionou à população, aos lojistas e às missões internacionais uma das maiores feiras do nosso país.

A Mercômóveis, feira de móveis realizada no município de Chapecó, está entre as três maiores feiras realizadas no país. É a principal, ou a maior feira realizada no âmbito estadual. É um espaço importantíssimo para que as 151 empresas do ramo moveleiro possam expor os seus produtos, para 450 lojas do país e mais missões internacionais da Itália, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, enfim, vários países.

O deputado Pedro Uczai, que já teve a oportunidade de governar aquela cidade e que participou de forma efetiva na realização de eventos desse porte extraordinário, pode constatar e confirmar que no último evento, há dois anos, foram efetuados negócios no volume de R\$ 160 milhões. Agora o mercado interno foi o responsável pela cifra de comercialização de móveis na casa de R\$ 180 milhões e mais R\$ 15 milhões de negócios firmados com países que estiveram participando da feira. Chegamos, portanto, à casa de R\$ 200 milhões, deputado Pedro Uczai, comercializados no ramo moveleiro, que tem características, todas elas, da nossa região.

É um ramo que foi extremamente penalizado por conta do câmbio nos últimos anos, no entanto, esta é uma condição do mercado internacional e não há como operar qualquer mudança cambial, ela se regula pelo próprio mercado. No entanto esse setor importante da nossa região dá sinais de vitalidade conseguindo fazer com que ocupemos o espaço extremamente importante gerando vagas de trabalho, riqueza e impostos para toda a nossa região.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Logicamente que quero ouvir a manifestação de v.exa., sempre balizada em dados, em fatos com relação à evolução e ao crescimento do nosso oeste e do extremo oeste catarinense.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Herneus de Nadal, eu quero cumprimentá-lo não só pelo pronunciamento, mas pela sua presença na abertura da feira. Como eu sou deputado de Chapecó e tenho um processo eleitoral local, fiz a opção de não participar para não haver nenhuma conotação de cunho eleitoral, mas quero parabenizá-lo.

Segundo, o setor moveleiro no oeste tem que ser cada vez mais incrementado, porque é um dos futuros fundamentais na geração de emprego, existem bons profissionais que formam uma pequena marcenaria e depois viram empresários desse setor.

Em terceiro lugar, a Mercômóveis começou num pavilhão da Efapi, e a cada ano tem crescido e vai não apenas mostrando o potencial de Chapecó, mas do oeste, e não apenas para o Brasil, já começa a mostrar para o mundo.

E em quarto lugar, eu acredito que já cabe um distrito industrial exclusivo para o setor moveleiro no município de Chapecó. Eu tenho convicção em uma política pública que tem que se voltar para fazer de Chapecó, e vai repercutir sobre todo o oeste, um distrito industrial exclusivo para o setor moveleiro.

Parabéns aos organizadores, parabéns a feira, parabéns ao oeste de Santa Catarina que mostra mais um setor econômico. O futuro do oeste está paralelo e complementar à agroindústria e outros setores econômicos, porque quando houver crise em um setor, o outro segura as pontas de emprego, de desenvolvimento e da manutenção da população na nossa região.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Já contamos, deputado Pedro Uczai, na região extremo oeste, com a indústria moveleira de maior faturamento no estado de Santa Catarina, um mercado que é recente para a nossa região. No entanto, o espírito empreendedor da nossa gente, da nossa região consegue, a exemplo da agroindústria, avanços significativos, expressivos, no mercado de trabalho. São mais de 20 mil vagas e por isso mesmo quero congratular-me com a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina, com o próprio sindicato, com o presidente da Mercômóveis, Bruno Henn; com o diretor-presidente dos Móveis Henn, de Mondai, a maior empresa do setor moveleiro catarinense, que emprega centenas e centenas de trabalhadores, que com muito esmero, auxiliado por todos os integrantes que compuseram a comissão de organização, organizaram um evento de um sucesso extraordinário, que é essa feira importante para o desenvolvimento socioeconômico da nossa região.

É, pois, necessário que aqui no Parlamento, onde se discutem projetos e idéias, que se enalteçam iniciativas do cunho da Mercômóveis, que já tem a marca registrada do sucesso em todo o nosso país e no mundo inteiro.

É importante destacar que nesse evento foram criados móveis com *design* com a cara do oeste catarinense. É a cultura local registrando os seus traços nos móveis fabricados em nossa região por iniciativa de indústrias de médio e grande porte, mas também de pequeno porte, quase de maneira artesanal, que trazem consigo contornos próprios da colonização da nossa região. Através de muita criatividade conseguem registrar fatos importantes, marcos importantes do nosso desenvolvimento.

Então, é importante que tenhamos também a condição de fazer referência aos móveis produzidos na nossa região, em particular os que trazem essa marca do trabalho, da realização e da trajetória desse setor importante e também da colonização daquela região catarinense.

Por isso fiz essa referência, que acredito ser importante, já que a nossa região se caracteriza por feiras de móveis, como a Mercômóveis, feiras na área metal-mecânica e feiras referentes ao agronegócio. A nossa região já congrega inúmeras feiras setoriais, que exibem para o Brasil e para o mundo a capacidade de trabalho, a pujança, o espírito empreendedor dos empresários, dos trabalhadores, da gente oestina e que faz com que ocupemos espaços importantes no mercado internacional, como também no mercado brasileiro.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço v.exa., antes de encerrar esta minha modesta manifestação sobre um evento extremamente importante realizado na última semana.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Herneus de Nadal, líder do governo nesta Casa, e dizer que Santa Catarina vive um dos melhores momentos de sua história, pois já somos um estado competitivo, um estado preparado para receber investimentos.

Quero cumprimentar o oeste de Santa Catarina, através da sua pessoa, eminente deputado, pela sua competência de levar tantos investimentos e tantas empresas para a região. Em Santa Catarina houve um investimento de R\$ 20 bilhões no setor industrial e a sua região tem sido supercontemplada. Isso é fruto de muito trabalho da base do governo e ganha Santa Catarina como um todo. É preciso que reconheçamos o trabalho do governador, que planejou para realizar a pavimentação dos acessos a todos os municípios, o que possibilita os investimentos das indústrias, coisa que está ocorrendo em todo o estado, principalmente na sua região.

Então, quero cumprimentar v.exa., pois sei o papel que desenvolve no assunto. Estamos na vida pública desde 1982 - v.exa. em Caibi e eu em Araranguá - como deputados estaduais. Sei que v.exa. trabalha em cima de resultados e deve fazer isso porque a sociedade elege políticos para buscar resultados. V.Exa., deputado Herneus de Nadal, tem conseguido excelentes resultados, é evidente, para a sua região.

Quero cumprimentar v.exa. por isso e dizer que o seu papel é fundamental para que a balança penda muito fortemente para o oeste de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Além do desenvolvimento alcançado no setor moveleiro, nós conseguimos, em poucos anos, em 40 ou 50 anos, constituir-nos no maior celeiro do estado na produção de alimentos, especialmente carnes e agora de derivados lácteos. Há inúmeras iniciativas do nosso produtor rural, que deu a base, que fornece a matéria-prima para que se desenvolvam iniciativas importantes na industrialização dos derivados do leite. Estamos com indústrias e mais indústrias iniciando atividades lá no município de Pinhalzinho, através da Aurora; lá no município de Nova Itaberaba, com a Cedrense; lá no município de São Carlos, com a Carlitos Alimentos, e logo, logo, no município de Maravilha e em outros municípios.

Então, são inúmeras plantas industriais que entram em funcionamento, movimentando os trabalhadores do interior e também da cidade, fazendo com que possamos experimentar o desenvolvimento e o progresso, sempre almejando renda suficiente para que possamos oferecer condições dignas para os trabalhadores da cidade e também para os trabalhadores do interior, através dos empreendimentos que estão sendo desenvolvidos.

Por isso, sr. presidente, agradeço a deferência e também a compreensão dos nobres pares para que eu pudesse manifestar-me acerca desse tema importante, que envolve o desenvolvimento, que envolve melhores condições de vida para toda a nossa região oeste, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento, para o progresso do nosso estado e também do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Nós temos, como eu falava pela manhã, caminhado pelo interior do estado, fomos a mais de 50 cidades nas últimas semanas discutindo com policiais e bombeiros militares, que querem, sim, o cumprimento da Lei n. 254, ou seja, o que falta pagar: plano de carreira, outros direitos, condições de trabalho, etc.

Também entramos em contato com o processo eleitoral e gostaríamos de registrar aqui, se nos permitem, certo desencanto com a eleição municipal deste ano, talvez até em função do nosso desconhecimento das eleições municipais anteriores, uma vez que não exercíamos a função parlamentar. Contudo, queremos dizer que não vemos neste processo eleitoral o debate de idéias, de projetos, não há discussão acerca de um rumo novo para a sociedade e nem a defesa de um retorno a uma sociedade antiga.

Do ponto de vista das coligações, ninguém pode brigar com ninguém, porque está todo mundo ou praticamente todos os partidos coligados com todos os outros partidos. A lista de coligações de cada um dos partidos mais conhecidos, quase todos, repito, vai de A a Z, quem não coliga em uma cidade, coliga na outra.

Então, é muito difícil um processo eleitoral ser proveitoso sem que se apresente, na minha avaliação, uma proposta, um projeto alternativo para a sociedade.

Mas o deputado Kennedy Nunes, no seu pronunciamento, falava da audiência pública do dia 13 de dezembro do ano passado, em Joinville, quando se discutiu a abertura do Hospital Materno-Infantil Dr. Jeser Amarante e o seu possível funcionamento através de contrato de gestão com uma empresa privada.

Na época nós já falávamos que isso representava a privatização do serviço público, pois nós entendemos que a iniciativa governamental de entregar um hospital inteiramente construído com recurso público para a iniciativa privada e repassar-lhe recursos para que o administre nada mais é do que privatização.

Ainda no ano passado, justamente por conta dessa avaliação, nós entramos nesta Casa com o Projeto de Lei n. 0543/2007, que visava revogar a Lei das Organizações Sociais, a Lei n. 12.929, de 2004, e outras leis posteriores que vão pelo mesmo caminho. O nosso projeto foi rejeitado na comissão de Constituição e Justiça e o relator usou como argumento para a rejeição, deputado Pedro Uczai, o art. 61 da Constituição Federal, que diz, dentre outras coisas, que só o presidente da República pode mexer no efetivo das forças armadas e também extinguir ministérios. Esse foi o argumento para não aceitar aqui um projeto de lei que visava revogar uma lei que privatiza o serviço público.

Nós não propusemos no projeto que fosse modificado o efetivo das forças armadas e nem extinto ou criado nenhum ministério, nem órgão público. O que propusemos é que não houvesse a possibilidade legal, que considero ilegal, inconstitucional e atentatória aos direitos elementares do povo brasileiro, de entregar para um grupo privado a gestão do patrimônio público e dos serviços públicos, porque é isso o que está acontecendo na saúde.

Alegou a secretária, em dezembro passado, que não dava tempo para fazer um concurso! Mas só agora é que o hospital foi aberto! Nove meses depois! Então, em nove meses não dava para ter feito um concurso? É uma política de estado de privatização essa que tem sido levada à frente pela secretaria de Saúde e é isso que estamos falando aqui há um ano e meio e continuaremos falando, porque tem que ser revertida essa política em nome da defesa da saúde da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0089/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que dispõe sobre a educação para o trânsito nos currículos do ensino médio do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0124/2008, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina vereador Rogério de Jesus Teixeira o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima, no município de Otacílio Costa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0141/2008, de autoria do deputado Professor Grando, que institui o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0153/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a destinação dos pneumáticos inservíveis.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0301 e 0302/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0303 e 0304/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0305 e 0306/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0307/2008, de autoria do deputado Renato Caramori; 0308, 0309, 0310, 0311 e 0312/2008, de autoria do deputado Taxista Voltolini; 0313 e 0314/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0315/2008, de autoria do deputado Jailson Lima; 0316/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig; e 0317/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça, pedindo a realização de processo licitatório de concurso para instalação do 2º Cartório de Registro de Imóveis na comarca de Chapecó.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Agricultura, pedindo a inclusão de tratores fruteiros no "Programa Mais Alimentos."

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Mili S/A, cumprimentando-o pelos 25 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Rádio Clube de Canoinhas, cumprimentando-o pelos 60 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sócio-gerente da Rádio Clube de Canoinhas, cumprimentando-o pelos 60 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Profissional de Educação Física.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à policial militar cabo Fabiana da Rosa, cumprimentando-a pela promoção.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à tenente-coronel Maria de Fátima Martins, cumprimentando-a pela promoção.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Malwee, cumprimentando-o pela condecoração do governo estadual com a Medalha Anita Garibaldi.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor, professores e coordenadores dos cursos de Odontologia, Medicina e Educação Física, da Univille, cumprimentando-os pelo reconhecimento nacional no exame de desempenho realizado pelo ministério da Educação, no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor, professores e coordenadores dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Faculdade Guilherme Guimbala, cumprimentando-os pelo reconhecimento nacional no exame de desempenho realizado pelo ministério da Educação no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor, professores e coordenadores dos cursos de Enfermagem e Educação Física, da Associação Educacional Luterana Bom Jesus, cumprimentando-os pelo reconhecimento nacional no exame de desempenho realizado pelo ministério da Educação, no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Porto União, Jaborá, Irani, Mafra, Imbuia e Blumenau, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina e à Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, cumprimentando-os pela realização do 8º Congresso Nacional.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à OAB, cumprimentando-a pela realização da 15ª Conferência Estadual.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à União dos Escoteiros Mirins, do município de Joinville, cumprimentando-a pela realização da 15ª Reunião Ordinária da Assembléia Regional.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito do município de José Boiteux, cumprimentando-o pela abertura da 4ª Mostra da Cultura Indígena.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito do município de Irani, cumprimentando-o pela solenidade de abertura do 20º Festival de Interpretação da Música Popular, Sertaneja e Infantil.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito do município de São Francisco do Sul, cumprimentando-o pela solenidade de abertura da Semana da Pátria.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Canoinhas, Capão Alto, Ponte Alta, Jaborá, Irani, Mafra e Porto União, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Peritiba, Petrolândia e Nova Trento, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o pela promoção concedida às policiais militares Maria de Fátima Martins e Fabiana da Rosa.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da OAB, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Advogado.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Economista.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Deter, pedindo a construção de abrigos nos pontos de ônibus, na Rodovia SC-413 que liga Navegantes ao município de Luis Alves.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, no Congresso Nacional, pedindo esforços para a duplicação da BR-470.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao maestro e regente da Fanfarra Municipal de Três Barras, cumprimentando-o pela participação e conquista do título de Campeã Estadual de Bandas e Fanfarras.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Medicina, cumprimentando-o pela reeleição ao cargo.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Federal de Educação Física, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Profissional da Educação Física.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Santa Terezinha, Guarimirim, São Bento do Sul, Canoinhas, Mafra e Porto União, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen de Itajaí, cumprimentando-a pelo índice de parto normal realizado.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Guaraciaba, Tigrinhos, Romelândia, Mafra, Nova Itaberaba, Sul Brasil, Bandeirante, Cunhataí, Flor do Sertão e Princesa, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, cumprimentando-a pelo aniversário de 50 anos de fundação.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero aqui, rapidamente, até porque não tive oportunidade de utilizar hoje a tribuna desta Casa, parabenizar esta rádio, assim como outros parlamentares o fizeram nesta tarde, porque a Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, foi responsável pela divulgação e, acima de tudo, pela orientação à nossa comunidade em grandes eventos da sociedade blumenauense como, por exemplo, na campanha pela duplicação da BR-470, no trabalho da duplicação da BR-101, e em muitos eventos importantes, esclarecendo a população, no caso, das enchentes e também cada vez mais motivando a nossa sociedade, a nossa comunidade.

Por isso, quero aqui, sr. presidente, na votação desse requerimento pedir apoio dos srs. parlamentares e dizer da importância dessa rádio, não só para Blumenau, mas para o vale do Itajaí e para Santa Catarina, acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento já está deferido, sr. deputado.

A Presidência interrompe a Ordem do Dia para registrar, com satisfação, a visita do Colégio Interação, do município de Morro da Fumaça, no sul do estado.

Sejam todos muito bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Brasil Telecom, pedindo a instalação de telefone público na rua Maritânia em Balneário Camboriú.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann, para falar sobre esse requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, como também não tive oportunidade nesta tarde - e foi feita muito bem essa homenagem na tribuna pelo deputado Ismael dos Santos - quero aqui também parabenizar Blumenau pela passagem de seu aniversário, assim como todo povo dessa cidade maravilhosa, que é trabalhador, ordeiro, honesto e, acima de tudo, sempre respeita o próximo, agindo com a verdade e com honestidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência defere de plano.

Feito o registro do deputado Jean Kuhlmann, a Presidência dá seqüência à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, pedindo a ampliação do número de linhas telefônicas na rodovia do arroz, no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica manifestando pesar pelo falecimento do sr. Ovidio Sgarbi, ex-vereador do município de Palmitos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da Indústria de Móveis Henn Ltda., cumprimentando-o pela participação à frente da comissão organizadora da Mercomóveis 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e a toda a torcida avaiana, cumprimentando-os pelos 85 anos de fundação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Ontem, como a grande maioria dos catarinenses já sabe, o Avaí Futebol Clube completou 85 anos de fundação. Foi fundado no dia 1º de setembro de 1923, e gostaríamos de registrar aqui esse fato importante, como avaiano, não sectário nesse sentido, até torcendo para que o futebol catarinense possa crescer cada vez mais, pois o Avaí está aí embalado para a primeira divisão, e torço pela permanência do Figueirense na primeira divisão, quicá, o Criciúma possa também se recuperar assim como outros clubes catarinenses para fortalecer o esporte em geral e o esporte em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Brasil Telecom, pedindo a ampliação de rede de telefonia fixa no bairro Óleo Grande, no município de Gaspar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Blumenau e Porto União, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Mafra, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Porto União, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Brasil Telecom, solicitando a instalação de um posto telefônico e a expansão da rede de telefonia fixa na rua Geral Escalvado, no bairro Vila Nova, no município de Barra Velha.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Educação Física, Carlos Alberto Teixeira, ao presidente da Associação

de Profissionais de Educação Física e ao sr. Rafael Afonso Gaspar, coordenador-geral da regional 6, da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Profissional de Educação Física, comemorado no dia 01 de setembro.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro da Justiça e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando estudos urgentes para elaboração de proposição legislativa que considere infrator os condutores que apresentarem alterações devido o uso de drogas e rebites.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando estudos para inclusão dos Tratores Fruteiros e Tratores Estreitos no Programa Mais Alimentos em apoio à fruticultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento Agrário apelando pela criação de medidas visando à inclusão de Tratores Fruteiros na linha de crédito do Plano Safra Mais Alimentos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada a todos os ministros e ministros do Supremo Tribunal Federal, manifestando apoio à regulamentação da profissão de jornalista e solicitando o não provimento do recurso extraordinário n. 511.961, mantendo a obrigatoriedade da formação superior para o exercício da profissão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações se a empresa responsável pelo Porto de Navegantes está cumprindo integralmente as metas de compensação inseridas no licenciamento ambiental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações sobre a distribuição de passes do *ferry-boat* no município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações a respeito dos municípios beneficiados com a construção de abrigos de ônibus no período de janeiro de 2007 a agosto de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações sobre o valor mensal pago a empresa Santa Catarina Ltda., que faz o transporte de *ferry-boat*, de Navegantes à Itajaí, referente à concessão de passes destinados a travessia de pedestres, proprietários de bicicletas e de motos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado, solicitando encaminhamento de relatório circunstanciado do processo licitatório para execução das obras da 2ª etapa do Aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi, no município de Jaguaruna.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, v.exa. conhece bem esse processo todo, as resistências que haviam em algumas regiões já foram completamente superadas e, agora, por incrível que pareça, o governo continua atrasando esse processo.

As obras da segunda etapa foram anunciadas pelo governo para ter início no mês de fevereiro, a licitação foi feita sem prever o terminal de cargas, que é a principal função do aeroporto, e agora não se consegue informações. O processo licitatório foi concluído, não se sabe até hoje quem é vencedora, não se divulga, não tem mais previsão para a obra que teve o início marcado para fevereiro deste ano. Portanto, é mais uma obra deste governo faz-de-conta. E eu espero que antes da conclusão do julgamento no TSE em Brasília, o governo possa deixar pelo menos uma marca lá na nossa região e começar a segunda etapa do aeroporto.

Por isso, nós queremos saber, conhecer o processo inteiro, para saber onde está o problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do Partido Progressista, a ser enviado ao secretário da Infra-Estrutura, solicitando encaminhamento de cópia do contrato n. PJ 025/2006 e aditivos firmados entre o Deinfra e a empresa Perkons S/A, que trata da prestação de serviço de manutenção dos controladores de velocidade e radares nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, por unanimidade.

Não há mais matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a todos os srs. deputados que hoje teremos a primeira edição do Santa Tech que é um programa que visa semestralmente prestigiar ações inovadoras no campo da tecnologia, da indústria automotora e dos demais segmentos de Santa Catarina.

Hoje teremos o primeiro evento que será realizado no Auditório Antonieta de Barros e todos os parlamentares, evidentemente, estão convidados. Seria muito interessante que participassem desse evento no qual serão apresentados dois exemplares de carros construídos em Santa Catarina, com toda criatividade catarinense, um programa interessante que a Assembleia Legislativa lança e escolherá, de acordo com o regulamento, semestralmente, um case de sucesso para ser prestigiado e homenageado aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Gostaria de comunicar que as indicações e os requerimentos por mim apresentados nesta Casa, com certeza, serão de grande importância para o médio vale.

Agradeço ao sr. presidente e aos deputados pela aprovação e o envio dessa matéria ao sr. governador e autoridades competentes.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, começará amanhã aqui em Florianópolis um grande encontro de médicos oftalmologistas de Santa Catarina, do Brasil, de todos os países da América do Sul, Central e América do Norte, também tendo participação de médicos oftalmologistas da Europa. Esperamos reunir mais de cinco mil profissionais aqui na capital catarinense. E hoje à noite, às 19h, provavelmente depois do evento que v.exa. destacou e que também será uma homenagem, a Assembleia Legislativa prestará uma homenagem aos oftalmologistas, à equipe organizadora desse grande encontro, pelos relevantes trabalhos prestados à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas para demonstrar à Santa Catarina, o jornal de maior circulação da China na província de Henan, estampa na capa o vice-governador Leonel Pavan com a bandeira de Santa Catarina divulgando o nosso estado, mostrando Santa Catarina para o mundo, deputado Julio Garcia. E está aqui junto o nosso presidente, o mago Nerino Furlan, esse homem que fez essa bicicleta ir à China, pois nós fomos à Europa também com a bicicleta mostrando os ideais de Blumenau, de Santa Catarina, a nossa cultura germânica, o nosso jeito de ser.

E aqui v.exa. pode ver, presidente Julio Garcia, a quantidade de chineses nesta capa de jornal de um milhão de assinantes. Está aqui o vice-governador Leonel Pavan abraçado com os catarinenses e com a bandeira de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Pelo meio de locomoção até que foram rápido, deputado.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch que, na forma do Regimento Interno, tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, e todos que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL.

Quero dizer que na última sexta-feira, na parte da manhã, estivemos em São Miguel D'Oeste em uma grande reunião onde se discutiu um assunto extremamente complexo, difícil, mas importante para Santa Catarina, juntamente com um conjunto de entidades. Foi um encontro muito representativo, onde foi discutida a agregação de valores pelas agroindústrias familiares. A representação do encontro mostra a dificuldade que estamos tendo em nossos municípios para construir uma estratégia, uma política pública de incentivo e construção de agregação de valores na nossa agricultura.

Estiveram representados praticamente todos os municípios, secretarias municipais de Saúde e de Agricultura, secretário de Agricultura, o Ministério Público, a secretaria regional, Epagri, a Cidasc, os parlamentares, representados por este deputado e pelo deputado Pedro Baldissera, uma vez que estivamos representando a Assembleia Legislativa.

Foi um encontro que mostrou uma grande preocupação, pois faz anos que nós viemos debatendo esse tema. Santa Catarina tem a possibilidade, deputado Silvio Dreveck, de construir uma política, um sistema, um modelo de desenvolvimento de micro e pequena indústria, ou da agroindústria familiar, mas há uma dificuldade extrema por parte dos agricultores de ter assistência técnica, de uma política do estado de investimento. Para se ter uma idéia, na há praticamente nenhum técnico da Cidasc acompanhando as mais de 20 agroindústrias da região do extremo oeste. São todos municipais, os veterinários são contratados pelo município. Isso traz uma dificuldade e há uma ação do Ministério Público, da vigilância sanitária, que fechou três novas agroindústrias familiares.

O que se levantou é que essas famílias, esses grupos, essas agroindústrias precisam de oportunidade, de assessoria técnica, de incentivo. Está todo mundo querendo cobrar a conta desses grupos. Realizamos uma audiência pública, há poucos dias, sobre os conselhos de representação de Medicina Veterinária, de Engenharia, os vários conselhos, e está todo mundo querendo cobrar desses grupos. Essa é uma nova experiência que não pode ser tratada como as grandes agroindústrias em Santa Catarina, como há pouco debatia aqui o deputado Herneus de Nadal.

Se o estado tem uma política de incentivo às grandes agroindústrias, precisa construir urgentemente uma política para as micro e pequenas agroindústrias familiares, porque podem ser construídas dezenas de experiências nos nossos pequenos municípios, que muitas vezes não têm a possibilidade de trazer uma grande agroindústria para o município, mas pode dar a oportunidade para milhares e milhares de agricultores e suas famílias, para os jovens ficarem na propriedade, na comunidade, produzindo alimentos e agregando valores, gerando impostos e construindo o desenvolvimento dos municípios.

Nessa reunião foi feito um conjunto de encaminhamentos e um deles é criar um grupo de trabalho. Inclusive todas as prefeituras, secretarias, entidades, sindicatos, associações, agroindústrias e Ministério Público, propuseram construir um grupo de trabalho para vir a esta Casa discutir se há necessidade de mexer novamente na legislação. A Lei n. 10.610 não está sendo colocada em prática no estado, e precisa-se discutir o porquê disso, porque é uma lei que de fato permite uma política para as micro e pequenas empresas e para a agroindústria familiar poder atuar e produzir.

A partir dessa comissão também se discutiu a possibilidade de se construir um TAC - Termo de Ajuste de Conduta dessas agroindústrias, e dar um prazo para que elas possam buscar as soluções para as questões que ainda são judicialmente questionadas, como é o caso do tratamento dos produtos. Nesta perspectiva a reunião foi muito produtiva e representativa. Queremos aqui aproveitar para parabenizar toda a organização do extremo oeste catarinense, seja do Conselho de Segurança Alimentar ou dos municípios que estão, quem sabe pela primeira vez na história, construindo um termo de adesão dos municípios para construir um consórcio intermunicipal para as agroindústrias familiares, para agregação de valor. Esta perspectiva de organização, de articulação da região de não deixar e não abandonar a idéia da agregação de valor é muito importante, inclusive para o estado de Santa Catarina.

Queremos cumprimentar o sr. Silvio, de Guaraciaba, que está coordenando o Conselho de Segurança Alimentar, as diversas entidades, secretarias de agricultura que estão puxando esse debate na região. E com certeza a região será vitoriosa nesta luta e nós nos vamos somando a esse trabalho na região para poder construir ali uma experiência e depois transformá-la, quem sabe, numa experiência do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo, deputado Dirceu Dresch, porque não vejo o futuro do oeste de Santa Catarina se houver um único modelo de desenvolvimento. A pequena e média agroindústria familiar rural é uma das alternativas fundamentais, não só para a sobrevivência da agricultura familiar - agora também o leite é uma expressão enorme, é a maior bacia leiteira do oeste de Santa Catarina, dá para agregar valor em vários produtos do leite -, mas também para a sobrevivência dos pequenos municípios da nossa região para evitar o êxodo rural e também o empobrecimento das nossas cidades.

Parabéns pela sua luta e para todos que estão lutando para agregar valor, gerar desenvolvimento. Por isso o governo do estado que tem lei hoje, não precisa mais de lei, o que é preciso é vontade política e orçamento para implementar as políticas de agregação de valor através da pequena e média agroindústria familiar rural.

Parabéns e cumprimento v.exa. por esta luta.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. Nós estamos propondo a realização de uma audiência pública nesta Casa para melhorar a ação e responsabilizar quem é responsável para tocar esse processo, porque ele precisa caminhar.

E por último eu queria registrar uma cobrança que eu já fiz em uma indicação no mês de abril, que é a recuperação da SC-283, que liga o município de Chapecó a São Lourenço do Oeste. Estive na noite de ontem passando por esse trajeto que é extremamente perigoso, cheio de buracos, com pouca sinalização, o que nos preocupa, porque pode causar muitos acidentes, pois é um trecho com muitas curvas. Por isso queremos cobrar do Deinfra e do governo do estado a recuperação desta rodovia tão importante para o estado de Santa Catarina.

Nesta mesma direção, a região de São Carlos, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul e Planalto Alegre faz uma grande cobrança para a instalação da lombada no município de Águas de Chapecó, pois a falta de lombadas já causou muitos acidentes. Além disso vou fazer, no dia de amanhã, uma indicação para que seja feito um estudo para a instalação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual naquele trajeto.

Os três postos da Polícia Rodoviária que existem ficam em Iporã do Oeste, em São Lourenço do Oeste e em Concórdia, e se houver um acidente demora de duas a três horas o atendimento. Mesmo no caso de furto não há como fechar esse trajeto entre Chapecó e a BR-153 que liga o Rio Grande do Sul a cidade de Palmitos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Joares Ponticelli, com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Marcos Vieira, com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. Presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Num primeiro momento quero abordar aqui uma notícia que li nos jornais de hoje e que me deixa muito triste, porque nós parlamentares, desde as Câmaras de Vereadores deste estado e também deputados estaduais, aqui desta tribuna já usaram a palavra, assim como eu, no tocante à área da saúde, ou seja, a dificuldade dos cidadãos de acesso à saúde por diversas circunstâncias, principalmente aos exames e medicamentos de alto custo. Hoje li em notícias dos jornais, que uma organização criminoso no estado de São Paulo instalou-se para burlar o SUS com um esquema envolvendo médicos, ONGs e advogados, especificamente no tratamento da psoríase e de outro tipo de doença que esqueci o nome agora.

Formou-se uma quadrilha com representantes de laboratórios, e junto com essa quadrilha o médico prescreve o medicamento, que não é fornecido pelo SUS, e num esquema de laudo vão à Justiça com o advogado já preparado para tal. Este consegue o fornecimento do medicamento que custa aproximadamente, para cada paciente, em torno de R\$ 6 mil/mês. O rombo dado no governo do estado de São Paulo é de R\$ 63 milhões/ano. Isso foi levantado agora.

Será que isso não está acontecendo também no estado de Santa Catarina? Será que nessas prefeituras com poucos recursos alguns medicamentos são prescritos por médicos mal intencionados - não são todos, em todas as classes existem pessoas de todos os níveis -, porque vemos prefeitos pelo estado todo reclamar que a cesta básica da saúde é insuficiente para manter a população no caso de doença. As pessoas então, recorrem à Justiça, e automaticamente o Ministério Público determina que se conceda o medicamento prescrito pelo médico, tendo as prefeituras que fazer o investimento em razão desta ação judicial, quando talvez outro medicamento fizesse o mesmo efeito.

Lamentavelmente neste país que é rico em todos os níveis, nós temos classes que trabalham em desfavor da sociedade, do povo menos favorecido, daquele que sofre e que trabalha. Tenho andado pelo estado, assim como a maioria dos deputados, na campanha política que é inerente a nossa função e tenho visto inúmeras pessoas reclamarem da dificuldade que encontram na saúde.

Os prefeitos do estado de Santa Catarina têm levado pau, como se diz na gíria popular, por não atender os pacientes na sua cidade, porque os exames de alto custo não são em sua totalidade bancados pelo SUS, e ao mesmo temos pessoas que vão aos cofres públicos dar rombo com falcatruas, levando o governo federal a bancarrota, porque também subsidia os governos estaduais e municipais e assim sucessivamente.

Essas pessoas deveriam estar atrás das grades. Deveria haver uma ação forte da Justiça, estampá-los à sociedade e algemá-los mesmo, porque eles estão tirando a oportunidade de um cidadão, que realmente está precisando, de ter acesso a um medicamento que poderia ser concedido a um preço mais justo, mais barato. Mas quem não está envolvido em esquema, quem não tem um advogado corrupto, não consegue mover uma ação para receber os medicamentos que ele necessita para salvar a sua vida.

Isso me deixa extremamente entristecido como deputado, como já disse em outras oportunidades, e algumas vezes frustrado quando as pessoas me procuram no gabinete - e tenho certeza de que também nos gabinetes de outros deputados - precisando desses exames, e aí você vê que não há mais solução.

Quero pedir aqui aos médicos deste estado que procurem analisar as doenças das pessoas; a raiz e ramificação de doenças, porque por qualquer coisa eles pedem uma ressonância, ou uma tomografia e não querem saber do cidadão comum, que fica numa fila por um, dois ou três anos esperando para fazer uma ressonância. Muitos no decorrer desse tempo perdem a vida, os seus entes os perdem.

Eu fico realmente entristecido! Gostaria que este país, que já melhorou bastante, continuasse melhorando principalmente na área da saúde, dando suporte às pessoas mais necessitadas. Que o governo federal e o governo estadual desenvolvessem uma ação efetiva nesses municípios mais pobres, aqueles que têm uma receita até R\$ 1 milhão por mês - e temos um grande número de municípios no estado de Santa Catarina nessa situação - para que sejam privilegiados com uma cesta básica do SUS um pouco melhor do que a que é concedida hoje, para que essas pessoas que precisam de tratamento ou de exame de alto custo possam receber um tratamento melhor por parte do governo.

Fica aqui o meu repúdio a esses maus brasileiros que prestam um desserviço ao país, levando ao desespero as pessoas que não conseguem ter acesso aos medicamentos, e alguns daqueles medicamentos que não há necessidade de ser receitados eles conseguem através de ações inescrupulosas movidas na Justiça.

Quero, sr. presidente e srs. deputados, congratular-me com os profissionais da Educação Física pela passagem do seu dia comemorado ontem. Um requerimento meu foi aprovado aqui, porque tenho visto o trabalho de muitos e muitos anos realizado por esses profissionais. Hoje, especificamente, na questão da saúde, são esses profissionais que nos dão a orientação de como proceder na nossa vida com exercícios físicos e tantas outras situações. São eles que nos dão essas orientações.

Espero que esse trabalho seja cada vez mais forte e mais efetivo nas escolas municipais e estaduais, e também, é lógico, nas escolas privadas, que já são um pouco mais preparadas, já têm um pessoal de ponta para realizar esse trabalho, para que possamos economizar na área saúde por todas as razões que já coloquei aqui.

O PSDB de Santa Catarina soma-se, em meu nome, a muitos e muitos brasileiros que tiveram acesso à reportagem dessa falcatrua, em repúdio àquele cidadão que deve ser banido do serviço de advocacia, assim como devem ser banidos os médicos, porque não são bons profissionais, são maus, para que possamos vivenciar dias mais felizes em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente deputado Antônio Aguiar, srs. parlamentares, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Deputado José Natal, quero, da mesma forma e na mesma direção, dizer da indignação quando existe corrupção, e mais ainda quando é na área da saúde, porque tira o direito dos mais pobres de ter acesso à saúde, aos remédios, ao Sistema Único de Saúde - SUS, que é uma das melhores experiências do mundo, mas precisa-se construir controle social, transparência e honestidade com o dinheiro público.

Então, quero aqui manifestar também a minha indignação, eu que fui prefeito de Chapecó e fui premiado entre as onze maiores experiências de saúde do país, tendo recebido, inclusive, um prêmio de R\$ 50 mil do ministério da Saúde, pois distribuíamos 183 tipos de remédios gratuitamente.

Vejo muitos municípios e estados do país com dificuldades de socializar os remédios para doenças com tratamento de alta complexidade e alto custo, pois já se começa a montar quadrilhas na área jurídica. Há poucos dias ouvi, deputado José Natal, uma pessoa dizer: "Entra na Justiça que você consegue"! Na verdade, o remédio de alto custo cabe ao governo do estado. O remédio de alto custo é responsabilidade do governo do estado. Em São Paulo, o governo do PSDB, do partido de v.ex.a., deputado José Natal, acabou sendo vítima em mais de R\$ 60 milhões, fruto dessa quadrilha organizada da qual fazem parte profissionais da saúde e advogados. E o Judiciário, com um pouco de descuido, muitas vezes não percebe que se está construindo uma grande quadrilha para roubar o dinheiro público, tirando, portanto, dinheiro da saúde que o povo tanto precisa.

Nessa direção, quero fazer uma denúncia aqui da área da educação, pois sou professor universitário há 20 anos e fui autor da regulamentação do art. 170. Na época, previmos na lei que a concessão de bolsas de estudo pelo art. 170 deveria ser promovida por três alunos, dois membros da direção (e o deputado Reno Caramori lembra essa época do Parlamento) e um promotor público, com o intuito de não haver interferência política. Aos poucos o Ministério Público entendeu que não era tarefa sua fazer a seleção e foi-se distanciando.

Soube, através da imprensa, de uma aluna de Blumenau que foi condenada pelo juiz, a quem quero parabenizar, juntamente com seu irmão e com o advogado, porque falsificaram o documento dizendo que eram pobres para ter acesso à bolsa de estudos do art. 170. Tenho aqui a ação penal proposta pelo Ministério Público contra a Ana e a Maria, por crime de estelionato, por falsificação de documento. Tinham vários imóveis no município de Guabiruba e estavam estudando em Blumenau. O juiz condenou não à reclusão, como rés primárias vão fazer só serviços comunitários e pagar dois salários mínimos. Mas acho que a pena deve ir além, se receberem bolsa, devem devolver os valores recebidos porque lesaram o direito de outro aluno a quem foi negado o direito de estudar porque não tinha condições de pagar a mensalidade.

Esse exemplo é emblemático. O juiz condenou a aluna e a irmã, e há um processo paralelo contra o advogado porque orientou uma jovem universitária a assinar documento falso. Por isso tem que ir para a cadeia; tem que ir a aluna, a irmã e o advogado. Têm que ir para a cadeia porque é dinheiro público, a bolsa de estudos é para aqueles que mais precisam.

Lutamos pela aprovação do art. 170, lutamos pelo seu aperfeiçoamento, agora sancionado pelo governador, e achamos que é preciso haver lisura na concessão das bolsas de estudo. Aluno que quer formar-se na universidade e falsifica documento tem que ser expulso e ir para a cadeia. O juiz condenou Maria e Ana a devolver as bolsas, mas devem não só devolver a bolsa, têm que ir para a cadeia, pois é dinheiro do povo, é dinheiro de impostos.

Eu defendo que todo mundo possa ter acesso à universidade pública e gratuita, inclusive estamos lutando para que isso aconteça no oeste de Santa Catarina a partir do ano que vêm. Porém, enquanto não houver a universalização desse direito, tem que prevalecer o mesmo critério do dinheiro público, ou seja, o princípio da equidade. Enquanto não houver o direito universal ao ensino superior, tem que haver equidade. Assim, quem mais precisa tem que receber primeiro, o mais pobre tem que receber primeiro, depois vai universalizando o direito à bolsa de estudo, o direito ao ensino superior.

Estou muito feliz que esse direito vá-se ampliando com a sanção da lei que propusemos nesta Casa, para que mais jovens recebam a bolsa de estudos do art. 170. Mas não poderia deixar de manifestar a minha indignação e ao mesmo tempo elogiar o juiz Luiz Felipe Siegert Schuch, da 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau, que condenou uma aluna de 24 anos, Maria, o nome foi substituído para preservar a identidade. Não devia preservar identidade nenhuma! Tinha que publicar o nome dessa aluna, o seu sobrenome, para que o pai e a mãe se envergonhassem da filha que têm, que colocaram na universidade e que falsificou documento.

O Sr. Deputado José Natal - V.Ex.a. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Não sei se contribuo com v.ex.a., mas tenho falado nessa mesma linha do tal do Enem.

Eu escutei uma notícia que me deixou feliz esta semana. O presidente Lula está pensando em acabar com o vestibular e possibilitar o acesso à universidade através do Enem. Eu achei fantástico! Que isso se concretize para que esse tipo de pessoa não possa fazer falcatruas. Fico feliz com a notícia, com certeza absoluta!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Ex.a. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pedi o aparte apenas para adicionar ao seu discurso, deputado.

Nós acompanhamos de perto esse processo relacionado à universidade de Blumenau. Permita-me aqui uma rápida reflexão, até filosófica, chamando para o debate Paul Tillich. A corrupção humana vai além das estruturas históricas e sociais. Ela está encravada no coração humano. E é por aí que nós temos que começar.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado, essa é a razão do debate sobre a corrupção. V.Exa. trouxe a questão da saúde, eu estou trazendo a questão da educação, sobre o procedimento de uma aluna. No interior da sociedade e agora, no período eleitoral, a corrupção se mostra muito presente. Não são só os políticos - e muitos daqueles que se manifestam, a imprensa mencionado tem como suspeitos de corrupção -, há também empresários envolvidos, pois o setor privado está sempre envolvido na relação pública. Muitas vezes, no processo eleitoral também se manifesta a compra e a venda de votos. Um vendedor de loja disse-me: "Se você me pagar R\$ 400,00 para a ressonância magnética, tenho 22 votos em minha família". Eu disse a ele: "Pensei que você estava vendendo eletrodomésticos e não a sua dignidade e a sua família junto."

Então, essa relação de corrupção, deputado Ismael dos Santos, concordo com v.exa., é cultural e precisa ser enfrentada no conjunto da sociedade com valores da ética, da transparência, da democracia, da honestidade com a coisa pública. A corrupção tem que ser sempre condenada, mas não se pode colocá-la num único espaço, que é o espaço da política. A expressão da política tem também expressões de corrupção, porque na sociedade manifesta-se essa relação, principalmente no setor privado. Lá na saúde, deputado José Natal, vá lá! Quem se está beneficiando? É tirar dinheiro público, é tirar do povo para alguns da área privada enriquecerem ilicitamente.

Quero concluir o meu pronunciamento manifestando uma perspectiva cada vez maior na área da educação, não só do art. 170. Nós queremos que o governo cumpra o que está previsto na Constituição. Assim como a Lei n. 254 tem que ser cumprida - e o deputado Sargento Amauri Soares tem sempre se batido pelo seu cumprimento -, o art. 171 é lei, faz parte da Constituição do estado.

O governo do estado está concedendo R\$ 2,8 bilhões em incentivos fiscais às empresas privadas e zero centavos para o art. 171. Zero centavos! Quarenta e seis milhões de reais estão previstos para as bolsas de estudo do ensino superior em Santa Catarina. Zero reais até agora foram destinados a bolsas de estudo, bolsas de pesquisa e extensão para os alunos das universidades de Santa Catarina.

Queremos que o governo do estado, como qualquer cidadão, cumpra a lei! Queremos ver o governo do estado cumprindo a lei. Está concedendo incentivos fiscais às empresas, mas não está concedendo bolsas de estudo para os jovens catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Carlos Hoegen, o Carlão, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Quero cumprimentar o nobre parlamentar, deputado Antônio Aguiar, grande líder e representante da nossa querida região do planalto, que com muita competência preside esta sessão.

Srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, há pouco ouvia com bastante atenção alguns pronunciamentos em relação à saúde pública em Santa Catarina. Em qualquer lugar que se vá, por onde se ande nesse campo da política, visitando nossas cidades, as praças, os municípios, a região que representamos, o debate está sempre centralizado nessa área. O sofrimento do povo é *sui generis* em Santa Catarina! Nós estamos assistindo, infelizmente, ao debate do que se fez ou deixou de fazer, mas nada está sendo aprofundado nesse campo, deputado Ismael dos Santos.

Srs. deputados, vemos com tristeza o alongamento das filas de espera, a infraestrutura se deteriorando na saúde pública de Santa Catarina, o transporte de pacientes para fora de seu domicílio, deputado Reno Caramori, sendo feito de forma vergonhosa, desumana. V.Exa., que é da região norte, pode bem imaginar o cidadão saindo lá de Caçador ou de mais distante ainda para fazer um tratamento de quimioterapia, de radioterapia ou qualquer outro aqui na capital, vindo dentro de um veículo, sendo transportado como gado, como animal, pois os veículos são fechados, sem janela, sem ar-condicionado. Eles vêm para Florianópolis porque não encontram na sua cidade tratamento específico.

Esse é um debate que Santa Catarina já fez, mas que, infelizmente, deputado José Natal, não saiu da promessa e da palavra.

Eu tive a oportunidade de ser prefeito e na minha cidade, graças a Deus, quando deixei o governo, a saúde pública tinha mais de 70% de aprovação. O que faltava era aquilo que infelizmente os prefeitos têm dificuldade para resolver, que é a questão dos atendimentos que não existem nas suas regiões.

É preciso discutir profundamente, deputado Antônio Aguiar, a situação dos pequenos hospitais filantrópicos - e v.exa. que é médico sabe disso - de Petrolândia, de Witmarsum, de Vidal Ramos e de Imbuia, que abriram suas portas para salvar vidas e que hoje estão em estado de falência, vivem de esmolas, vivem de rifas, vivem de doações para manter-se.

Lamentavelmente, sofre a população, sofre o povo catarinense. A Constituição exige que 15% do Orçamento dos municípios sejam aplicados em saúde. É pouco ainda, os estados e a união deveriam investir mais. Se o debate está centrado na área da saúde, deputado José Natal, é porque efetivamente o povo está cobrando. Isso que está sendo discutido nos debates eleitorais é o sentimento da rua, é o sentimento do povo, é o sofrimento da gente catarinense. E eu vejo isso com muita tristeza, porque infelizmente o debate paira sobre a discussão daquele que fez mais ou do que fez menos, sem buscar o caminho da solução para tudo isso.

Eu não tenho dúvida de que é preciso que acordemos para que aqueles que têm o poder de investir invistam cada vez mais. Nada o cidadão pode fazer, deputado Antônio Aguiar, se não tiver saúde. A saúde interfere na questão produtiva, no aprendizado, na vida em família. A doença de um filho traz tristeza, traz apreensão, traz preocupação para a família inteira. Quando o pai está doente, preocupa toda a família e perde o Brasil, perde a sociedade. Nós não vemos neste país nenhum investimento efetivo para sanear e mudar esse estado de coisas. É apenas o cidadão que mendiga, na farmácia básica, o remédio que não consegue comprar depois de ter conseguido com muito custo uma consulta médica.

Infelizmente, não vemos nenhuma luz. Apesar de ter sido citado aqui o SUS como um grande exemplo do Brasil para o mundo, nós não vemos que esse sistema seja, efetivamente, um grande exemplo. O cidadão espera oito meses por um exame, o cidadão espera um ano por uma consulta; o cidadão já morreu quando é, finalmente, chamado para ser atendido.

Portanto, acho que o governo do estado, o governo federal e nós, neste Parlamento, enfim, todos os que se envolvem nas questões comunitárias, na área da saúde pública, deveríamos ter mais sentimento, mais coração, para que pudéssemos diminuir o sofrimento daquele cidadão que se humilha para ir ao SUS, porque ele não vai lá porque gosta, vai porque não tem recurso, pois se pudesse pagar passava a mão no talão de cheque e viria à capital ou onde quer que fosse para solucionar o seu problema de saúde. Alguns o fazem, a elite faz isso. Ela, que tem maior poder de pressão, talvez não cobre soluções. E o povo que não está organizado, efetivamente continua sofrendo e sofrendo muito em razão de tudo isso.

Esperamos que o debate nas eleições municipais não se restrinja a discutir sobre quem fez mais ou deixou de fazer pela área da saúde e entre em profundidade na questão para solucioná-la. Se não solucionar, que pelo menos encaminhe para um futuro melhor o serviço da saúde pública em Santa Catarina, que é igual em todo o país.

Há outro assunto que me chama a atenção. Nós comemoramos, no dia 1º, o Dia do Professor de Educação Física, deputado Ismael dos Santos. Uma profissão que foi regulamentada há alguns anos pelo presidente Lula, numa demonstração de que estamos respeitando a categoria.

Essa data, srs. parlamentares, fez-me lembrar a participação do Brasil nas Olimpíadas, uma participação pífia, vergonhosa, para uma nação que é a oitava economia do mundo, que é a sexta população do planeta, que tem uma das maiores áreas territoriais. E o esporte é o grande caminho para a solução de problemas sociais mais diversos, é o rumo certo para a formação do cidadão.

Nós falamos que a escola forma o cidadão. A escola não tem que formar o cidadão. O cidadão é formado na família e no esporte. Esse é o caminho da sua formação. Na escola ele busca o conhecimento, o discernimento sobre as áreas da ciência. Agora, no esporte aprende a ser útil ao grupo, aprende a perder, a ganhar, a se socializar. O esporte é uma forma de resgatar o lado mais triste da nossa sociedade. O cidadão que se está desviando para caminhos tortuosos, para o difícil caminho das drogas e de outros vícios, tem uma oportunidade de resgate através do esporte.

Não adianta empurrar, como foi feito, ao COB - Comitê Olímpico Brasileiro - R\$ 1 bilhão para preparar meia dúzia de atletas. A maioria dos que ganha medalha lá, após um emocionado discurso de comemoração, relata que teve que vender a geladeira, o fogão, o carro do pai, que teve que pegar um empréstimo com o tio para poder chegar às Olimpíadas.

O atleta do judô que emocionou o Brasil porque não conseguiu a classificação para a obtenção da medalha fez o Brasil chorar porque informou que lá estava depois de ter feito uma rifa para conseguir subir da faixa marrom para a faixa preta e poder disputar na condição de representante do Brasil.

Nós temos que, acima de tudo, acreditar que esta é uma forma de preparar, de socializar, de formar cidadãos. E Santa Catarina poderia dar o exemplo. Santa Catarina é um estado que tem dado inúmeros exemplos para o Brasil. Quiçá o nosso governador Luiz Henrique da Silveira e o nosso secretário Paulo Bauer pudessem acordar e fazer de Santa Catarina um celeiro para fornecer atletas para representar o nosso país. E não apenas para isso, mas para que nós tivéssemos cada vez mais este estado como uma referência de cidadãos conscientes, de cidadãos responsáveis, de cidadãos éticos, que é o que o esporte pode propiciar.

Eu não tenho dúvida de que acordados para isso nós teríamos um Brasil mais humano, nós teríamos um Brasil diferente, nós teríamos uma pátria que não apenas regozijaria a todos os cidadãos no momento de mostrar a medalha, mas as conquistas pessoais, na formação do cidadão, a construção de uma sociedade diferente que o estado pode propiciar. Seria um grande orgulho e a grande satisfação para todos nós.

Portanto, feito esse registro, deputado Ismael dos Santos, esperamos que essas Olimpíadas sirvam não apenas para que discutamos a condição de sermos sede lá na frente, mas que discutamos a condição de ofertar aos nossos cidadãos, de maneira especial àqueles que não têm outra oportunidade senão o esporte, a condição de viver mais e melhor com mais dignidade neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, é com prazer que retornamos, no início desta semana, às atividades neste Parlamento, após um pequeno recesso regimental fruto de acordo de lideranças, a fim de que, nesse período de concentração de sessões, possamos dar andamento a todas as matérias que aportaram na Casa, quer de origem parlamentar, quer de origem governamental.

Apenas lamentamos os deputados que não estão presentes, que não vieram para a sessão, porque o acordo foi que a presença dos srs. deputados deveria ser da maioria possível, para que pudéssemos deliberar sobre todas as matérias, inclusive, de alterações constitucionais. Há os deputados que exigiram, dentro de seu partido, permanecer na Assembléia como suplentes e hoje não vêm a esta Casa, ficam lá na sua região fazendo política na campanha.

É apenas uma observação, porque a imprensa tem cobrado. Nós também temos os nossos candidatos nas nossas regiões, no entanto temos mantido a coerência e o acordo feito como deputado de que, nesses dias, quando concentramos as matérias, deveremos estar presentes aqui nesta Casa, e assim nós o fizemos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, para auxiliar v.exa. e até para fazer justiça aos suplentes que estão aqui, não são todos, nós temos os deputados: Carlos Hoegen, Ismael dos Santos, Jean Kuhlmann e Taxista Voltorini, que estão na condição de suplentes e vieram.

Segundo, v.exa. tem toda a razão de reclamar. Nós já fizemos um calendário especial, antecipamos as sessões desde maio e junho, em julho reduzimos uma semana de recesso, tivemos uma semana de sessões em agosto e outra agora em setembro. Não é possível que um parlamentar não tenha conseguido se programar! V.Exa. tem razão! E quem faltou tem a obrigação de apresentar uma justificativa convincente, porque se nós já estamos trabalhando de forma concentrada, não é possível que se tolere este tipo de falta.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte de v.exa., nobre deputado.

Realmente, o Regimento nos permite ausências quando necessárias. Por isso, vamos fazer com que ele seja cumprido.

Srs. deputados, falando em período eleitoral, nós já concorremos a algumas eleições: duas de prefeito, cinco de deputados, e eu, muitas vezes, me pergunto se vale a pena. Então penso: vale a pena, sim, porque a nossa proposição é em defesa do catarinense, da nossa gente e de bem representá-la. Mas o que se vê, sr. presidente e srs. deputados, é a política em degradação, o processo político-partidário desmoralizando a classe política pelo comportamento de alguns senhores candidatos a prefeito e a vereadores.

Eu lamento ter que falar isso para os meus catarinenses, pois procuro, tanto na minha vida política, quanto na vida privada, ter o maior respeito com quem quer seja, com os empresários, com os religiosos, com o cidadão ou a cidadã, de maneira geral com os jovens trabalhadores e agricultores. Temos que nos dar ao respeito, porque cada vez que um parlamentar for para uma tribuna, para uma reunião, para dar qualquer informação político-partidária e disser mentiras, ele estará desrespeitando o cidadão. Eu não gosto disso, deputado Carlos Hoegen. Nós temos visto aberrações em todos os partidos: ah, porque eu fiz isso, fiz aquilo. Não! Ninguém fez.

Eu vou dar um exemplo aqui em que o vice-governador, no exercício do seu direito, interinamente no cargo de governador, mostrava a um secretário regional, que é candidato a prefeito, que ele não fez nada mais do que a sua obrigação, intermediando, ou melhor, cuidando das ações do governo. Isso não é obra do secretário regional. É uma obra do governo! É uma ação de governo em que os prefeitos apresentam os projetos e a sociedade lá, através das audiências públicas ou das reuniões das secretarias, apresentam as necessidades de seu município, e o governo através do Orçamento, através da sua atuação como executor, atende àquela comunidade fazendo a obra que lá é realmente necessária.

Aí o secretário, deputado Joares Ponticelli, diz que fez a obra: "...porque eu fiz esta obra." Por que ele fez? São ações de governo! E o atual governo não é do meu partido, mas tenho que registrar as obras que ele fez! E vou dar um exemplo no meu município: uma obra que estava programada, o Colégio Paulo Schieffler, já estava orçamentada, quando do último governo do então governador Espiridião Amin, e agora está sendo executada. Parabéns a esse governo! A obra do Colégio Irmão Léo, que estava praticamente pronta, o atual governo concluiu. A estrada que une Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto

União, o nosso secretário disse: "porque esta obra fui eu que fiz, porque eu..." Que é isso? Respeite o nosso eleitor! Foi uma obra financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, sr. presidente, uma obra que teve toda sua trajetória e início no governo de Espiridião Amin, que foi retardada em cinco meses: janeiro, fevereiro, março, abril e maio, quando o governo atual assumiu, na gestão passada, somente em maio começaram, mas concluíram a obra! Agora temos duas obras que ele não fala mais nada. Antes, em Macieira era uma obra do governo, a SC-451. O governo dizia: "estou fazendo esta obra!" A obra agora parou, e o problema é da empreiteira. Agora a obra não é mais dele! "Não, não tenho nada com isso!" Mas nas gravações ouvimos muitos comentários sobre essa obra que o prefeito da época pagou, meu amigo, ex-prefeito de Macieira, o projeto com o dinheiro do município através de um convênio e já se passaram seis anos e a obra ainda não tem um quilômetro de asfalto, num trecho de 19 quilômetros. Aquilo que já denunciei aqui que é a vergonha de Santa Catarina.

E assim temos também a perimetral em Caçador. E volto a registrar que, neste fim de semana, com dias lindos de sol, botaram uma máquina em cada lado da rodovia, deputado Valmir Comin, com um "solão" rachando, e as máquinas paradas, uma em cada lado, sem mexer com nada.

Então, não dá para entender! Máquina?! Obra pública?! Tem que tocar com o sol, pois com chuva pára tudo, com mau tempo pára tudo. Mas, por quê? Porque realmente a coisa está complicada, e essa obra também até o fim do ano não ficará pronta! Mais um calote eleitoral lá no meu município.

Assim, quero defender aqui o meu povo, a minha gente, não só os caçadorenses como os catarinenses, como os macieirenses, mas defender a dignidade daquela gente e dizer que com mentiras não fazemos obras, com mentiras não executamos nada, mas simplesmente estamos desmoralizando um governo que respeito. É nosso adversário, mas respeito os atos de governo e não seus funcionários tentarem denegrir a imagem de um governo que talvez, por conta desses elementos, é que não está produzindo aquilo que o catarinense espera. Espero que a coisa melhore!

Eleitor abra o olho, você tem a arma na mão; você vai votar agora no dia 5 de outubro, veja como você vai votar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero também, deputado Ismael dos Santos, cumprimentar todo o povo de Blumenau pelos 158 anos de fundação da cidade que, às vezes, é muito diferente de emancipação. Blumenau foi fundada, foi construída.

Até gostaria de parabenizar v.exa. e outros deputados da região que falaram sobre este assunto, e dizer que conheci Blumenau, porque para conhecer uma cidade não basta passar por ela, talvez nem morar, mas é preciso buscar nas suas origens, nas origens do seu povo, aqueles que trabalharam para construí-la.

Srs. deputados, o dr. Blumenau foi citado como fundador, mas foi toda uma plêiade de homens, de mulheres e de jovens que fizeram. Para conhecer um pouquinho dessa história, lendo os livros da catarinense Urda Alice Klueger como, por exemplo, *Verde Vale*, é possível conhecer esta epopéia da construção de Blumenau, que é igual à epopéia, por sua vez, e por suas particularidades, da construção de cada cidade do nosso estado, de cada região do nosso país, da nossa pátria como um todo. É a história de um povo que com seu trabalho constrói a sociedade e a riqueza necessária para a vida humana.

Outro assunto que quero tratar é que nós aprovamos aqui um requerimento cumprimentando o presidente do Avaí, o Clube de Futebol aqui da capital, toda sua diretoria e todos os avaianos. E queremos deixar um abraço bastante forte a toda massa azurra, embora a nossa cor de preferência seja a vermelha, mas nas questões de esporte a gente faz as nossas reflexões e acaba escolhendo o time que eventualmente tem outra cor. Já no Rio Grande do Sul a nossa cor é mais colorada, assim como nos outros estados, mas aqui em Santa Catarina somos avaianos, e é importante falar desta data, porque é um time de futebol aqui de Santa Catarina, que é o segundo colocado na série B do campeonato brasileiro, embora esteja seis pontos atrás do líder Corinthians, mas está também seis pontos à frente do quinto colocado. E aí está numa situação de bastante possibilidade de subir para a série A, o que é importante para o futebol de Santa Catarina, pois quanto mais clubes estiverem na primeira divisão do campeonato nacional, mais forte será o nosso campeonato estadual, mais fortes serão os nossos clubes e mais forte será o esporte em Santa Catarina.

Vou reprisar aqui, repetir desta tribuna ainda na tarde de hoje que, através dos contratos de gestão, grupos privados serem contratados para gerir instituições públicas de saúde com dinheiro público, burla a Constituição Federal no tocante a concurso público e a licitação. Nós temos falado nisso, denunciado e feito toda uma batalha, um combate de idéias neste tocante, mas, infelizmente, não estamos sendo ouvidos pela maioria deste Parlamento e, talvez pela maioria da sociedade, que também não ouve esta TVAL para saber o que está acontecendo.

Mas quero falar na tarde de hoje sobre outro assunto de repercussão nacional, talvez o mais importante na ordem do dia da política brasileira, pois nós, catarinenses, também somos brasileiros, e esta Assembléia não pode ficar restrita aos assuntos domésticos de Santa Catarina. Refiro-me à política energética, ao descobrimento de outros poços, de outros campos de petróleo, e a imensidão de petróleo que foi descoberto abaixo da camada de sal, chamada pré-sal. O debate no Congresso Nacional e em outros lugares da sociedade está sendo sobre qual será o estado que deve receber os *royalties* relativos à exploração e à comercialização desse petróleo.

O Rio de Janeiro diz que são eles, São Paulo também quer, defesas de outros estados dizem que deve ser dividido para todos os estados da federação, o que aparentemente parece ser mais racional, mais justo e mais lógico. No entanto, pouca gente está falando do assunto que realmente importa: quem vai explorar esse petróleo? A

disposição de quem ficará a riqueza gerada pela exploração desse petróleo? A Petrobras vai explorar uma ou outra empresa? Será o estado, através de uma empresa pública ou serão empresas privadas? Uns defendem que o governo deva criar outra estatal para explorar o petróleo do pré-sal. Nós pensamos diferente, porque nenhuma empresa criada teria *know-how*, capacidade, técnicos ou tecnologia para fazer essa façanha, para realizar essa empresa e essa tarefa.

Portanto, essa empresa supostamente pública que o governo federal criaria acabaria sendo mais uma agência para contratar empresas privadas, provavelmente a maioria delas de monopólio internacional para explorar o nosso petróleo. No entanto, é preciso refletir que a Petrobras também já não é mais nossa. Uma parte do capital da Petrobras, 55%, está nas mãos de estrangeiros hoje, deputado Manoel Mota.

A partir da quebra do monopólio da Petrobras, na década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso, vários e um dos mais importantes, mais ricos e mais criativos, os mais rentáveis poços de petróleo foram vendidos para monopólios estrangeiros. Na bolsa, as ações da Petrobras foram espalhadas e, portanto, o estado brasileiro, o povo brasileiro e a nação brasileira já não é mais dona da Petrobras.

E isso é uma reflexão que precisa ser feita, porque se a coisa continuar desse jeito, deputado Antônio Aguiar, nosso presidente neste momento, com relação a toda essa riqueza existente abaixo da camada de sal, o pré-sal, nós, o povo brasileiro, ficaremos apenas com o sal, porque o que tem no pré vai servir para enriquecer os monopólios privados de outros países, principalmente os países imperialistas, mais precisamente os Estados Unidos. Hoje, isso já é uma realidade, com a Halliburton, que é o monopólio dos Estados Unidos, que patrocina e patrocinou a invasão do Iraque para buscar petróleo baseada na mentira, na falsidade ideológica, de armas de destruição em massa.

A Halliburton já foi dirigida pelo atual vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, controla hoje no Brasil simplesmente o banco de dados de exploração e produção do petróleo da Agência Nacional do Petróleo, a ANP, que é dirigida por Haroldo Lima do PC do B, o que permite que a Halliburton, o monopólio *Yankee*, do vice-presidente dos Estados Unidos controle a exploração e a produção do petróleo e o seu banco de dados! Informações estratégicas, absolutamente necessárias para que tenhamos o controle da exploração, da distribuição do petróleo no Brasil já estão nas mãos de um monopólio estrangeiro.

E se nós não nos atentarmos para isso, efetivamente, deputado Ismael dos Santos, nós vamos ficar com o sal! E olha que nós não vamos ter carne para todo esse sal. Nós vamos ficar só com a salmoura de todo esse petróleo existente no Brasil.

O Brasil é um país que, do ponto de vista energético, será a potência do futuro e se nós, brasileiros, não tomarmos tento agora seremos esquarterados e os monopólios estrangeiros vão levar toda a nossa riqueza nos deixando apenas a sucata e o sal para a salmoura que, por fim, passarão nas nossas costas quando nos chicotearem como brasileiros.

Nós temos que reviver a campanha da década de 1950, "O petróleo é nosso!". Temos que gritar isso e defender...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Quero inicialmente, srs. deputados, trazer uma denúncia que considero grave, feita agora há pouco na tribuna dos deputados pela nossa deputada federal Angela Amin, sobre um episódio ocorrido no hospital Celso Ramos na última sexta-feira.

Na semana passada o governo propagandeou, deputado Sargento Amauri Soares, os investimentos naquele hospital, apresentando-o como referência e outras propagandas mais.

Na sexta-feira, por volta das 18h, deputado Carlos Hoegen, faleceu a sra. Noeli Heinzen Ozol, prima da deputada Angela Amin, no hospital Celso Ramos. Próximo da meia-noite a deputada foi acionada, deputado Valmir Comin, porque o corpo ainda não havia sido liberado. Foi até o hospital Celso Ramos e chegando lá, já passado da meia-noite foi informada que o corpo acabara de ser liberado, e o motivo do atraso era a falta de médico para assinar o laudo e o atestado de óbito.

Ocorre, deputado Ismael dos Santos, que mesmo esperando das 18h a meia-noite o médico não compareceu e o corpo da sra. Noeli Heinzen Ozol foi liberado para sepultamento sem o devido laudo médico e sem o atestado de óbito. Isso é um absurdo!

V.Exa. é médico, deputado Antônio Aguiar, não é possível que um hospital, apresentado como referência pelo governo com muita propaganda a uma semana atrás, na sexta-feira última, das 18h a meia-noite não tivesse um médico, deputado Taxista Voltolini, para assinar o laudo e o atestado de óbito e o corpo tenha sido liberado sem o atestado de óbito!

Que estado é esse? Que governo é esse? Para onde nós estamos caminhando, deputado Valmir Comin? São desmandos por toda Santa Catarina, em todos os setores. Não é possível que esse governo não tome providências diante do que está acontecendo.

Mas nós entendemos o momento difícil que o governo passa, talvez seja por isso tanta displicência, há toda essa questão do processo em Brasília que voltou a andar com muita agilidade. Parece que a previsão e a comemoração do governador dizendo que o processo iria se arrastar moribundo no TSE não deu certo. O governador comemorou a seis, sete meses atrás quando o ministro Marco Aurélio mandou intimar o vice-governador, dizendo que agora não julgaria mais, que o processo ia ficar moribundo, se arrastaria moribundo, e me parece que o moribundo, como a imprensa está dizendo hoje, levantou-se com muito vigor, com muita força e ontem o governo sofreu mais uma derrota no Tribunal Superior Eleitoral.

Ou seja, todas as medidas protetórias que o governo está tentando no sentido de esticar um pouco mais esse mandato, conquistado de forma fraudulenta, me parece que a cada dia sofre uma nova derrota no tribunal, e talvez isso esteja deixando o governo tão nervoso ao ponto de não cuidar mais nem da liberação de cadáver sem o devido atestado de óbito em hospitais.

Outra ação que deve estar preocupando muito é essa questão financeira da campanha. Nós percebemos que na base do governo as coisas não vão bem.

O jornalista Moacir Pereira abre a sua coluna no dia de hoje com o seguinte título: "Pavan: Um tiro no pé". O vice-governador Leonel Pavan, com muita propriedade, acusa o todo poderoso presidente do PMDB, Eduardo Moreira, de estar dando um tiro no pé ao propor a cassação da candidatura tuca em Criciúma. E é verdade o que disse o vice-governador, afinal de contas quando o PMDB de Criciúma tenta ganhar a eleição no tapetão mais uma vez - é reincidente agora, deputado Ismael dos Santos, roubaram o mandato do deputado Décio Góes, colocaram um prefeito sem legitimidade na eleição passada e agora querem também impedir que o deputado tuca possa disputar a eleição.

E aí quando é para o PMDB cassar pode, aí não é tapetão, aí não é terceiro turno, aí pode! Quando o PP propõe a cassação por fraude comprovada, tanto que até hoje não contestaram o mérito, é tapetão, mas o PMDB pode cassar! Ou seja, parece que eles pensam realmente que estão acima do bem e do mal, de Deus, das estrelas, da Constituição e do estado democrático de direito.

E o que me preocupa mais ainda nesta coluna do Moacir Pereira é quando ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"A crise de Criciúma é a mais grave, mas há problemas em outros municípios. Leonel Pavan está revoltado com ações em sua base:

- O Eduardo Moreira invadiu Balneário Camboriú. Está botando muito dinheiro. Entrou com tudo na campanha." [...][sic]

Deputados Ismael dos Santos e Carlos Hoegen, quem está dizendo na imprensa que Eduardo Moreira está botando muito dinheiro na campanha não sou eu, não é a língua comprida da Oposição, não são os linguarudos da Oposição, é o vice-governador do estado que está dizendo que o dr. Eduardo Moreira está botando muito dinheiro na campanha.

De onde será tanto dinheiro, deputado Valmir Comin? Onde será que o presidente do PMDB vai buscar tanto dinheiro assim para botar nas campanhas, conforme está afirmando o vice-governador Leonel Pavan? Será que é da aposentadoria de governador, que agora a Justiça mandou cancelar de novo? Será que é do salário dele como presidente da Celesc? Mas também não pode ser, deputado Serafim Venzon, porque ele está de licença. Aliás, estou entrando com um pedido de informação para saber se essa licença dele é remunerada ou não, porque ele se licenciou da Celesc para fazer campanha, mas sei que ele esteve numa reunião de diretoria da Celesc na semana passada. Se está de licença, não pode ir para a reunião. Então, é preciso saber se ele está recebendo aquele baita salário da presidência da Celesc.

Certamente não é o dinheiro da aposentadoria de oito meses de mandato de governador e nem o salário de presidente da Celesc, que agora ele nem deve estar rece-

bendo, não deve ser isso que está preocupando o vice-governador Leonel Pavan. Se o Pavan está reclamando, deputado Serafim Venzon, que o Eduardo Moreira está botando muito dinheiro na campanha, não é dinheiro do salário dele, deve ser dinheiro de outras fontes. De onde será que o Eduardo Moreira arranca tanto dinheiro para botar em campanha? Será que ele tem uma maquininha de fazer dinheiro? Será que lá na Celesc tem alguma máquina de fazer dinheiro, deputado Serafim Venzon? Talvez tenha! Talvez algum deputado possa nos dizer onde que o dr. Eduardo Moreira consegue buscar tanto dinheiro para colocar em campanha como denuncia o vice-governador Leonel Pavan. Repito, não são os linguarudos da Oposição que estão denunciando, é irmão batendo em irmão e aí a chicotada dói mais, deputado Serafim Venzon.

E na coluna de Prisco Paraíso tem outra notícia de que há parlamentar circulando em empresas que têm crédito de ICMS para transferir, e que o escritório do compadre do governador, do Max Bornholdt está no negócio.

Deputado Carlão, o cheiro de podre neste governo é para todo lado. Isso já está mais fedorento de que o antigo reino da Dinamarca. É podridão para todo lado, mas amanhã terei notícias muito mais assustadoras para v.exas. colocarem as barbas de molho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente e srs. deputados, cheguei a sessão logo na sua abertura e aqui permaneci, ausentando-me apenas para receber uma visita no gabinete e cá estou de volta, de forma que quero rechaçar a afirmação do deputado Reno Caramori, de Caçador. Aliás, não quero trazer nenhum tema paroquial para discussão aqui na Assembléia, mas sugiro ao deputado que consulte no painel eletrônico o registro dos deputados presentes à sessão. Aliás, deputado Manoel Mota, quero dizer que não faltei a nenhuma sessão. Desde o dia da minha posse tenho sido assíduo, seja na sessão aqui no plenário, nas reuniões das comissões, deputado Taxista Voltolini, com a nossa intervenção na tribuna, ou apartando deputados.

Tenho exercido, deputado Ismael dos Santos, o meu mandato na sua plenitude, e penso estar colaborando com esta Casa em debates que considero importantes.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado. Já sabíamos da sua garra e determinação, e quando assumiu o Parlamento catarinense v.exa. o fez com todas as ações voltadas para a sua região. Por isso desejo cumprimentá-lo e mesmo sendo candidato a prefeito, mesmo tendo empate técnico, v.exa. presta a sua missão aqui no Parlamento.

Quero dizer que o eminente deputado Joares Ponticelli com certeza devia estar um pouco afastado, e a ele faz muito mal se não estiver criticando alguém. Acho que para ele deve ter alguma coisa errada, não deve dormir à noite ou deve fazer mal para a saúde, pois precisa fazer pelo menos uma crítica a alguém para ele poder dormir. Acho que deve ser alguma doença que ele deve ter.

Mas atacar pessoas de bem? Maquininha de dinheiro? O que é que é isso? Ele já foi governo e será que aprendeu isso quando era governo? Será que é isso? Deve ser isso!

Agora, o seu líder que faz um programa de governo, é aquele que diz como o Joares tem que falar. Ele fala a voz do seu líder, que faz programa aqui para Florianópolis, falando na serra de São Joaquim, nos carros que comprou para o estado, é uma coisa que não tem nada a ver.

Estão todos perdidos, assim como o deputado Joares Ponticelli está aqui. Por isso ele vem atacar um homem de bem e honrado como Eduardo Pinho Moreira, presidente do meu partido, que por onde passou deixou a marca do trabalho, da responsabilidade, da lealdade com o povo, com o partido, com a minha região. Isso é muito ruim.

A Assembléia Legislativa está num clima bom, eleitoral e ele vem fazer esse tipo de denúncia, essa coisa pequena, para poder levantar fatos e dizer que amanhã vem mais, que vai jogar para a imprensa. Eu acho que chega de tanto enganar a imprensa, não é? Dizer que tem fax, que tem outras coisas, só que isso não acontece nunca. É preciso dar muitas explicações, ele tem que dar muitas explicações para si mesmo e para a sociedade antes de atacar os outros.

Por isso eu não posso deixar de graça, deputado Valdir Cobalchini, atacar o presidente do meu partido, o presidente da Celesc, homem de bem, homem honrado. Eu não vou concordar com esses ataques levianos que são feitos aqui no Parlamento.

Quero parabenizá-lo e dizer que v.exa. vai trabalhar aqui e, com certeza, será prefeito da sua cidade para colocar em prática as ações que estão na sua cabeça em defesa do povo. Com certeza, isso vai acontecer!

Parabéns deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, deputado Manoel Mota. Aliás, quero fazer também uma referência ao nosso presidente do PMDB, presidente licenciado da Celesc. Veja a postura ética de alguém que comanda uma empresa do tamanho que é a Celesc, que há bem pouco tempo foi agraciada como a melhor empresa de distribuição de energia do país.

Para que ninguém o acusasse de estar usando a empresa para fazer campanha política ele se licenciou. Essa é a postura do PMDB! Como fez, meu líder, o governador Luiz Henrique, o único governador do país que renunciou ao mandato legitimamente outorgado pelo povo catarinense, para ser novamente candidato a reeleição. Para que ninguém o acusasse de abusar da máquina pública, concorreu em condições de igualdade usando o seu telefone celular, usando o seu veículo, dispensando a estrutura que poderia, por direito, usar, mas preferiu concorrer em igualdade de condições com todos os seus oponentes.

Então, o segundo mandato que o governador Luiz Henrique conquistou, foi pelo trabalho realizado durante os três anos e meio do seu primeiro mandato, dedicados integralmente, dia após dia, ano após ano, tornando prático, fazendo obras que eram esperadas há tantos e tantos anos pela nossa comunidade caçadorenses. São obras espalhadas em todos os municípios, em todas as regiões de Santa Catarina, e graças à aprovação de seu governo é que ele conquistou o segundo mandato que vem sendo exercido com a mesma competência.

Aliás, quero aqui também fazer referência a uma denúncia que trouxe o deputado Joares Ponticelli, se é verdade, que um servidor relapso do Hospital Celso Ramos não estava no momento em que deveria estar. Isso não apaga as obras do governador Luiz Henrique, do governo do estado, tendo à frente a secretaria da Saúde, que por certo fez investimentos nesse hospital, como tem feito em todo o estado, e quero registrar também os investimentos feitos em Caçador, em toda a nossa região. Se naquele determinado horário esse servidor relapso não estava, se cometeu um erro ele deve pagar por esse erro, e certamente a secretária da saúde, a diligente secretária Carmen Zanotto, deverá tomar as providências no sentido de penalizar esse servidor. Mas, isso não diminui todas as ações que foram feitas dia após dia em todas as áreas do governo.

Quero também, antes de concluir, retornar a minha cidade e a minha região. O deputado Reno Caramori fez menção às obras que estão acontecendo na nossa região. Quero dizer que o deputado deveria falar de outras obras que já foram inauguradas; aliás, este governo inaugurou obras no primeiro e no segundo mandato. O governo revolucionou, instalou um grande canteiro de obras em toda a nossa região. Duas obras estão sendo construídas: a perimetral norte, um sonho da nossa cidade, que estará concluída, sim, no próximo ano; e também o acesso ao município de Macieira.

Este governo tem uma grande diferença, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, não fala, este governo faz. Como secretário regional busquei fazer com que as obras que antes eram apenas prometidas em tempo de eleição fossem, deputado Adherbal Deba Cabral, efetivamente construídas. Foi isso o que fizemos e é o que estamos fazendo. Isso naturalmente incomoda muito aqueles que torcem pelo quanto pior, melhor. Mas nós vamos continuar trabalhando a despeito desses que não querem o bem da região e de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, começa em Florianópolis, amanhã, mais um grande evento, que traz gente de todas as partes do Brasil e do mundo para o 18º Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Esse congresso está sendo organizado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, seção de Santa Catarina, e pretende reunir mais de cinco mil profissionais, médicos oftalmologistas. Naturalmente, de Santa Catarina serão mais de 200; do Brasil estimamos uns 3 a 4 mil; teremos também um bom número de participantes da América Latina e da América do Norte, bem como vários médicos da Europa.

Queria destacar aqui algumas parcerias que ocorreram entre os governos municipal, estadual e federal, parcerias que começaram em 1994. Para termos uma idéia, a Organização Mundial da Saúde relata que, no mundo, 37 milhões de pessoas são cegas e 124 milhões têm baixa visão, de forma que mais de 161 milhões de pessoas apresentam sérios danos visuais no mundo inteiro. A cada ano mais 1,2 milhão acrescem aos 37 milhões já cegos.

É importante salientar que 75% das cegueiras são tratáveis ou evitáveis. Este é o grande pecado, caro deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico também, se 75% das cegueiras são tratáveis ou evitáveis, grande parte delas poderiam ter sido evitadas pelo poder público e os profissionais da área. Essa situação começou a ser revertida de 1994 para cá, por coincidência, com o início do governo de Fernando Henrique. Justamente nessa data é que se começou a falar muito em parcerias, não só na área da saúde, mas com a iniciativa privada e o poder público. Naturalmente que essa parceria foi uma delas. Então, a partir de 1994 inúmeros programas foram iniciados e conseguiu-se reverter e muito a questão aqui no Brasil.

Noventa por cento das pessoas cegas moram em países em desenvolvimento, moram em países pobres. Quem é que não se trata ou quem não tinha acesso a médicos oftalmologista? Justamente as pessoas que tinham mais dificuldades financeiras. E houve uma reversão no quadro no Brasil a partir de 1994, quando o governo criou diversos programas sociais em todos os estados.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia convocava profissionais e fazia mutirões. Cada profissional, em sua cidade, vinha fazendo diagnósticos precoces de diversas doenças de 1994 para cá, tais como glaucoma, câncer, descolamento de retina, enfim, doenças decorrentes de hipertensão intra-ocular. Porém, com esse diagnóstico precoce, acabamos evitando um grande número de cegos de lá para cá. Mas 1,4 milhão de brasileiros com menos de 15 anos de idade estão cegos. Uma criança tem 63% de possibilidade de morrer até um ano após ter ficado cega.

Sem uma intervenção apropriada, o número de cegos vai aumentar em 75 milhões até 2020. Esses números são mundiais, evidentemente. A restauração da visão assim como os métodos que visam à prevenção da cegueira estão entre as intervenções mais efetivas nos casos de cegueira evitável. A cegueira evitável é a maior

causa de sofrimento humano desnecessária, ou seja, evitando a cegueira nós estamos dando uma qualidade de vida muito melhor, indiscutivelmente. E frequentemente essa cegueira está relacionada à pobreza, à exclusão social, à morte prematura. As chaves para evitar a cegueira evitável são: o acesso aos cuidados médicos e à reabilitação; profissionais de saúde ocular treinados e adequadamente distribuídos pelos estados e pelos municípios; disponibilidade de infraestrutura apropriada e referência eficiente em sistema de apoios; envolvimento direto por parte dos governos municipais e estaduais, para trabalho em parcerias.

E eu cito aqui algumas parcerias que vêm ocorrendo desde 1994, fruto de uma simbiose, de uma boa relação do governo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Naquela ocasião, inclusive, também estimei essas parcerias como deputado federal. São de 1994 as Campanhas de Saúde Ocular, que tinham como alvo crianças, jovens e adultos. A partir daquela data estão sendo atendidas por ano mais de 500 mil pessoas, no Brasil. Outro programa importante, o Veja Bem Brasil, nasceu de uma parceria entre o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a Associação Médica Brasileira, o ministério da Saúde, as prefeituras e diversos estados, porque esses programas acontecem no Brasil inteiro. O programa foi orquestrado pelo presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, com o apoio dos Conselhos Regionais, que em cada estado coordenam as ações para que elas aconteçam de forma simultânea e permanente, para atender uma demanda que é muito grande. O programa Veja Bem Brasil atendeu, em 1994, mais de 72 mil pessoas; foram distribuídos, inclusive, óculos e realizadas inúmeras cirurgias.

Outra campanha, a Olho no Olho, que começou em 1998 e estendeu-se até 2001, tinha como objetivo atender crianças da primeira série do ensino fundamental. Só nesse programa foram atendidas 14 milhões, quase 15 milhões de crianças em 658 municípios. Lembrem que existem mais de cinco mil municípios, mas a maior concentração foi em municípios grandes ou em municípios de referência. Foram envolvidos mais de dez mil oftalmologistas, ou seja, praticamente todos os oftalmologistas deram a sua colaboração. Destaco também a colaboração patrocinada pelo estado e pelas prefeituras.

Então, hoje à noite, esta Assembleia Legislativa presta uma homenagem ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia, justamente na intenção não só de valorizar os profissionais e as três esferas de governo, mas de dizer que uma boa visão é uma coisa importante e que precisamos estimular a sua preservação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 039ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM ÀS AUTORIDADES DA ÁREA OFTALMOLÓGICA BRASILEIRA E INTERNACIONAL PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO SERAFIM VENZON SUMÁRIO

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Destaca dados referentes à cegueira, às técnicas de prevenção e reversão e as campanhas de reabilitação em parceria do CBO com o governo.

**DR. AIRTON ROBERTO BRANCO RAMOS** - Enfatiza as principais causas da cegueira e a importância da massificação da reabilitação.

**Dr. JOÃO LUIZ FERREIRA** - Afirma que o levantamento dos agravos oculares na população é o primeiro passo para se identificar prioridades e estratégias dos gestores, políticos, pesquisadores e médicos no combate à cegueira.

**DR. JACÓ LAVINSKI** - Lembra o papel do CBO, que criou soluções adequadas para que a entidade tivesse um ambiente associativo, pois representa um dos elementos motivadores e realizadores da oftalmologia.

**DR. HAMILTON MOREIRA** - Ressalta que o número de homenageados da sessão era pequeno diante dos avanços alcançados pela oftalmologia nos últimos anos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para tomarem assento à mesa as excelentíssimas autoridades que passo a nominar.

Doutor Ernani Garcia, membro do serviço de Oftalmologia do Hospital Celso Ramos, que neste ato representa o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

(Palmas)

Doutor Hamilton Moreira, presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia;

(Palmas)

Doutor Ademar Valsechi presidente da Associação Catarinense de Oftalmologia;

(Palmas)

Doutores Ailton Roberto Branco Ramos e João Luiz Lobo Ferreira, presidentes do 18º Congresso Brasileiro de Prevenção e Cegueira;

(Palmas)

Professor Cláudio José Amante, pró-reitor de assuntos estudantis, representando, neste ato, o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Toubes Prata;

(Palmas)

Doutor Valter Marra de Andrade, representando, neste ato, o secretário municipal de Saúde, João José Cândido da Silva;

(Palmas)

Doutor Júlio Doim Vieira, o médico oftalmologista mais antigo, com o CRM n. 49, representando o início da especialidade em Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Quero destacar, nesta sessão, a presença de inúmeras autoridades, as quais gostaríamos de ter à frente, pois são motivo de muito orgulho para todos nós. Cito, então, alguns ícones:

Homero Gusmão de Almeida, neste ato representando o dr. Elisabete Ribeiro Gonçalves, chefe do Departamento de Retina e Vitreo do Instituto de Olhos de Belo Horizonte e vice-presidente do CBO; aliás, o dr. Elisabete pessoalmente nos ligou pedindo desculpas por não estar presente, enviando o seu representante;

Doutor Marco Rey de Faria, presidente da Sociedade Brasileira de Catarata e Implantes Intra-ocular;

Doutor José Ricardo Carvalho Lima, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Refrativa;

Doutora Cleusa Coral Ghanem, representante internacional da Sociedade Brasileira de Lentes de Contato, Córnea e Refratometria;

Capitão Glauco Tinoco Anache, representando neste ato o tenente-coronel Sérgio dos Santos, diretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis;

Dra. Lílian de Farias Benedet, presidente da Comissão de Bioética e Biotecnologia, neste ato representando o dr. Paulo Roberto de Borba, presidente da OAB/SC;

Senhor Mauro Philippi, consultor técnico, neste ato representando o sr. Walmor De Luca, presidente da Casan;

Senhor Mário Gonzaga Petrelli, presidente da RIC/Record/SC;

Doutor Paulo Henrique Morales, neste ato representando a Fundação Internacional do Clube Lions de Florianópolis.

Na seqüência, teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Queremos destacar também a presença do dr. Fernando Pereira de Oliveira, presidente da Sociedade de Oftalmologia do estado de Roraima.

Autoridades presentes e nominadas anteriormente, prezados colegas médicos, senhoras e senhores, a Organização Mundial da Saúde relata que no mundo existem aproximadamente 37 milhões de pessoas cegas e aproximadamente quatro vezes mais pessoas com baixa visão. A cada ano, 1,2 milhões de pessoas ficam cegas; 75% de toda cegueira é tratável ou evitável; 90% das pessoas cegas moram em países em desenvolvimento; 1,4 milhões de crianças com menos de 15 anos de idade são cegas. Uma criança cega tem 60% de possibilidades de morrer um ano após ter ficado cega.

Sem uma intervenção apropriada o número de cegos vai aumentar para 75 milhões até 2020, se não for feito nada, ou seja, vai dobrar agora nesses 12 ou 13 anos. A cegueira evitável é a maior causa de sofrimento humano desnecessário e frequentemente está relacionada à pobreza, à exclusão social e à morte prematura.

As chaves para eliminar a cegueira evitável seriam: acesso aos cuidados médicos e de reabilitação; profissionais de saúde treinados, no caso, oftalmologistas, e adequadamente distribuídos em todo o território nacional; disponibilidade de infraestrutura apropriada; referência eficiente e sistemas de apoio; envolvimento dos governantes para viabilizar o acesso à saúde ocular.

Tendo, então, conhecimento dessa realidade, o governo federal desde 1994 patrocina parcerias através do CBO. A partir de 1995, quando fomos deputado federal, engajamo-nos durante dez anos e testemunhamos a participação de todos os presidentes que passaram pelo CBO e de inúmeros profissionais médicos. Dessa maneira, diante desse engajamento, foi grande o número de atendimentos e alta a resolutividade, o que fez do CBO dos maiores protagonistas sociais em nível mundial.

Podemos citar diversas campanhas, as quais pudemos acompanhar através do vídeo institucional, o que, sem dúvida, deve ter mudado a realidade de muitas crianças e idosos, especialmente de famílias com dificuldades financeiras. Vimos o número de cirurgias de catarata e, se não me falha a memória, foram as cirurgias realizadas através dos programas, ou seja,

aqueles pacientes atendidos através dessas campanhas. Certamente, desse número está excluído outro grande número de cirurgias que acontece na clínica e nas instituições particulares, de forma que esses números apresentados aí são, sim, números que de fato mudaram a realidade dessas pessoas, que provavelmente não teriam oportunidade de ser operadas se não fosse a parceria com o CBO.

Por causa dessas parcerias, em Santa Catarina também tivemos a mudança da qualidade de vida de inúmeros pacientes, com a participação dos oftalmologistas do estado, aqui representados pelo presidente do CBO de Santa Catarina, pelo presidente do Conselho Regional e pelos presidentes do congresso.

A Assembléia Legislativa fez questão de receber as autoridades nacionais e internacionais, de receber também as autoridades do estado, para manifestar o contentamento do governo por esses atendimentos viabilizados através dessas parcerias, dando oportunidade para modificar a qualidade de vida de muita gente.

Justa, então, a homenagem que o Poder Legislativo presta aos senhores, na intenção de reconhecer a ação dos 15 mil oftalmologistas espalhados pelo Brasil, sendo cerca de 500 oftalmologistas de Santa Catarina. Cada um teve a sua participação e tivemos esses belos números sociais, números esses que têm destaque mundial pelo efeito social realizado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido o dr. Airton Roberto Branco Ramos, presidente do XVIII Congresso Brasileiro de Prevenção à Cegueira e Reabilitação Visual, para fazer uso da palavra.

O DR. AIRTON ROBERTO BRANCO RAMOS - Excelentíssimo senhor deputado Serafim Venzon, demais componentes da mesa, minhas senhoras, meus senhores, prezados colegas.

(Passa a ler.)

"É com muita honra que estou hoje nesta Casa participando desta homenagem às personalidades que se destacaram na proteção da saúde ocular da população brasileira.

Como um dos presidentes do XVIII Congresso Brasileiro de Prevenção à Cegueira e Reabilitação Visual, que inicia amanhã, acredito que pude contribuir com o CBO e com a oftalmologia brasileira, pois sei que esse é um dos maiores eventos da América Latina e que será um palco fantástico para a discussão da problemática da cegueira em nosso país.

É importante frisar que apesar dos esforços dos oftalmologistas brasileiros e das extraordinárias campanhas realizadas e coordenadas pelo CBO, em parceria com o governo federal, ainda hoje verificamos que as maiores causas de cegueira são a catarata e o glaucoma. Não menos importantes, a retinopatia diabética, a degeneração macular relacionada à idade, a toxoplasmose ocular e o trauma ocupam espaço no rol das doenças causadoras da cegueira na população brasileira. Espero que este congresso seja um marco no relacionamento dos oftalmologistas com os gestores de saúde para uma concepção de políticas públicas ainda mais eficientes, voltadas à prevenção da cegueira em nosso país.

Como estamos aqui na Casa do Povo catarinense, gostaria de relatar, nesta noite, duas experiências na prevenção e no combate à cegueira no estado de Santa Catarina. Até bem pouco tempo, pacientes de baixa renda do nosso estado, portadores de doenças vítreo-retinianas, não tinham acesso à tecnologia de ponta, principalmente no que tange ao tratamento cirúrgico. Muitos deles estavam na fila, esperando uma cirurgia de vitrectomia, havia cinco anos.

Preocupados com a situação, levamos o problema ao secretário de estado da Saúde, bem como ao governador, e graças à sensibilidade que lhes é peculiar e às suas amplas visões, determinaram a aquisição dos equipamentos, instrumentais e materiais para a realização de cirurgias de vitrectomia pelo SUS no Serviço de Oftalmologia do Hospital Governador Celso Ramos. Realizamos o chamado mutirão de pacientes com doenças vítreo-retinianas, ocasião em que foram examinados mais de 500 pacientes, os quais tiveram suas cirurgias realizadas.

Sabemos que há muito por fazer, mas me orgulho de dizer que os catarinenses já têm à sua disposição tratamento de doenças vítreo-retinianas gratuito e com tecnologia avançada, sem necessidade de esperar na fila.

Realizamos também parcerias com alguns deputados desta Casa e com a secretaria de estado da Saúde - e aqui gostaria de frisar e deixar registrado os nomes dos drs. Ernani Garcia e Assad Rayes, que trabalharam incansavelmente para a realização desse projeto e desse acordo, no sentido de que fosse adquirido um caminhão e montado no seu interior um consultório oftalmológico completo. Esse caminhão percorre, sob a coordenação dos nossos serviços, as cidades catarinenses, principalmente aquelas em que não há oftalmologistas, para a realização de exames oftalmológicos básicos à população. Sendo assim, estamos promovendo a tão importante atenção primária nesses municípios, ou seja, aqueles pacientes que necessitam de tratamento cirúrgico são encaminhados aos serviços de atenção secundária e terciária em oftalmologia aqui na capital.

Gostaria de parabenizar o CBO, na figura do atual presidente, dr. Hamilton Moreira, pela iniciativa dessas homenagens aos colegas oftalmologistas e aos políticos amigos da oftalmologia brasileira, bem como agradecer ao presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, e ao deputado Serafim Venzon, nosso colega, que solicitou que fosse realizada esta sessão solene. Espero que a cerimônia de hoje fique registrada em nossas mentes, não somente como homenagem, mas também como um apelo à saúde ocular da população catarinense e brasileira.

A todos, muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Com a palavra o dr. João Luiz Ferreira.

O DR. JOÃO LUIZ FERREIRA - Excelentíssimos senhores deputados, autoridades, presidentes, colegas médicos, familiares e amigos.

(Passa a ler.)

"Esta solenidade marca a véspera do XVIII Congresso Brasileiro de Prevenção à Cegueira e Reabilitação Visual, cujo tema é prevenção de anos de vida com cegueira. De nada vale a revolução tecnológica que vivemos nos dias de hoje e que será amplamente debatida no nosso evento, se não houver benefício à população.

O tema do congresso guarda correlação com a definição de cegueira-anos, que é a estimativa do número de indivíduos cegos multiplicado pela expectativa de vida da região de procedência desses pacientes. Quando se considera a prevalência de cegueira em faixas etárias, crianças com menos de 15 anos e adultos idosos a partir dos 50 anos, cerca de 80% das pessoas cegas no mundo pertencem a esse último grupo, que tende a aumentar à medida que a população está envelhecendo. Entretanto, o impacto de três mil cegos com catarata (15 mil cegos-ano) e 200 cegos por cegueira infantil (dez mil cegos-ano), leva-nos a uma reflexão: qual a estrutura e eficiência do atendimento oftalmológico na neonatologia dos nossos hospitais no acompanhamento e cuidado às crianças com catarata congênita ou com retinopatia da prematuridade? Além da atenção dos idosos e além da atenção a todas as faixas etárias? As autoridades estão cientes da importância e do impacto econômico e social da cegueira na infância?

O levantamento dos agravos oculares na população é o primeiro passo para se identificar prioridades e estratégias dos gestores de saúde, políticos, pesquisadores e médicos no combate à cegueira.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, sem intervenções, como o deputado Serafim Venzon falou, o número global de indivíduos cegos poderá aumentar de 44 milhões, em 2000, para 76 milhões, em 2020. Com eficientes programas de prevenção à cegueira, esse número poderá cair para 24 milhões de cegos em 2020, o que equivale a 429 milhões de pessoas cegas-ano evitadas, com ganhos econômicos, conservadores, em torno de US\$ 102 bilhões.

A discussão sobre políticas para o combate à cegueira será amplamente abordada e estamos aqui para nos confraternizar com os nossos anfitriões, que exercem influência direta na gestão da saúde no Brasil. O levantamento das maiores causas de diminuição de visão na população é o primeiro passo para se identificar prioridades e estratégias dos gestores de saúde, políticos, pesquisadores e médicos no combate à cegueira no nosso país.

Em 2001 tive a felicidade de estar presidente da Sociedade Catarinense de Oftalmologia. Estivemos na sede do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, juntamente com representantes dos outros estados brasileiros, para discutir as diretrizes a serem traçadas.

Durante a gestão do professor Marcos Ávila na presidência do CBO e por incumbência do dr. Elisabete Ribeiro Gonçalves, então diretor de defesa profissional, a nossa equipe, representada principalmente pelo dr. Walter Marra, que está aqui presente, oftalmologista responsável pelos assuntos profissionais, e pelo dr. Irineu Ramos Filho, advogado do CRM e contratado pela Sociedade Catarinense de Oftalmologia, formulou a lei do ato médico entregue ao senador Geraldo Althoff que, de forma brilhante, levou-a adiante passando pelo Conselho Federal de Medicina, comissão de Justiça, Senado Federal e agora tramita na Câmara dos Deputados.

A definição de medicina, em sua milenar tradição, era até então uma ilustre desconhecida do Poder Legislativo e é isto que buscamos. A importantíssima definição do ato médico determina em lei os nossos direitos e deveres para com a sociedade, beneficiando diretamente os nossos pacientes. Estes, sim, têm o direito de ser assistidos pelo estado - por profissionais que se prepararam para conhecer a intimidade do corpo humano por longos anos de dedicação e estudo."

Por fim, gostaria de salientar que este é nosso quarto evento na cidade de Florianópolis. A vocação natural desta cidade é o turismo de eventos, a última foi em 2004, com a Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo.

Gostaria de salientar que estamos orgulhosos e agradecemos muito pela confiança de estarmos presidindo este congresso.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convido a mestre-de-cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo e do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia prestam homenagem às seguintes autoridades que muito contribuíram para o engrandecimento e o fortalecimento do conselho.

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia que, ao longo de 67 anos, representa a oftalmologia brasileira em nível nacional e internacional, agrega médicos oftalmologistas e promove congressos, seminários e reuniões de caráter científico, visando ao aprimoramento técnico-científico de seus associados.

Convido para receber a homenagem, em nome do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, o dr. Hamilton Moreira, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os drs. Hamilton Moreira, Homero Gusmão de Almeida, Airton Roberto Branco Ramos e João Luiz Lobo Ferreira para fazerem a entrega da medalha do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, e o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem do Poder Legislativo.

Convido para receber a homenagem o dr. Ademar Valsechi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. deputada federal Angela Amin, neste ato representada pela sra. Telma Hoeschl.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Carlos Augusto Moreira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Elisabeto Ribeiro Gonçalves, neste ato representado pelo dr. Homero Gusmão de Almeida.

(Procede-se à entrega da homenagem.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Geraldo César Althoff, secretário executivo de Articulação Nacional, neste ato representado pelo sr. Celso Meneguel.

(Procede-se à entrega da homenagem.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Geraldo Vicente de Almeida.

(Procede-se à entrega da homenagem.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Hamilton Moreira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Harley Edison Amaral Bicas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Jacó Lavinsky.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. João Eugênio Gonçalves de Medeiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Leiria de Andrade Neto, neste ato representando seu pai, dr. Leiria de Andrade Júnior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Marcos Pereira de Ávila.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Rubens Belfort Júnior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. deputado Serafim Venzon.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Suel Abujamra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. João Orlando Ribeiro Gonçalves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A comissão organizadora do XVIII Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira e Reabilitação Visual solicita a todos os homenageados que estejam com suas comendas na solenidade de abertura que será realizada no centro de convenções, Centro Sul, no dia 3 de setembro de 2008, às 19h, para a composição da tribuna de honra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em nome de todos os homenageados, convido o dr. Jacó Lavinsky para fazer uso da palavra.

O DR. JACÓ LAVINSKY - Deputado Serafim Venzon, demais autoridades da mesa, autoridades presentes, caros colegas.

(Passa a ler.)

"É com grande satisfação e sensibilizada honra que em meu nome e dos demais homenageados faço a saudação nesta solenidade de extraordinário significado.

Neste momento afloram as emoções e um sentimento muito forte de gratidão. Emoção por ter o reconhecimento dos que são próximos e gratidão pelo significado desta homenagem. No meu caso tudo isso potencializado por ocorrer na terra que amei, amo e vivi os melhores anos da minha vida, quando cursei a Faculdade de Medicina.

A sensibilidade, o calor humano, a boa índole deste povo geraram marcas indelévels na minha personalidade. A oportunidade de estar em terra catarinense deixa-nos profundamente honrados. Santa Catarina e Florianópolis, devido a sua composição geográfica e cultural, têm um encanto e uma magia inigualáveis, que instigam a todos e principalmente aos visitantes.

Cabe aqui destacar também o papel do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que soube assumir a ousadia de inovar, de criar soluções adequadas para superar os desafios. Sua meta sempre foi a busca de eficiência, a propagação e a geração do conhecimento, oportunizando ambiente associativo, discussão científica e crescimento tecnológico. Neste contexto, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia representa o elemento coordenador e motivador da nossa especialidade.

Os que hoje são homenageados, quando na condição de presidentes do CBO, souberam honrar este ideário e a confiança depositada pela oftalmologia brasileira. Parafraseando Voltaire, o desejo de todos os homenageados não foi o de simplesmente passar, mas passar deixando marcas para que o esforço e o exemplo desenvolvidos possam iluminar o caminho dos seguidores.

Os congressos brasileiros de prevenção à cegueira assumem um valor especial porque propiciam as mais elevadas e altruísticas manifestações das relações humanas, que são a doação do tempo e do saber. Maimônides, filósofo do século XII, afirmava que a maior caridade que alguém pode realizar é doar o seu tempo, porque tempo significa vida. Não há bem mais precioso do que a vida.

É um privilégio vivenciar este momento de elevado significado humanístico, em que o propósito maior é a transferência e a troca de conhecimentos, no sentido de minimizar a maior das deficiências que é a cegueira. Este evento representa a magnitude da nossa especialidade e o alto significado social do nosso trabalho.

Para finalizar, quero manifestar o desejo de que esta cerimônia na Assembléia Legislativa, na figura do deputado Serafim Venzon, seja inspiradora, gere autoconfiança, fortaleça os sentimentos de solidariedade na busca do bem comum, gere tradição, responsabilidade e comprometimento.

A todos os presentes e em especial ao deputado Serafim Venzon, ao dr. Hamilton Moreira, ao dr. Airton Roberto Branco Ramos, ao dr. João Luiz Lobo Ferreira e a todos os demais que nos propiciaram este honroso momento, o nosso profundo agradecimento.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convido o dr. Hamilton Moreira, presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, para fazer uso da palavra.

O DR. HAMILTON MOREIRA - Excelentíssimo deputado Serafim Venzon, autor do requerimento que ensejou a presente sessão, demais autoridades nominadas, colegas, amigos da diretoria do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento, agradecimento a esta Casa de Leis que nos acolhe carinhosamente e propicia uma oportunidade rara, uma oportunidade de reconhecimento de um trabalho de vidas e de pessoas.

Cada um dos senhores homenageados hoje tem uma história, uma história de dedicação, uma história que dá um grande orgulho à oftalmologia nacional e a uma instituição que hoje eu presido, e foi graças ao apoio, ao trabalho de vocês, que chegou onde está.

É uma oportunidade que temos de nos unir em torno de 14 mil oftalmologistas, que foram liderados por essas pessoas que aqui estão, são 14 mil oftalmologistas distribuídos em 787 municípios que cobrem 74% da nossa população.

Esses oftalmologistas atendem oito milhões de consultas pelo SUS ao ano, sendo a segunda maior especialidade médica, deputado, em nosso país, só perde para pediatria. Tinha que perder, há muita criança.

Essa responsabilidade social dos nossos oftalmologistas é reconhecida internacionalmente, e através da liderança de todas essas pessoas temos hoje em dia uma união, temos hoje em dia uma classe de profissionais que realmente pode oferecer à população brasileira uma medicina de altíssimo nível. Somos médicos, seis anos de medicina, três anos de oftalmologia posteriormente, para poder olhar o fundo do olho das pessoas e ver que não somente de óculos eles precisam, mas eles também têm diabetes. Somos médicos e podemos então medir a pressão dos olhos das pessoas e ver que não só de óculos eles precisam, mas também têm glaucoma e que essa doença também levar a uma cegueira.

Somos médicos na nossa essência e essa essência é prevenir mais do que tratar, é isso que faz da nossa especialidade um ato tão especial. Fazer óculos realmente é importante, muitas das pessoas que nos procuram vêm atrás dos nossos consultórios, atrás dos nossos serviços por causa de um defeito chamado vício de refração, mas certamente um atendimento médico é o que precisam. Oferecer uma medicina de segundo nível ou uma medicina de primeiro nível, certamente não é intenção de nenhuma Casa de Leis, seja federal, estadual ou municipal neste nosso país.

Lembro-me de que há poucos meses o Rodrigo, meu filho de nove anos, estava estudando os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e o que é Constituição. A Constituição é um grupo de leis que rege uma sociedade, respondi a meu filho. O art. 196 diz que é direito de todo cidadão brasileiro e dever do estado a saúde. E é dever do estado promover ações que diminuam o risco da doença, isso é o que diz a nossa Constituição. É somente mantendo junto aos oftalmologistas essa responsabilidade da medicina, essa responsabilidade de atender esses pacientes que nós vamos cumprir adequadamente esta Constituição.

A todos vocês hoje homenageados, o reconhecimento do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Alguns já foram agraciados com várias outras homenagens, todos certamente, alguns são *doutor honoris causa* da Universidade Federal do Paraná, e várias outras homenagens internacionais. Eu mesmo presenciei todos aqui recebendo outras homenagens. Certamente o número de homenageados é pequeno para aquilo que foi desenvolvido no Brasil nos últimos anos.

Muito obrigado a todos vocês que estão aqui hoje, por terem dedicado parte da sua vida, o seu tempo, como o dr. Jacó Lavinsky mencionou, que é vida para a oftalmologia nacional. É o reconhecimento de 14 mil oftalmologistas que estão aqui presentes nesta noite.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com seu comparecimento.

Nós, catarinenses, representados aqui pelos 40 deputados com assento nesta Casa, sentimos muito felizes por receber

todos os senhores e os outros cinco mil que certamente estarão chegando até amanhã, quando haverá também a abertura do congresso.

Prestamos esta homenagem aos senhores que ajudaram a mudar uma realidade. Para mim esta cerimônia também foi uma oportunidade para recordar as inúmeras vezes em que testemunhei a ação dos presidentes, e lembro-me do dr. Marcos Ávila, do dr. Suel, do dr. Elisabeto e de todos os outros presidentes. Cito o nome deles porque estavam no período em que eu era deputado federal, ocasião em que vi a ação e o empenho para que acontecessem esses programas, porque previam, naturalmente, os efeitos que estariam produzindo.

De forma que essa sessão quer manifestar esse agradecimento. Tenho certeza de que esta cerimônia e o congresso serão de extrema importância para chamar a atenção dos novos governantes. Agora estamos, inclusive, em processo de eleição escolhendo prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que certamente precisam colocar nos seus planos de governo ações desse tipo, seja para as crianças que estão na escola, seja para os idosos que se sentem muitas vezes excluídos no processo da vida.

As parcerias com a oftalmologia são muito importantes para oferecer uma melhor qualidade de vida para aqueles que já estão aposentados, assim como para as crianças e adolescentes escolares.

Por isso, agradecemos a presença de todos, agradecemos ao CRO por estar realizando o XVIII Congresso aqui em Florianópolis e convidamos todos para um coquetel que se realizará no *hall* deste Poder.

Agradecemos ao coral da Assembleia Legislativa, que juntamente com os deputados manifestam o contentamento de receber todos os senhores.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### OFÍCIOS

#### OFÍCIO Nº 207/08

ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE CANOINHAS - ADOSAREC  
Ofício 050/2008

Canoinhas, 26 de agosto de 2008.

V. Exa.  
Pres. ALESC  
Sr. Dep. Júlio Garcia

A Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas - ADOSAREC, está enviando os documentos referente ao

relatório das atividades exercidas pela entidade atendendo as exigências contidas na Lei nº 14.182.

Atenciosamente.

Orestes Golanovski  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 221/08

RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS 2007

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 222/08

PALHOÇA SC

SJPII - SOCIEDADE JOÃO PAULO II  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2007Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

\*\*\* X X X \*\*\*

Ofício Interno 335/2008

Florianópolis, 03 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado **Julio César Garcia**

Presidente

ALESC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos a Vossa Excelência a alteração do nome parlamentar da deputada, para que doravante passe a ser chamada de Deputada Professora Odete de Jesus, requerendo igualmente que sejam avisados os devidos setores desta Casa Legislativa para as necessárias alterações.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**Odete de Jesus**  
Deputada Estadual  
Líder do PRB

Lido no Expediente

Sessão de 04/09/08

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1616, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **NEIVA MARIA PEREIRA TITON**, matrícula nº 2932, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de setembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1617, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MARIA ADRIANA MOTA DE CAMPOS**, matrícula nº 3024, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Manoel Mota).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1618, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 036/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1619, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Juci Mara Santos Tomais	4690	3%	3%	31/07/08	1387/08
Paulo Marcos Berguer Rovaris	4695	3%	3%	31/07/08	1390/08
Moacir de Medeiros	4693	3%	3%	01/08/08	1391/08
Horst Doering	2681	3%	3%	01/08/08	1481/08
Alessandro Sandro T. S. C. da Silva	2701	3%	3%	08/08/08	1509/08
Thiago da Silva Morastoni	4702	3%	3%	15/08/08	1510/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1620, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1245	Zelia Cecilia Duarte Hoffmann	03/06/02	02/06/07	1274/08
0937	Reinhard Richter	19/07/03	18/07/08	1337/08
2538	Isabela Vieira Schumacher	19/07/03	18/07/08	1338/08
1839	Cesar Luiz Belloni Faria	27/07/03	26/07/08	1341/08
2051	Rosane de Abreu D'Aquino	30/07/03	29/07/08	1342/08
1756	Neroci da Silva Raupp	21/07/02	20/07/07	1345/08
1534	Nadia Regina Pereira	03/08/02	02/08/07	1388/08
1124	Maria Beatriz Pinheiro Ferreira	04/08/03	03/08/08	1394/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1621, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1590	Albino Teixeira	05/08/03	04/08/08	1447/08
0076	Catharina Mignoni	02/08/03	01/08/08	1448/08
0764	Jose Ilton Pereira	12/08/03	11/08/08	1478/08
2028	Dulcinea Moreira	09/08/03	08/08/08	1479/08
0776	Heloisa Cabral Uchoa Rezende	09/08/03	08/08/08	1480/08
1039	Victor Inacio Kist	19/12/01	18/12/06	1508/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1622, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1395/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER** à servidora **MARIA MARCON CORREA**, matrícula nº 2573, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre: I) 08 de março de 1976 a 16 de julho de 1976, de 02 de agosto de 1976 a 28 de fevereiro de 1977, de 08 de agosto de 1983 a 06 de setembro de 1983, de 27 de fevereiro de 1984 a 1º de março de 1985, de 01 de julho de 1987 a 28 de outubro de 1987 e de 20 de fevereiro de 1989 a 31 de julho de 1990, de 1º de agosto de 1990 a 31 de janeiro de 1991 e de 1º de fevereiro de 1991 a 06 de abril de 1991; II) 07 de abril de 1991 a 06 de abril de 1996; III) 07 de abril de 1996 a 06 de abril de 2001; IV) de 07 de abril de 2001 a 31 de janeiro de 2003 e de 07 de fevereiro de 2003 a 13 de abril de 2006.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1623, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1507/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER** ao servidor **GERALDO MARTINS BITTENCOURT**, matrícula nº 1077, **LICENÇA-PRÊMIO** referente aos quinquênios compreendidos entre 18 de janeiro de 1997 a 17 de janeiro de 2002 e 18 de janeiro de 2002 a 17 de janeiro de 2007.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1624, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **THIAGO MORELLI**, matrícula nº 5661, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Julio Garcia).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1625, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **APARECIDA DE LOURDES COSTA**, matrícula nº 5659, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Reno Caramori).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1626, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JOAO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1627, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1628, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA**, matrícula nº 4581, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1629, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **FELIPE ANTONIO CARAMORI**, matrícula nº 5010, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1630, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ERICO WONGHON VELEDA**, matrícula nº 5292, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Marcos Vieira).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1631, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR APARECIDA DE LOURDES COSTA**, matrícula nº 5659 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1632, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1633, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOAO OTAVIANO RAMOS, matrícula nº 3295 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1634, de 04/09/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA, matrícula nº 4581 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 272/2008**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bocaina do Sul, com sede no município de Bocaina do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bocaina do Sul, com sede no município de Bocaina do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bocaina do Sul, com sede no município de Bocaina do Sul, é uma entidade civil de direito privado, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem por finalidade precípua promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 273/2008**

Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica, e cria ambientes de uso coletivo livres do tabaco.

Art. 1º Fica proibido, no território do Estado de Santa Catarina, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo ao recinto de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta Lei, a expressão "recintos de uso coletivo" compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Nos locais previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em ponto de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

Art. 2º O responsável pelos recintos de que trata esta Lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 3º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

Art. 5º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O relato de que trata o *caput* deste artigo conterá:

I - a exposição do fato e suas circunstâncias;

II - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade; e

III - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

Art. 6º Esta Lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

IV - às residências;

V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta Lei.

Art. 7º As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta Lei serão impostas, nos respectivos âmbitos de atribuições, pelos órgãos estaduais de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis nºs 7.592, de 13 de junho de 1989 e 13.017, de 25 de junho de 2004.

Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

**JUSTIFICATIVA**

A saúde é um direito fundamental de todos e um dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal e do art. 153 da Constituição do Estado de Santa Catarina, devendo ser garantida por meio de políticas que visem à redução do risco de doenças.

Estudos científicos comprovam a relação direta do uso do tabaco com problemas de saúde, com grande significado para a saúde pública. Os ambientes livres de fumo visam à preservação do direito de todos à saúde.

Respeitado o mínimo previsto na legislação federal, pode o Estado, no exercício da competência concorrente legislar sobre proteção e defesa da saúde, editar normas mais restritivas ao tabagismo.

Cuida o projeto, ainda, de efetivar também a defesa do consumidor, garantia fundamental inserta no inciso XXXII do art. 5º e no inciso V do art. 170, ambos da Constituição Federal, materializada no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

São direitos básicos do consumidor, segundo o art. 6º, inciso I, do Código, a proteção da vida e saúde nas relações de consumo de produtos e serviços, de modo que a proibição do tabagismo vem ao encontro da preservação do bem-estar geral do consumidor por ocasião da sua presença, forçosa ou voluntária, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, objeto da restrição imposta pelo projeto.

Portanto, ainda sob este aspecto, mostra-se imprescindível a edição de normas que assegurem ao consumidor a defesa do seu direito de não ser exposto ao tabagismo passivo, notoriamente nocivo e grave. Trata-se, enfim, de passo decisivo no sentido de propiciar melhores condições da saúde à população catarinense.

Desta forma, espera este Deputado contar com o apoio dos demais Senhores Deputados que integram este Parlamento, para sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 274/2008**

*Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Reciclagem Ambiental Participativa - Perap - , por meio da inclusão das instituições de ensino Estaduais e suas conveniadas e a concessão de Créditos Acadêmicos Ambientais e dá outras providências.*

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Reciclagem Ambiental Participativa - Perap - com postos de coleta seletiva de resíduos sólidos e líquidos recicláveis, tais como: garrafas PET, embalagens e sacolas plásticas, vidros, borrachas e também óleos em geral.

Art. 2º - O referido programa define como posto de coleta de resíduos sólidos e líquidos recicláveis toda instituição de ensino de educação infantil, pré-escola, ensino fundamental, médio, superior, educação especial e educação para jovens e adultos (suplência) e suas conveniadas de caráter público municipal, estadual e federal ou mesmo privada.

§ 1º - Entende-se como resíduos sólidos separáveis e recicláveis:

I - papel, papelão e derivados e celulose;

II - polímeros: garrafas de plásticos e embalagens plásticas em geral;

III - vidros: garrafas, copos e lâmpadas alógenas;

IV - metais: latas de óleo, condimentos e leite em pó e outras;

V - borrachas: pneus em geral e demais derivados;

VI - baterias: pilhas e baterias;

VII - vidros especiais: lâmpadas fluorescentes;

VIII - eletrônicos e informática: gabinete de computadores, impressoras, teclados, monitores, rádios e televisores.

§ 2º - Os materiais separáveis, porém não recicláveis, conforme citado nos incisos VI e VII, serão encaminhados aos respectivos fabricantes para que estes deem a destinação adequada.

§ 3º - Os materiais descritos no inciso VIII deverão ser encaminhados para desmontagem, separação e reciclagem.

§ 4º - Entende-se como líquidos recicláveis os óleos ou fluidos de origem vegetal ou animal, utilizados em cozinhas residenciais, comerciais e industriais para preparação de alimentos, fabricados à base de soja, canola, milho, girassol, palma, amendoim, demais sementes oleaginosas ou gordura animal. Esses materiais podem ser utilizados para fabricação de produtos de limpeza ou combustíveis como, por exemplo, o "biodiesel".

Art. 3º - Todos os materiais recebidos pelos postos de coleta deverão ser separados para instituições sem fins lucrativos, conveniadas com as Associações de Pais e Mestres ou conveniadas diretamente com a própria instituição de ensino, com o objetivo de comercializar esses materiais e utilizar os recursos obtidos em prol de projetos educacionais na mesma unidade na qual foi recolhido.

Parágrafo único - As unidades de ensino e as instituições sem fins lucrativos com estas conveniadas deverão encaminhar mensalmente à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável relatórios de prestação de contas com os totais arrecadados em cada instituição de ensino, o resultado das ações comerciais totais no período, o repasse efetivamente realizado para essas instituições de ensino e os projetos desenvolvidos com os recursos, de acordo com a respectiva contribuição.

Art. 4º - As instituições de ensino deverão desenvolver metodologia de gratificação aos alunos que participarem dos programas de entrega de resíduos recicláveis e conceder premiações de mérito, com o objetivo de educar, incentivar e perpetuar a participação de todos os alunos e da comunidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Valdir Cobalchini**

**Deputado Estadual**

Lido no Expediente

Sessão de 04/09/08

**JUSTIFICATIVA**

A geração e a destinação dos líquidos e resíduos sólidos no meio ambiente tornaram-se algumas das principais preocupações mundiais. Isso ocorre devido ao crescimento do consumo de produtos industrializados, aliado à elevada utilização dos materiais descartáveis e ao aumento populacional dos países em desenvolvimento, como o Brasil, que se refletem no aumento do volume de resíduos gerados.

A quantidade de lixo produzida diariamente por um ser humano é de aproximadamente 5 quilogramas. Somando-se toda a produção mundial, os números são assustadores. Cada tonelada de papel reciclado representa 3m<sup>3</sup> de área disponível nos aterros sanitários. A energia economizada com a reciclagem de uma garrafa de vidro é suficiente para manter acesa uma lâmpada de 100 Watts durante quatro horas. Com a reciclagem de uma lata de alumínio economiza-se o suficiente para manter ligado um aparelho de televisão durante 3 horas.

Uma garrafa plástica ou de vidro pode levar 1 milhão de anos para se decompor e se reintegrar ao meio ambiente. Uma lata de alumínio, de 80 a 100 anos. A cada tonelada de papel produzida, 12 árvores são abatidas, sendo que uma tonelada de papel reciclado significa economia de três eucaliptos e 32 pinus, árvores usadas na produção de celulose. Porém, todo esse material pode ser reaproveitado, transformando-se em novos produtos ou matéria-prima, sem perder suas propriedades. Separando todo lixo produzido em residências, comércio e indústrias, estaremos evitando a poluição e impedindo que a sucata se misture aos restos de alimentos, o que facilita seu reaproveitamento pelas indústrias e poupa os recursos naturais do planeta. Este projeto visa, além da imediata contribuição ao meio ambiente, a formar indivíduos críticos e participativos no que se concerne às questões ambientais, estimulando a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar (pais, alunos, educadores e colaboradores de forma geral) quanto à temática dos resíduos recicláveis, da coleta seletiva e da reciclagem, bem como seu reaproveitamento.

Para que um programa de educação ambiental comunitária obtenha sucesso, as instituições de ensino devem, em primeiro lugar, dar exemplo à comunidade, ensinando na prática como se faz a coleta e a destinação, demonstrando seus benefícios e suas vantagens. Para elaboração dessa ação, não se faz necessária nenhuma proposta pedagógica complexa.

Esta prática deve ser trabalhada no cotidiano, como se fizesse parte da cultura comunitária, para que, assim, os alunos possam adquiri-la e implantá-la por livre iniciativa, inclusive em suas residências, mudando alguns hábitos e costumes, como o simples despejo do óleo de cozinha comum no esgoto, por falta de alternativa de descarte, o que representa portanto, um enorme passo rumo à sustentabilidade ambiental.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 275/2008**

*Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico e dá outras providências.*

Art. 1º - Os produtos e os componentes eletroeletrônicos, considerados como lixo tecnológico, devem receber uma destinação final adequada que não provoque danos ou impactos negativos ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade.

Parágrafo único - A responsabilidade pela destinação final deve ser solidária entre as empresas que produzem, que comercializam e que importam os produtos e componentes eletroeletrônicos, mantendo pontos de coleta para receber o lixo tecnológico a ser descartado pelo consumidor.

Art. 2º - Para efeito desta lei, o lixo tecnológico são aparelhos eletrodomésticos, equipamentos e componentes eletroeletrônicos de uso industrial, comercial, doméstico e de serviços, que estejam em desuso e sujeitos à destinação final, como:

I - monitores e televisores;

II - acumuladores de energia (baterias e pilhas);

III - componentes e periféricos de computadores;

IV - produtos magnetizados; e

V - aparelhos celulares.

Art. 3º - A destinação final ambientalmente adequada consiste em:

I - práticas de reutilização total ou parcial de produtos e componentes tecnológicos;

II - processos de reciclagem e aproveitamento do produto e componentes para a finalidade original ou diversa;

III - neutralização e disposição final apropriada dos componentes tecnológicos equiparados a lixo químico.

Parágrafo único - A destinação final do lixo tecnológico deve ser feita em consonância com a legislação ambiental e as normas de saúde e segurança pública, respeitando-se as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 4º - Os produtos e componentes eletroeletrônicos comercializados no Estado de Santa Catarina devem indicar com destaque, na embalagem ou rótulo, as seguintes informações:

I - advertência para não descartar o produto em lixo comum;

II - orientação sobre postos de entrega do lixo tecnológico;

III - endereço e telefone de contato dos responsáveis pelo descarte do material em desuso e sujeito à destinação final; e

IV - alerta sobre a existência de metais pesados ou substâncias tóxicas entre os componentes do produto.

Art. 5º - Em caso de descumprimento de dispositivos desta lei, as empresas definidas no "caput" do art. 1º estão sujeitas às seguintes penalidades:

I - advertência; e

II - multa

Parágrafo único - Em caso de reincidência, o valor da multa será cobrado em dobro.

Art. 6º - Os valores arrecadados com as multas oriundas desta lei serão destinados a Fundação do Meio Ambiente - FATMA para programas de coleta seletiva e às ações de destinação final ambientalmente adequada.

Art. 7º - A Fundação do Meio Ambiente - FATMA - estabelecerá normas e procedimentos para o gerenciamento e a destinação final do lixo tecnológico produzido no Estado Santa Catarina, priorizando as ações que estimulem a reciclagem, a reutilização e o comércio de produtos fabricados com materiais não-tóxicos e de baixo impacto no meio ambiente.

Art. 8º - Para o cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta lei, fica autorizada a celebração de convênios com cooperativas ou associações de catadores, instituições educacionais e de ensino superior e demais entidades organizadas da sociedade civil.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Fundação do Meio Ambiente, suplementadas se necessário.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Valdir Cobalchini**  
**Deputado Estadual**

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

#### JUSTIFICATIVA

Com a intensa aceleração industrial, que lança a cada momento novo e sofisticados equipamentos no mercado consumidor, deparamos com um grave problema ambiental: o lixo eletrônico ou lixo tecnológico.

A popularização de computadores, televisores, aparelhos celulares e eletrodomésticos tem colaborado para o crescimento do lixo tecnológico.

Todos os dias, são produzidas milhares de toneladas de lixo no País a partir dos resíduos resultantes da rápida obsolescência de equipamentos eletrônicos.

No meio do lixo, estão produtos que rapidamente perderam a utilidade ou simplesmente ficaram ultrapassados. O que era objeto de tecnologia de ponta entra para a obsolescência em poucos anos ou até meses de uso.

Geralmente, os computadores são substituídos a cada quatro anos nas empresas e a cada cinco anos nas residências. Já o tempo médio de troca para celulares é de menos de dois anos.

Sem a reciclagem, reutilização ou destinação final ambientalmente adequada, o lixo tecnológico irá inevitavelmente proliferar no meio ambiente. Esses produtos são fabricados com metais pesados e altamente tóxicos, como mercúrio, cádmio, berílio, chumbo, entre outros. Em contato com o solo, essas substâncias contaminam o lençol freático e, conseqüentemente, os mananciais que abastecem de água a população. Quando queimados, poluem o ar.

Causam também doenças graves e distúrbios no sistema nervoso de catadores que sobrevivem da venda dos materiais coletados nos lixões. Podem ainda afetar os rins e o cérebro, além de provocar a morte por envenenamento.

Apesar de tantas ameaças, as empresas pouco colaboram para o esclarecimento da população. As embalagens dos produtos eletroeletrônicos não alertam sobre o perigo de contaminação e eventuais danos ambientais.

Na classificação dos diversos tipos de lixo, o tecnológico já representa 5% do total gerado no planeta. O percentual pode ser ainda maior até o final desta década com a expansão do sucateamento eletroeletrônico.

Embora de forma bem tardia, o mundo já começa a se mobilizar para conter o avanço desse novo lixo. Já temos, por exemplo, no País, empresas que desenvolvem programas com o objetivo de recolher, recondicionar e enviar os equipamentos sem desuso para organizações não governamentais. No entanto, essa atitude ainda é uma rara exceção em um universo onde é cada vez maior o lixo tecnológico.

A realidade é que a maioria dos fabricantes, importadores e comerciantes perde o controle dos seus produtos depois que esses são adquiridos pelos consumidores.

A situação é preocupante e necessita ser urgentemente solucionada com uma política pública que determine regras e procedimentos obrigatórios, sob pena de pagarmos um alto preço diante da omissão no controle do lixo tecnológico.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 276/08**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício n. 821/2008 GP Florianópolis, 1 de setembro de 2008

Ref.: Envio de Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "*dispõe sobre a cessão de uso de imóvel que especifica e dá outras providências*", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na última sessão do mês de agosto.

Cuida-se de cessão temporária do antigo Fórum de Guarimir para utilização da 60ª Vara Eleitoral, sendo matéria de alta relevância para o Poder Judiciário, razão pela qual ouso solicitar-lhe a proverbial atenção de Vossa Excelência.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

**FRANCISCO José Rodrigues de OLIVEIRA FILHO**  
**PRESIDENTE**

Lido no Expediente

Sessão de 04/09/08

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº PL/0276.5/2008

**Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e adota outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 5.400, às fl. 001, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis de Guarimir-SC, em data de 22 de setembro de 1983, para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Parágrafo Único - O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de um terreno situado no Município de Guarimir, contendo a área de 1.286,23 m<sup>2</sup>, localizado no LADO PAR da Rua 28 de agosto, distante 28,00 metros da esquina com a Rua Irineu Villela Veiga, com frente ao NORTE na Rua 28 de Agosto em 26 metros; travessão dos fundos do SUL, com a faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal S/A em 26,50 metros; extrema do lado direito, a LESTE com terras da Prefeitura Municipal de Guarimir em 50, 03 metros e do lado esquerdo, a OESTE, com terras da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em 45,97 metros, incluindo a edificação em alvenaria de dois pavimentos, sendo o pavimento térreo com 200,00 m<sup>2</sup> e o primeiro pavimento com 230,00 m<sup>2</sup>, sob o número 2.000, devidamente averbada junto à matrícula do imóvel.

Art. 2º - A cessão de uso será outorgada pelo prazo de dez anos, podendo ser revogada a qualquer tempo por qualquer das partes, assegurando-se uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para as providências necessárias.

Art. 3º - O uso do imóvel será cedido por meio de Termos de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º - Oessionário terá direito de uso do imóvel descrito no artigo 1º para a finalidade exclusiva de instalação da 60ª Vara Eleitoral, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel.

Art. 5º - O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira  
GOVERNADOR DO ESTADO

#### Justificativa

O projeto de lei versa sobre a cessão de uso do imóvel no qual funcionava o Fórum da Comarca de Guarimir para a instalação da 60ª Vara Eleitoral. Tem-se que a medida é de extrema importância aos interesses do Poder Judiciário no Município, pois se, de um lado, assegura à Justiça Eleitoral uma ótima estrutura para exercer suas atividades, garante ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a boa conservação de seu imóvel, que ficará sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral.

Ao mesmo tempo, a sua localização não perderá a referência dentro a população, que continuará dirigindo-se ao local para utilizar-se dos serviços da Justiça Eleitoral, persistindo como uma grande referência local.

Por outro lado, além de o imóvel manter a sua boa conservação e referencial, o Poder Judiciário permanece com o seu patrimônio, enquanto acompanha o constante e considerável crescimento da Comarca de Guarimir, que certamente traz reflexos na atividade forense. Assim, projeta-se que as dependências atuais, que atualmente atendem a necessidade do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, poderá ser contemplada em torno de dez anos.

Destarte, prevê-se que a cessão de uso do imóvel terá grande valia ao patrimônio do Poder Judiciário, além de atender a população local de modo eficiente e satisfatório, tendo como prazo de validade dez anos de duração. Nada obstante, como prevê seu artigo 2º, há também a possibilidade de rescisão a qualquer tempo, com a necessária notificação e a observância do prazo de sessenta dias para as adequações que se mostrarem cabíveis.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 0029/2008

Dá nova redação aos arts. 3º, 12 e 20 da Lei Complementar nº 155 de 15 de abril de 1997, que instituiu a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O artigo 3º da Lei Complementar nº 155, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Institui-se, nesta Lei, o regime de remuneração, pelo Estado de Santa Catarina, em favor dos advogados que, indicados em listas, na forma dos arts. 1º e seus parágrafos, e designados pela autoridade judiciária competente, promovam, no juízo cível, criminal, varas especializadas e por Escritura Pública lavrada por Tabelião, de que trata os arts. 982 e 1.124-A do CPC, a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária às pessoas mencionadas no art. 2º.

Art. 2º O artigo 12 da Lei Complementar nº 155, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A remuneração do Assistente Judiciário e do Defensor Dativo, nomeados na forma estabelecida nesta Lei Complementar, para propor ou contestar ação cível, promover a defesa do acusado em processo-crime ou defender criança e adolescente e por Escritura Pública, em que se fizer necessária a intervenção de advogado, será fixada pelo Juiz, na sentença final, ou por Tabelião na expedição da Escritura, com base na Tabela de Honorários Advocáticos da OAB/SC, em URH's (Unidade Referencial de Honorários) cuja tabela faz parte do Anexo desta Lei, em razão da espécie do procedimento".

Art. 3º O artigo 20 da Lei Complementar nº 155, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Transitada em julgado a sentença ou expedida a Escritura Pública, o Escrivão, a pedido verbal ou por escrito do Assistente Judiciário ou do Defensor Dativo, expedirá, gratuitamente, a certidão visada pelo Juiz ou Tabelião, na qual deverá constar o valor da remuneração fixada na decisão, para fins de apresentação e pagamento pela OAB/SC.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,  
Deputado Marcos Vieira  
Líder do PSDB

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

#### JUSTIFICATIVA

A medida visa adequar a norma estadual à Lei nº 11.441, de 2007 que altera, insere e revoga dispositivos no Código de Processo Civil. A alteração legislativa tem, entre outros objetivos, o de possibilitar a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, de forma bastante simplificada e rápida. A mudança implementada no artigo 982 do CPC, por exemplo, autoriza que o inventário e a partilha sejam feitos por escritura pública, desde que todas as partes envolvidas sejam capazes e estejam de acordo.

Em ambas as hipóteses a exigência indispensável para se usar da via administrativa consiste em estarem todas as partes interessadas assistidas por advogado, comum ou de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial, constituindo a escritura pública correspondente título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

No caso de separação ou divórcio consensual a lei prevê expressamente, no § 3º do art. 1.124-A, a possibilidade de a escritura e demais atos notariais serem gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei, assegurando que a grande maioria da população brasileira tenha acesso às facilidades que foram introduzidas.

Entendemos que a Justiça deve priorizar o exame das questões que envolvem litígios ou interesses de menores e incapazes, não havendo motivos para que determinadas situações consensuais, entre partes plenamente capazes, tenham que se formalizar por meio de procedimentos judiciais, ressalvados é claro os direitos de terceiros, como credores do Espólio, por exemplo.

Com toda esta simplificação que a alteração do Código de Processo Civil nos trouxe, mister será adequá-lo também para os Defensores Dativos, tendo em vista o grande número de pessoas que procuram o Judiciário para resolver problemas objeto deste Projeto de Lei.

Os Defensores Dativos ficam impedidos de atuarem na esfera administrativa por falta de previsão legal.

Por todo o exposto, convido a todos que me acompanhem neste projeto de lei, para que aprovemos o presente substitutivo global.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030/08

MPSC

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 11 de agosto de 2008. Ofício n. 58546.7/PJ

Excelentíssimo Senhor

**Deputado JÚLIO CÉSAR GARCIA**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, remeto a Vossa Excelência Projeto de Lei Complementar para que seja instituído o Diário Oficial Eletrônico deste Ministério Público, além da respectiva Exposição de Motivos.

No aguardo da habitual atenção dada por essa Casa Legislativa aos assuntos relacionados a esta Instituição, apresento protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

**GERCINO GERSON GOMES NETO**  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Lido no Expediente  
Sessão de 04/09/08

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Os avanços da ciência, especialmente na área da tecnologia da informação, têm permitido à Administração Pública adotar ferramentas modernas, eficazes e eficientes para o desenvolvimento de suas atividades, incluindo a ampliação dos mecanismos de publicação e divulgação de atos oficiais.

Nessa linha, com o intuito de dar maior efetividade ao princípio da publicidade esculpido no *caput* do art. 37 da Constituição da República e reduzir os gastos com a publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos da Instituição (atualmente, cerca de R\$50.000,00 por ano), o Ministério Público Catarinense pretende adotar instrumento eletrônico de publicação oficial, colocando-o à disposição em seu *site* na Internet ([www.mp.sc.gov.br](http://www.mp.sc.gov.br)), substituindo integralmente a versão impressa no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, os tribunais superiores do Poder Judiciário e outros órgãos congêneres.

A medida permitirá, ainda, a imediata divulgação dos atos oficiais e facilitará, significativamente, o acesso e a consulta ao conteúdo das publicações institucionais, porquanto serão disponibilizados na rede mundial de computadores (*internet*).

Por essas razões, remeto à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o projeto de lei complementar em epígrafe, que:

a) propõe a instituição do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos, a ser veiculado, sem custos, no *site* oficial deste *parquet*, na rede mundial de computadores (*internet*), em substituição à versão impressa das publicações oficiais no Diário Oficial do Estado;

b) determina que a publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil), nos termos do art. 154, parágrafo único, do Código de Processo Civil;

c) estabelece que os procedimentos necessários à implementação do Diário Oficial Eletrônico serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça; e

d) altera dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público Catarinense), com o intento de adequá-los ao novo meio de publicação oficial a ser instituído.

Acrescento, ainda, que este *parquet* é reconhecido, em âmbito nacional, por figurar no grupo de vanguarda em tecnologia da informação voltada ao desempenho das funções institucionais e já desenvolveu os sistemas tecnológicos necessários à implementação do Diário Oficial Eletrônico, o qual será dotado da máxima segurança exigida para documentos eletrônicos.

Outrossim, saliento que o PLC que ora se encaminha foi aprovado, por unanimidade, pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, na sessão ordinária realizada no dia 30 de julho último.

Temos que, com as providências propostas no presente PLC, o Ministério Público Catarinense alcançará maior economia e transparência em sua atuação, permitindo que o trabalho desenvolvido pelo *parquet* continue sendo motivo de orgulho e satisfação de nossa gente, e, mais, servindo de paradigma para instituições ministeriais de todo o País.

Esperamos, pois, sua aprovação.

Florianópolis, 11 de agosto de 2008.

**GERCINO GERSON GOMES NETO**

Procurador-Geral de Justiça

**LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0030.2/2008, de 11 de agosto de 2008.**

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei Complementar substitui a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, sem custos, no *site* do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na rede mundial de computadores - *Internet*.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Art. 3º Os procedimentos de implementação do Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei Complementar serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça, que deverá considerar:

I - data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; e

II - automaticamente suspenso o prazo processual ou administrativo quando, por motivos técnicos, o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público tornar-se indisponível, reestabelecendo-se a contagem no dia útil seguinte à solução do problema.

Art. 4º Os arts. 9º, § 3º, 24, incisos I e IV, 51, inciso XIV, 67, *caput*, 106, § 1º, 107, 109, § 1º, 114, § 5º, 123, § 6º, 131, 155, 230, 236, 245, § 4º, 251 e 254, § 1º, da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

§ 3º A eleição da lista triplíce de que trata este artigo realizar-se-á na segunda quinzena de março dos anos ímpares, cabendo ao Colégio de Procuradores de Justiça expedir o edital convocatório e publicá-lo no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, dele fazendo constar o dia, horário e local de votação, além dos nomes dos membros da Comissão Eleitoral por ele designados. (NR)

Art. 24. ....

I - publicação de aviso no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, fixando o dia e horário da votação, que não poderá ser inferior a seis horas; (NR)

IV - do pleito caberá impugnação, mediante recurso, com efeito suspensivo, ao Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo de quarenta e oito horas, contado da publicação do resultado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; (NR)

Art. 51. ....

XIV - visar extratos para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; (NR)

Art. 67. O processo de seleção será precedido da publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, que deverá especificar o prazo de inscrição e o número de vagas com o correspondente local de exercício do Estágio. (NR)

Art. 106. ....

§ 1º O edital de abertura do concurso fixará para as inscrições prazo não inferior a trinta dias, contado de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, e deverá conter as condições para inscrição, os requisitos para o provimento do cargo, as matérias sobre as quais versarão as provas, bem como, se for o caso, os títulos que o candidato poderá apresentar e os respectivos critérios de valoração. (NR)

Art. 107. Encerradas as provas, a Comissão de Concurso, em sessão secreta, procederá ao julgamento do concurso, cujo resultado será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com a nominata e a média final dos aprovados segundo a ordem de classificação. (NR)

Art. 109. ....

§ 1º A sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça será designada dentro de trinta dias, a contar da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, havendo motivo de força maior, a critério do Procurador-Geral de Justiça. (NR)

Art. 114. ....

§ 5º A intimação do interessado e de seu procurador, quando houver, será pessoal ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 123. ....

§ 6º A intimação do interessado e de seu procurador, quando houver, será pessoal ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 131. Aberta a vaga sujeita a concurso de promoção ou remoção, o Conselho Superior do Ministério Público fará publicar, no prazo de vinte dias, edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público para inscrição dos candidatos. (NR)

Art. 155. Ocorrendo motivo para convocação, o Procurador-Geral de Justiça mandará publicar edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de cinco dias úteis, para inscrição dos interessados. (NR)

Art. 230. As decisões definitivas referentes à imposição de pena disciplinar, salvo as de advertência e de censura, serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 236. No processo administrativo fica assegurada aos membros do Ministério Público ampla defesa, na forma desta Lei Complementar, exercida pelo próprio indiciado, por procurador ou defensor, que serão intimados dos atos e termos do procedimento pessoalmente ou, havendo motivo justificado, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 245. ....

§ 4º Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de três dias. (NR)

Art. 251. O indiciado será intimado pessoalmente da decisão, pelo Secretário da Corregedoria-Geral do Ministério Público, salvo se for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público. (NR)

Art. 254. ....

§ 1º Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado por aviso publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, com prazo de dez dias. (NR)

Art. 5º As alterações previstas no art. 4º terão efeitos a partir da veiculação do Diário Oficial Eletrônico no site do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado  
\*\*\* X X X \*\*\*

## RESOLUÇÃO

### RESOLUÇÃO N. 002, DE 2008

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Institui a Comenda do Legislativo Catarinense.

Art. 1º Fica instituída a Comenda do Legislativo Catarinense, com o objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades, que no campo de suas atividades realizam ações relevantes e de destaque no Estado.

Parágrafo único. A Comenda de que trata o *caput* deste artigo será confeccionada conforme o modelo a ser estabelecido pela Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A Comenda será a única outorgada pelo Poder Legislativo e concedida, anualmente, em data a ser definida pela Mesa no início do segundo período de cada sessão legislativa.

Art. 3º Cada parlamentar, com assento na Assembléia Legislativa, poderá indicar um homenageado.

§ 1º A indicação será feita até sessenta dias antes da homenagem e será acompanhada dos dados do homenageado e de justificativa que ateste a relevância e destaque da atividade empreendida.

§ 2º Ato da Mesa homologará as indicações dos homenageados.

Art. 4º Ficam revogadas as Resoluções nº 009, de 19 de abril de 2006; nº 010, de 29 de junho de 2006; nº 014, de 20 de novembro de 2006; nº 018, de 5 de dezembro de 2006; nº 002, de 8 de janeiro de 2007; nº 003, de 9 de janeiro de 2007; nº 004, de 16 de julho de 2007; e nº 008, de 27 de setembro de 2007.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de setembro de 2008  
Deputado Julio Garcia - Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*